

GENTRIFICAÇÃO E CONTRA GENTRIFICAÇÃO NA RESEX MARINHA DO CORUMBAU

padrões de ocupação e reocupação urbano-ambiental e
turística na vila de Caraíva

Dissertação | PPG/FAU-UnB

*Projeto e Planejamento Urbano e Regional
Periféricos, trabalhos emergentes*

Marcos Vinícius Cortes Ferreira autor
Prof^ª Dr^ª **Liza Andrade** (FAU/UnB) orientadora
Prof^º Dr^º **Paulo Menezes** (UFSB) coorientador

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MARCOS VINÍCIUS CORTES FERREIRA

**GENTRIFICAÇÃO E CONTRA GENTRIFICAÇÃO NA RESEX MARINHA DO
CORUMBAU: PADRÕES DE OCUPAÇÃO E REOCUPAÇÃO URBANO-
AMBIENTAL E TURÍSTICA NA VILA DE CARAÍVA**

BRASÍLIA

2021

MARCOS VINÍCIUS CORTES FERREIRA

**GENTRIFICAÇÃO E CONTRA GENTRIFICAÇÃO NA RESEX MARINHA DO
CORUMBAU: PADRÕES DE OCUPAÇÃO E REOCUPAÇÃO URBANO-
AMBIENTAL E TURÍSTICA NA VILA DE CARAÍVA**

Projeto de Dissertação de Mestrado na linha de pesquisa Projeto e Planejamento Urbano e Regional do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Liza Maria Souza de Andrade (FAU/UnB)

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Dimas da Rocha Menezes (IHAC-CSC/UFSB)

BRASÍLIA

2021

2021



MARCOS VINÍCIUS CORTES FERREIRA

**GENTRIFICAÇÃO E CONTRA GENTRIFICAÇÃO NA RESEX MARINHA DO
CORUMBAU: PADRÕES DE OCUPAÇÃO E REOCUPAÇÃO URBANO-
AMBIENTAL E TURÍSTICA NA VILA DE CARAÍVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPG/FAU, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Projeto e Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em: 05 de novembro de 2021

Banca examinadora constituída por:

Prof.^a Dr.^a Liza Maria Souza de Andrade
FAU-UnB – Presidente/Orientadora

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena
CET/UnB – Examinador Interno

Prof.^o Dr.^o Antônio Armando Ulian do Lago Albuquerque
CHS/UFSB – Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos amigos e familiares nativos Caraíva, pescadores e pescadoras tradicionais que sempre me receberam e acolheram de braços abertos. Obrigado por compartilharem comigo da sua história e do seu modo de ser.

Agradeço a minha querida professora e orientadora Liza Andrade, por acreditar em mim e me guiar para conciliar sonhos com propósitos. Obrigado pelos ensinamentos, conselhos, paciência e por me mostrar que a arquitetura e urbanismo vão muito além de uma folha A2.

Ao meu coorientador Paulo Dimas (IHAC-CSC/UFSB), inicialmente por ter aceitado fazer parte desta pesquisa e pelo constante ato de ação e reflexão de onde partir e para onde ir.

Aos professores, colegas e parceiros Antônio Albuquerque, Lívia Wiesinies e Luiz Pena. Eternamente grato pelas valorosas contribuições, trocas e transmissão de conhecimento.

Ao meu amigo Gamela Pataxó e sua família, que me receberam em sua casa como um amigo de longa data. Obrigado pelos ensinamentos, prosas com picolé na beira do rio e por me apresentar Caraíva, esse território tradicional amável e acolhedor.

À Maria Elizete (Maizete), Raimundo Cardoso (Zé Marreco), Wilson Braz Queiros (Biriba), Rômulo Cruz, Solange de Moraes, Silmar Porto, Josari Cruz Silva (Jojó), ao meu amigo Tige Pataxó e sua esposa Josi dos Santos, Amilton dos Santos (Marrudo), ao casal Nega e Wandozinho e todos que de alguma forma tornaram este trabalho possível. Obrigado pelo apoio, aprendizado e pelas trocas.

Ao povo Pataxó, guerreiros que lutam todos os dias desde 1500 pela preservação da sua cultura e modo de ser e pela continuação e valorização das suas tradições. Avante na luta pelos direitos originários e sagrados!

À todas as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e todos os outros povos e comunidades tradicionais espalhadas em Abya Yala e no mundo.

À minha companheira Érica, obrigado pelo apoio, paciência, risos, ajuda, compreensão e pelo amor, principalmente no meio do caos.

E aos meus pais e família, pelo amor incondicional e pelo incentivo na minha busca pessoal e profissional.

“Ao dominar a natureza, o homem ocidental pensa que pode chegar à felicidade. No contexto da sociedade indígena, no entanto, a felicidade é posta em outro lugar e os esforços são investidos em outros campos. A natureza não é objeto para ser simplesmente explorado. Nessa atitude de respeito, as sociedades indígenas chegaram a um equilíbrio perfeito, utilizando uma tecnologia que, comparativamente à do Ocidente, é muito simples.”

(Daniel Munduruku)

RESUMO

O processo de gentrificação é um fenômeno socioespacial que ocorre a partir da chegada de novos moradores de maior poder aquisitivo em áreas anteriormente habitadas por pessoas oriundas de bairros populares, históricos ou, bastante comum em *Abya Yala* (Américas), por povos e comunidades tradicionais. Tal processo causa rápidas e significativas transformações espaciais, econômicas e culturais, tendo como consequência máxima a expulsão das populações anteriores à medida que o custo de vida e os valores imobiliários crescem na região. Para este trabalho, parte-se do pressuposto de que não há como garantir a sustentabilidade do território e a preservação dos ecossistemas sem a presença e o conhecimento da população tradicional do local, incluindo a cosmovisão dos povos originários como parte fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Localizada no extremo sul da Bahia, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau nasce da necessidade de se garantir a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais e renováveis tradicionalmente utilizados pelas populações tradicionais adjacentes. Ocorre que a quase totalidade da reserva se encontra delimitada na Zona Costeira e Marítima da região, garantindo às populações nativas somente o usufruto das atividades marítimas e pesqueiras e contribuindo mais ainda para o aumento dos conflitos territoriais e do turismo de massa. Tendo como estudo de caso a vila tradicional de Caraíva, este trabalho apresenta como principal objetivo a análise e o avanço do processo de gentrificação na RESEX Corumbau, além de propor por meio de pesquisa etnográfica e participativa (pesquisa-ação) a elaboração de possíveis cenários de ocupação e reocupação de planejamento urbano-ambiental e turístico de Caraíva. Para tanto, foram realizadas revisão bibliográfica, cursos, congressos, visita de campo, aplicação de questionário, reuniões e conversas com a comunidade nativa local. Em decorrência do ainda estado de pandemia pela COVID-19 e a impossibilidade da coleta presencial de dados ao final da pesquisa, optou-se em conjunto com as lideranças locais pela aplicação do questionário de forma remota (*google forms*), realizado durante o recadastramento dos pescadores e pescadoras tradicionais na associação nativa local (ANAC), entre os meses de agosto e setembro de 2021. O questionário foi elaborado com base na busca pela identificação dos padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais de Caraíva, tal como a visão da comunidade dos pescadores tradicionais da região sobre o turismo. Como resultados, foram identificados elementos da paisagem e habitação de característica afetiva e tradicional; distribuição e localização dos nativos nas regiões de Caraíva e entorno; atuais demandas e problemáticas relatadas pela população tradicional e a percepção do turismo como um fenômeno social importante para as dinâmicas atuais da comunidade tradicional. Como recomendação de futuros estudos e demanda local, destaca-se a importância de um diagnóstico transdisciplinar para estudos de carga e sobrecarga da vila. Durante o período de realização desta pesquisa, surgiu um marco temporal que passou a nortear esta pesquisa-ação; a finalização do PROCESSO n°02070.002394/2012-84 que, ao referendar a Linha de Preamar Média de 1831, garante considerável porções terrestres nas proximidades do Rio Caraíva, permitindo a ocupação por parte da comunidade nativa local assegurada pelos próximos 50 anos. Tal fato pode ser de fundamental importância para que se implemente um turismo de matriz comunitária, garantindo a promoção, divulgação, valorização e, principalmente, a permanência e preservação da comunidade nativa e dos ecossistemas integrados.

Palavras-chave: Gentrificação. Território Tradicional. Reserva Extrativista. Planejamento urbano-ambiental e turístico. Processo participativo.

ABSTRACT

The gentrification process is a socio-spatial phenomenon that occurs from the arrival of new residents with greater purchasing power in areas previously inhabited by people from popular, historic neighborhoods or, quite common in Abya Yala (Americas), by traditional peoples and communities. This process causes rapid and significant spatial, economic and cultural transformations, with the ultimate consequence of the expulsion of previous populations as the cost of living and real estate values grow in the region. For this work, it is assumed that there is no way to guarantee the sustainability of the territory and the preservation of ecosystems without the presence and knowledge of the local traditional population, including the cosmovision of native peoples as a fundamental part of the development of this research. . Located in the extreme south of Bahia, the Marine Extractive Reserve of Corumbau was born from the need to guarantee the sustainable exploration and conservation of natural and renewable resources traditionally used by adjacent traditional populations. It so happens that almost the entire reserve is delimited in the Coastal and Maritime Zone of the region, guaranteeing native populations only the enjoyment of maritime and fishing activities and contributing even more to the increase in territorial conflicts and mass tourism. Taking the traditional village of Caraíva as a case study, this paper presents as its main objective the analysis and advancement of the gentrification process at RESEX Corumbau, in addition to proposing, through ethnographic and participatory research (action-research), the elaboration of possible scenarios of occupation and reoccupation of urban-environmental and touristic planning in Caraíva. Therefore, a bibliographic review, courses, conferences, field visits, application of a questionnaire, meetings and conversations with the local native community were carried out. Due to the still state of pandemic by COVID-19 and the impossibility of in-person data collection at the end of the survey, it was decided together with local leaders to apply the questionnaire remotely (google forms), carried out during the re-registration of the traditional fishermen and fisherwomen in the local native association (ANAC), between the months of August and September 2021. The questionnaire was elaborated based on the search for the identification of spatial patterns and traditional events in Caraíva, such as the vision of the traditional fishermen community in the region about tourism. As a result, elements of the landscape and housing of affective and traditional characteristics were identified; distribution and location of natives in the regions of Caraíva and surrounding areas; current demands and problems reported by the traditional population and the perception of tourism as an important social phenomenon for the current dynamics of the traditional community. As a recommendation for future studies and local demand, the importance of a transdisciplinary diagnosis for studies of village load and overload is highlighted. During the period in which this research was carried out, a time frame emerged that guided this action research; the completion of PROCESS n°02070.002394/2012-84 which, by endorsing the 1831 Medium Preamar Line, guarantees considerable land portions in the vicinity of the Caraíva River, allowing the occupation by the local native community for the next 50 years. This fact can be of fundamental importance for the implementation of community-based tourism, ensuring the promotion, dissemination, appreciation and, above all, the permanence and preservation of the native community and integrated ecosystems.

Keywords: Gentrification. Traditional Territory. Extractive reserve. Urban-environmental and tourist planning. Participatory process.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da vila de Caraíva na RESEX Marinha do Corumbau	17
Figura 2 - Pousada de luxo em Caraíva.....	19
Figura 3 - Mercado Interno de Brixton em 1981 e 2016, Londres.....	20
Figura 4 - Embarques para Porto Seguro/BA (1994-2000).....	23
Figura 5 - Beira do rio na década de 1980.....	25
Figura 6 - Ocupação ilegal na beira do rio	25
Figura 7 - Pousada ocupando área de restinga	32
Figura 8 - Cenário 02: proposta de desapropriação e recuperação da restinga	32
Figura 9 - Vila de Caraíva e seu entorno imediato.....	33
Figura 10 - Fases da metodologia da pesquisa-ação	35
Figura 11 - Porção Terrestre da RESEX Corumbau em Caraíva	36
Figura 12 - Metodologia do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes (FAU/UnB).....	37
Figura 13 - Etapas da pesquisa científica	39
Figura 14 - Aplicação da metodologia de Quivy e Campenhoudt	40
Figura 15 - Pousada de luxo em Caraíva.....	46
Figura 16 - Pousada tradicional.....	46
Figura 17 - Manifestação de Caçaras, indígenas e quilombolas contra propostas de realocação das comunidades em Ubatuba-SP.....	49
Figura 18 - Análise do contexto e síntese da forma	70
Figura 19 - I Encontro de Pesquisas em Caraíva, sede da ANAC	78
Figura 20 - Posse da chapa eleita na sede da ANAC	82
Figura 21 - Ministro do Meio Ambiente em Caraíva	86
Figura 22 - Caraíva (vermelho) e Instâncias de Gestão Territorial	87
Figura 23 - Sobreposições e adjacências de gestão territorial sobre Caraíva.....	87
Figura 24 - - Procedimentos metodológicos da pesquisa	88
Figura 25 - Rio Caraíva	89
Figura 26 - Vila de Caraíva	89
Figura 27 - Caraíva e seu entorno imediato.....	90
Figura 28 - Características ambientais de Caraíva e entorno	90
Figura 29 - Antiga Sede da Serraria em Caraíva	92
Figura 30 - Caraíva durante a década de 1980	93
Figura 31 - Barra de Caraíva na década de 1980	94
Figura 32 - Ponta da Barra atualmente	94
Figura 33 - Ocupação na Vila de Caraíva em 1985.....	95
Figura 34 - Ocupação na Vila de Caraíva em 2006.....	95
Figura 35 - Turistificação de Caraíva	96
Figura 36 - Deck ilegal na beira do rio.....	97
Figura 37 - Pousada de luxo na beira do mar	97
Figura 38 - Rua dos Navegantes.....	97
Figura 39 - I Encontro de pesquisas em Caraíva	98
Figura 40 - Nativo durante debate	98
Figura 41 - Pesquisadores, nativos e amigos.....	98
Figura 42 - Mulheres nativas e pescadoras tradicionais de Caraíva.....	99
Figura 43 - Ponta da Barra em Caraíva durante a pandemia	99
Figura 44 - Manifesto contra reabertura da vila	100
Figura 45 - Chegada de turistas pós-reabertura em 07/21	101

Figura 46 - Aglomeração nas ruas em outubro de 2020.....	101
Figura 47 - Mobilização da comunidade nativa em Caraíva.....	102
Figura 48 - Material de divulgação sobre o cumprimento da OIT 169.....	102
Figura 49 - Festa em junho de 2021.....	103
Figura 50 - Aglomeração nas ruas de Caraíva em junho de 2021.....	103
Figura 51 - Caraíva antiga.....	108
Figura 52 - Rua Navegantes (Beira do Rio).....	108
Figura 53 - Casas na beira do Rio Caraíva.....	111
Figura 54 - Padrão de ocupação atual na vila de Caraíva e entorno.....	112
Figura 55 - Casa tradicional.....	117
Figura 56 – Residencial e comercial.....	117
Figura 57 – Casa/Lote grande.....	117
Figura 58- Região 1: Rua de Baixo; região 2: rua de cima; região 3 pousadas; região 4 Transição Caraíva x Xandó.....	117
Figura 59 - RESEX Corumbau + Linha de Preamar Média (LPM, 1831).....	120
Figura 60 - Possíveis cenários de ocupação e reocupação urbano-ambiental e turística de Caraíva.....	121
Figura 61 – Áreas “neutras” inclusas na LMP (1831) e RESEX Marinha do Corumbau.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Casos confirmados de Covid-19 em Caraíva e entorno.....	26
Gráfico 2 - Distribuição dos pescadores tradicionais cadastrados na ANAC	104
Gráfico 3 - Nº de moradores em uma residência.....	104
Gráfico 4 - Região por moradores	105
Gráfico 5 - Relevância do turismo para a comunidade nativa.....	106
Gráfico 6 - Transmissão do conhecimento tradicional.....	107
Gráfico 7 - Atuais problemas da comunidade	108
Gráfico 8 - Ambientes existentes nas residências tradicionais.....	109
Gráfico 9 - Tipos de habitação	109
Gráfico 10 - Possíveis Cenários	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Propostas para RESEX e processo participativo	27
Tabela 2 - Questionário Semiestruturado	29
Tabela 3 - Princípios do Turismo de Base Comunitária.....	55
Tabela 4 - Atrativos Turísticos na RESEX Marinha do Corumbau	58
Tabela 5 - Dimensões Morfológicas.....	63
Tabela 6 - Princípios da Sustentabilidade	65
Tabela 7 - Desenho Urbano Sensível à Água.....	71
Tabela 8 - Diagnóstico dos Princípios da Sustentabilidade em Caraíva	74
Tabela 9 - Diagnóstico local e padrões de acontecimentos enquanto solução	75
Tabela 10 - Recomendações turísticas pós-reabertura de Caraíva	79
Tabela 11 - Inclusão de princípios tradicionais no diagnóstico	80
Tabela 12 – Perguntas para Cadastro da RESEX + Pesquisa Caraíva 2021	83
Tabela 13 – Reanálise das Dimensões da Sustentabilidade em Caraíva.	110
Tabela 14 - Padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais em Caraíva	113

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	16
1.2 O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO: CONTEXTO, CAUSAS E EFEITOS.....	18
1.3 GENTRIFICAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU 22	
1.4 JUSTIFICATIVA: ANTECEDENTES, ESTADO DA ARTE E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA	26
1.5 OBJETIVOS DA PESQUISA	32
1.6 METODOLOGIA.....	34
1.7 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	38
2 O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: COMO PLANEJAR E AGIR PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS EM SEU TERRITÓRIO E A PRESERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS	42
2.1 INTRODUÇÃO.....	42
2.2 BIOPOLÍTICA, NECROPOLÍTICA E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO	44
2.3 GENTRIFICAÇÃO/TURISTIFICAÇÃO EM ABYA YALA	46
2.3.1 Políticas afirmativas para os povos e comunidades tradicionais	50
2.4 PLANOS DE MANEJO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO TIPO RESEX.	51
2.4.1 Um outro turismo	54
2.5 CONCLUSÃO.....	57
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL E TURÍSTICO NA VILA DE CARAÍVA 60	
3.1 INTRODUÇÃO.....	60
3.2 PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL E TURÍSTICO.....	61
3.2.1 Princípios da Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana	63
3.2.2 Princípios da Sustentabilidade no Turismo.....	66
3.2.3 Princípios de Abya Yala: sem <i>tekoá</i> , não há <i>tekó</i> (sem o território, não há vida)	67
3.2.4 Dos princípios aos padrões espaciais	69
3.3 DA FASE INICIAL DA PESQUISA UTILIZANDO OS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AOS PADRÕES ESPACIAIS	72
3.3.1 Aplicação dos princípios da sustentabilidade em Caraíva	73
3.4 PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL E TURÍSTICO	79

3.4.1 Adaptação dos Princípios de Sustentabilidade Urbana aos Princípios de Sustentabilidade para Comunidades tradicionais.....	79
3.4.2 Processo participativo	81
3.5 CONCLUSÃO.....	84
4 PRINCÍPIOS E PADRÕES DE OCUPAÇÃO E REOCUPAÇÃO URBANO-AMBIENTAL E TURÍSTICO DA VILA DE CARAÍVA	86
4.1 INTRODUÇÃO.....	86
4.2 A VILA DE CARAÍVA E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO.....	89
4.2.1 O início, consolidação e avanço do processo de gentrificação	93
4.3 A VISÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS TRADICIONAIS SOBRE O TERRITÓRIO E AS PRÁTICAS TURÍSTICAS	103
4.4 PADRÕES ESPACIAIS E DE ACONTECIMENTOS TRADICIONAIS NA VILA DE CARAÍVA.....	111
4.5 CONCLUSÃO.....	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, se insere no projeto de pesquisa "Estudos sobre Território Tradicional nas vilas da RESEX Corumbau – o caso de Caraíva", com registro n.º 61756 ao ICMBio e foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão "Periférico, trabalhos emergentes", da FAU/UnB.

Partindo de uma metodologia etnográfica e participativa de estudo de caso, esta pesquisa foi realizada em parceria com o Grupo de Pesquisa "Comunidades e(m) Autonomia" da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e com a autorização e contribuição da comunidade nativa de Caraíva - representados pela Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC).

Esta pesquisa-ação é a continuação de estudos iniciados em 2017 no curso de pós-graduação *lato sensu* Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística – REABILITA (PPG-FAU/UnB), tendo como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a elaboração do artigo "Por um Território Terrestre da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau: o caso de Caraíva¹", orientado pela prof.^a Dr.^a Liza Andrade e que trata sobre o processo de gentrificação no território tradicional de Caraíva/BA.

Variando de acordo com o contexto e o local, a definição conclusiva do que seria o processo de gentrificação causa ainda bastante divergência e discussão no meio acadêmico - principalmente se comparando as causas e os efeitos desse processo entre territórios do Norte com os do Sul Global. Conhecido como um fenômeno de transformação socioespacial advindo com a chegada de novos moradores sobre áreas anteriormente ocupadas pelas camadas mais populares da sociedade de determinada região, este fenômeno tem como consequência máxima sobre determinados territórios da América Latina, por exemplo, a expulsão ou até mesmo eliminação de diversos povos, territórios e comunidades tradicionais.

Com o intuito de compreender o fenômeno da gentrificação sobre territórios tradicionais, este trabalho teve como estudo de caso a vila de Caraíva, localizada no norte da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau, entre os municípios de Prado e Porto Seguro/BA. Hoje, a comunidade nativa do estudo representa menos de 1/3 da população total de Caraíva.

¹ Publicado nos anais do 8º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS 2018: <https://www.dec.uc.pt/pluris2018/Paper1350.pdf> e publicado na Revista Paranoá 22: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/25729/22619>.

Neste primeiro capítulo, serão introduzidos os principais conceitos do processo de gentrificação, levando em consideração aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais e como ele se insere no contexto territorial do estudo. Posteriormente serão apresentados os impactos desse processo no território e a justificativa/importância deste trabalho. Visando a permanência da população tradicional em seu território nativo e a preservação dos ecossistemas locais, serão apresentados também os principais objetivos desta pesquisa (geral e específicos), metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados para a sua realização.

A gentrificação é um problema longe de ser solucionado e merece ser abordado a partir da inclusão de novas propostas e perspectivas. Para esta pesquisa-ação, os efeitos da gentrificação podem ser mitigados ou até revertidos a partir de um bom planejamento urbano-ambiental e turístico, dentre os quais: impedir ou diminuir a expulsão dos nativos de seu território tradicional. Como fenômeno socioespacial, o processo de gentrificação contribui significativamente com o desaparecimento de culturas, práticas sustentáveis, saberes e conhecimentos ancestrais e toda uma rede de princípios importantes para a preservação e cuidado com o meio ambiente.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

As transformações socioespaciais e culturais têm sido determinantes para a organização dos espaços e das relações humanas. Com o agravamento dos problemas relacionados à aceleração do aquecimento global, por exemplo, muito tem se discutido sobre a fragilidade dos ecossistemas e a forma como as ações humanas têm alterado e afetado a harmonia do nosso planeta.

De acordo com o relatório de 2021 do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC), caso as emissões de gases de efeito estufa não sejam reduzidas a valores líquidos zerados ainda na metade deste século, o rápido aumento da temperatura global trará consequências catastróficas. Regiões do Sul Global, outrora dominadas, submetidas e exploradas por diferentes potências econômicas e militares ao longo da história, sofrerão com maiores períodos de secas, enchentes e proliferação de doenças.

Comunidades indígenas e tradicionais, cuja sustentabilidade do modo de vida se associa à preservação dos recursos naturais em seus respectivos territórios, serão os mais

afetados. Detentores de um vasto conhecimento milenar e tradicional² que possibilita a materialização da “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007), são a parcela da população mundial que correm mais riscos sendo ao mesmo tempo os maiores responsáveis pela preservação, respeito e manejo sustentável do meio ambiente.

Visando a valorização e permanência dos povos e comunidades tradicionais da RESEX Marinha do Corumbau em seu território original, esta pesquisa-ação disserta sobre o atual processo de gentrificação que ocorre nas vilas e comunidades tradicionais costeiras à Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau, iniciado no final da década de 1970 com a inauguração da BR 101 e intensificado em período posterior à criação da Reserva durante a década de 2000.

Devido a estudos previamente realizados (2017-2019), optou-se por um recorte da região direcionando o estudo de caso para a vila de Caraíva (Figura 1), localizada ao norte da RESEX Corumbau no município de Porto Seguro e habitado tradicionalmente por pescadores e extrativistas integrantes do povo Pataxó.

Figura 1 - Localização da vila de Caraíva na RESEX Marinha do Corumbau



Fonte: Autor (2021).

² De acordo com a Lei n.º 13.123 de 20 de maio de 2015, o conhecimento tradicional é um conhecimento fundado e tão ou mais importante que o conhecimento científico, sendo mais amplo e assentado tanto no processo material quanto imaterial.

Criada no ano de 2000 com o objetivo de "garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista" (BRASIL, 2000 a), a RESEX Marinha do Corumbau, com cerca de 896 km², se estende por uma faixa de 8 milhas náuticas paralelas à "Costa do Descobrimento", trecho entre os municípios de Prado e Porto Seguro que inclui pequenos núcleos urbanos costeiros, vilas históricas e comunidades indígenas. Ocorre que grande parte da sua totalidade se encontra delimitada na Zona Costeira e Marítima da região, excluindo o território terrestre e também tradicional como parte essencial da reserva.

Para compreender melhor a temática e a problemática desta pesquisa no contexto em que ela se insere, serão abordados a seguir os principais conceitos sobre o processo de gentrificação e como ele ocorre na RESEX Marinha do Corumbau.

1.2 O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO: CONTEXTO, CAUSAS E EFEITOS

A gentrificação é um processo de transformação socioespacial, que ocorre a partir da chegada de novos moradores, estes, de classes sociais mais altas, sob áreas anteriormente ocupadas por populações de menor poder aquisitivo, causando uma revitalização e enobrecimento dos espaços que resulta na expulsão dos seus antigos moradores. O turismo de luxo/massa, a especulação imobiliária e obras governamentais são uns dos principais responsáveis por esse fenômeno.

No Brasil, o processo de gentrificação é comumente vinculado com as práticas turísticas, ocorrendo em sua grande maioria sobre bairros populares e centros históricos ou em locais com paisagens paradisíacas (Figura 2).

Figura 2 - Pousada de luxo em Caraíva



Fonte: Dicas onde ficar³ (2021).

Expressão recentemente apropriada pela literatura brasileira, *gentrificação* é o termo abrigado da palavra inglesa *gentrification*, conceito criado pela socióloga marxista britânica Ruth Glass na década de 1960 para explicar o fenômeno urbano que vinha causando rápidas transformações espaciais que ocorriam em Londres após a chegada da burguesia em bairros populares. Por sua vez, a expressão *gentrification* é inspirada no termo francês *gentry*, conotação medieval utilizada para caracterizar a "pequena nobreza europeia" – indivíduos e famílias majoritariamente rurais detentores de grandes porções de terra e que, mesmo sem os privilégios da alta nobreza, gozavam de bens e possuíam os mesmos valores e privilégios da nobiliarquia aristocrata europeia. De acordo com a tradução, compreende-se então o fenômeno de *gentrificação* como o processo ou ato de enobrecer.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e a reconstrução dos bairros de Londres ao longo das décadas seguintes, houve uma alta procura das classes burguesas por moradias próximas ao centro urbano de Londres nas décadas seguintes (GLASS, 1964). Em *London: Aspects of Change* (1964), Glass discorre sobre as rápidas e constantes transformações espaciais advindas com a chegada dessa classe na região. Com a consequente consolidação de uma nova dinâmica socioeconômica, bairros centenários foram perdendo sua característica popular (Figura 3) e as famílias ou indivíduos que não dispunham de melhores condições financeiras se viram obrigadas a procurarem novas moradias nas áreas mais periféricas.

³ Disponível em: <https://www.dicasondeficar.com.br/onde-ficar-em-caraiva-ba/>.

Figura 3 - Mercado Interno de Brixton em 1981 e 2016, Londres.



Fonte: The Guardian⁴ (2016).

A partir do final da década de 1970 com o declínio do modelo socioeconômico dos países industrializados e a sua posterior "recuperação" com a consolidação de políticas neoliberais, o fenômeno da gentrificação começou a ser percebido em diversas cidades capitalistas dos países ocidentais.

Analisando o processo de gentrificação em Nova Iorque entre as décadas de 1980 e 1990, o geógrafo Neil Smith reconheceu o diferencial de renda como fator determinante para o resultado desse processo (SMITH, 1996). Para Smith, o processo de gentrificação se constitui como um fenômeno socioespacial ocasionado pela chegada de novos moradores sobre áreas inicialmente ocupadas por comunidades de menor poder aquisitivo. Nas décadas seguintes, essa mesma percepção e ocorrência em outras esferas políticas e geográficas globais passaram a chamar a atenção de diversas áreas do conhecimento como o planejamento urbano, a antropologia, áreas da saúde, turismo, direito, entre outras.

No final do século XX o processo de gentrificação no Norte-Global passaria a ser reconhecido por alguns autores como uma espécie de revitalização urbana de áreas ociosas, para posterior ocupação das classes médias e superior da sociedade e a sua consequente utilização devida.

⁴ Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/gallery/2016/jan/14/brixton-makeover-gentrification-then-and-now-in-pictures>.

“O fenômeno fundamentalmente urbano conhecido como gentrificação consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status*.” (BATALLER, 2019, p. 10).

Apesar de se basear em ideais liberais e racionais de mercado, o processo de gentrificação em um contexto vigente capitalista neoliberal tem como principais sintomas significativas transformações ambientais, sociais, econômicas e culturais, que resultam na exclusão, expulsão ou até mesmo a eliminação de determinados agentes indesejados pela classe dominante. O processo de gentrificação visto como um fenômeno benéfico de transformação socioespacial normaliza políticas coloniais de higienização social⁵ e, em uma sociedade capitalista, com consentimento ou participação do Estado.

Agindo assim, o Estado cumpre o papel de órgão "higienizador" da sociedade: favorecendo setores que possam gerar retorno financeiro e investimentos externos em detrimento de comunidades locais supostamente atrasadas. Utilizada como tecnologia de poder para o controle de corpos e de massas (populações), o biopoder (FOUCAULT, 2008), mecanismos de atuação da classe dominante a fim de manter o *status quo* e extrair do corpo humano a sua força produtiva, faz uso da força para combater os perigos que possam interferir nessas relações.

Para o capitalismo, uma sociedade só é reconhecida quando ela segue as regras do capital. Aqueles que a enfrentam e tentam combater os impactos desse modo de vida predatório como as populações originárias de Abya Yala⁶ (Américas), por exemplo, são rapidamente tomadas pela força do capital. Diante das políticas neoliberais de favorecimento de uns em detrimento de outros, restam aos povos e comunidades tradicionais se opor a quaisquer formas ou modo de usurpação de recursos naturais em seus territórios, resistindo a toda sorte de sofrimentos e ameaças.

⁵ Entende-se por higienização social como o termo da sociologia que se refere à eliminação de elementos sociais “indesejados” (ou todos aqueles diferentes da classe racial/social dominante) - fenômeno este carregado de conceitos racistas, supremacistas e colonialistas.

⁶ Abya Yala significa na língua do povo Kuna “Terra madura” ou “Terra de sangue vital” - expressão utilizada para se referir à parte do continente americano em que esses povos habitavam antes da chegada dos europeus. Originários da Serra Nevada no norte da Colômbia e vivendo atualmente na costa caribenha do Panamá em Kuna Yala (Terra dos Kuna), Abya Yala representa, de acordo com a cosmogonia Kuna, o estágio final da evolução e formação da “Mãe Terra”. Embora diferentes povos atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam, o termo Abya Yala vem sendo utilizado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto ao nome América. Como exercício de decolonização e resgate das tradições originárias, este trabalho irá se referir ao continente americano pelo nome de Abya Yala.

1.3 GENTRIFICAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU

As Reservas Extrativistas são Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável⁷ que visam garantir a proteção dos territórios que apresentem características ecológicas e ambientais relevantes para populações tradicionais. De acordo com o artigo 19 da Lei n.º 9.985 de 2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as RESEX são:

[...] áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000 b).

A ideia de uma reserva demarcada que garantisse a exploração sustentável de seus recursos por parte dos povos e comunidades tradicionais surgiu no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília (UnB) em 1985. Chico Mendes (1944 – 1988), líder dos seringueiros da Bacia Amazônica e importante ativista político e ambiental brasileiro, foi o responsável pela luta em assegurar meios que garantissem a preservação da floresta e das seringueiras nativas – recursos essenciais para a vida desses povos nas florestas e que sofriam com a expansão de grandes pastagens e a especulação fundiária.

Inaugurada em 1990 no estado do Acre e levando o nome do seu grande idealizador (assassinado em casa a mando de grileiros), a RESEX Chico Mendes foi a primeira do tipo criada no Brasil. Inicialmente, tinha como principal objetivo uma espécie de reforma agrária para os povos da floresta que assegurasse a permanência e exploração sustentável dos recursos naturais.

Com o passar dos anos, o conceito de preservação dos meios de subsistência, cultura e permanência das populações tradicionais em seu território ancestral foram agregando diversas especificidades e abarcando não somente povos tradicionais das florestas amazônicas, mas também as várias outras comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, caiçaras etc.). De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), estão cadastradas atualmente 113 RESEX no Brasil, sendo 18 delas reservas marinhas (ISA, 2020), como é o caso da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau.

⁷ As Unidades de Conservação de Uso Sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, admitindo a presença de moradores e a coleta e o uso dos recursos naturais, desde que ocorram de forma responsável e sustentável.

Na década de 1970, com a construção da rodovia BR-101 facilitando a rede de acesso para região do extremo sul da Bahia, houve um rápido crescimento econômico e populacional nos distritos de Porto Seguro, Arraial d’Ajuda e Trancoso (MATOS et al, 2014). Devido ao valor histórico e turístico da região, várias comunidades tradicionais passam então a presenciar a constante chegada e permanência de novos turistas, moradores e empreendimentos. Inicia-se assim, o processo de gentrificação.

Com o prenúncio de uma nova dinâmica econômica entrando em curso sustentado pelo setor turístico (CARVALHO, 2008), o número de turistas na região mais que dobra durante a segunda metade da década de 1990 (Figura 4).

Figura 4 - Embarques para Porto Seguro/BA (1994-2000)

Ano	Passageiros embarcados
1994	158.070
1995	269.294
1996	229.665
1997	235.900
1998	275.369
1999	327.124
2000	330.720

Fonte: Carvalho (2008).

Diante dos abusos da pesca predatória das frotas industriais na região e do aumento na demanda por frutos do mar (bares, restaurantes *etc.*), grupos de pescadores artesanais de 9 comunidades tradicionais dos municípios de Prado e Porto Seguro (do distrito de Cumuruxatiba, ao sul, até Curuípe, ao norte), inspirados pela luta de outros povos e comunidades tradicionais do Brasil, se unem no ano de 1998 em prol da criação de uma Unidade de Conservação que protegesse a região (DI CIOMMO, 2007). Visando garantir os meios de subsistência para as comunidades tradicionais - tais como a pesca de camarões e determinadas espécies de peixes em determinadas épocas do ano, atividades de vital importância para as comunidades locais - criou-se em 2000 a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau.

Fruto da luta e organização dos povos indígenas e comunidades de pescadores tradicionais, a criação da RESEX Marinha do Corumbau teve como principal objetivo garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelos povos e comunidades tradicionais locais. Com isso, a exploração dos recursos naturais marítimos da região passa a ser exclusividade dos povos tradicionais da região, compostos por cerca de 650 famílias em sua grande maioria descendentes ou integrantes do povo Pataxó, distribuídas em nove localidades denominadas: Curuípe, Nova

Caraíva, Caraíva, Aldeias Indígenas de Barra Velha e Bujigão, em Porto Seguro/BA, e Corumbau, Veleiro, Imbassuaba e Cumuruxatiba, em Prado/BA. (ICMBio, 2021)

A RESEX Marinha do Corumbau se encontra na Região de Abrolhos, ecossistema de maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul e lar de espécies endêmicas de corais, molusco e crustáceos. Também é a principal região de reprodução das baleias-jubarte e de alimentação e desova de várias espécies de tartarugas marinhas (ICMBio). Camarões e determinadas espécies de peixes em determinadas épocas do ano são capturados em bancos pesqueiros, sendo tal atividade de vital importância econômica para as comunidades locais.

Ocorre que quase a totalidade da reserva foi delimitada na Zona Costeira e Marítima da região, assegurando aos extrativistas as atividades marítimas, mas expondo ainda mais o território terrestre, “objeto” de interesse do mercado imobiliário e do turismo. Com a já conhecida fama de vilas isoladas e paradisíacas, o território terrestre (e também tradicional) se torna uma terra fértil para o surgimento de pousadas de luxo, comércios e a até possibilidade de compra de “áreas ociosas” nas principais comunidades locais de Caraíva, Corumbau e Cumuruxatiba - comunidades costeiras da RESEX Corumbau não protegidas pela demarcação como Terra Indígena ou outra categoria impeditiva do acesso.

Com somente a garantia da Zona Costeira e Marítima para as populações e comunidades tradicionais, problemas relacionados ao uso e ocupação do solo na porção terrestre (e também tradicional) se intensificam. Já em 2004, 2 (dois) anos após a publicação do Plano de Utilização da RESEX Corumbau, discute-se sobre a influência das características físicas e socioeconômicas na ocupação e no uso da terra das bacias hidrográficas dos rios Caraíva e Corumbau (STORI, 2004).

Décadas seguintes, locais em Caraíva que antes serviam de contenção para o rio nas marés altas e como espaço de pesca e lazer nas marés baixas, hoje dão lugar a decks privados e ilegais (Figuras 5 e 6):

Figura 5 - Beira do rio na década de 1980

Fonte: Acervo Pousada da Terra (1982).

Figura 6 - Ocupação ilegal na beira do rio

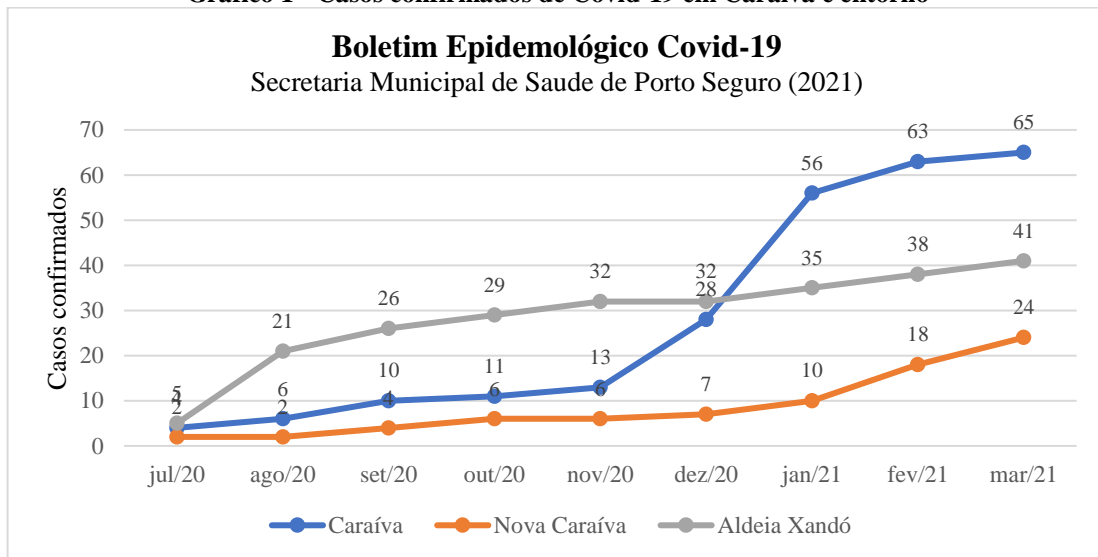
Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Somado aos inúmeros problemas advindos do processo de gentrificação que acabaram resultando na expulsão da maior parte da população nativa, o recente surgimento da pandemia do novo coronavírus expôs ainda mais a fragilidade do território. No estudo de caso, por exemplo, moradores nativos que hoje representam cerca de 1/3 da população total da vila (MARCOS; ANDRADE; MENEZES, 2018 a) relatam sobre a ineficiência da infraestrutura e de equipamentos básicos de saúde, bem como a falta de fiscalização e controle da prefeitura diante da reabertura da Vila para o turismo, em setembro de 2020:

"Difícilmente você vê um turista usando máscara, aqui a gente não tem guarda municipal para controlar isso, a polícia não fica o dia todo, ela fica uma parte do dia só. A gente tem um posto de saúde aqui, mas é um postinho, postinho mesmo. A UPA está em Trancoso, a gente não tem médico 24 horas." (PRASER, 2020).

Como consequência da reabertura, os casos confirmados de contaminação pelo novo coronavírus em Caraíva aumentaram significativamente entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021 (Gráfico 1), período de alta temporada na região.

Gráfico 1 - Casos confirmados de Covid-19 em Caraíva e entorno



Fonte: SMS de Porto Seguro (2021).

1.4 JUSTIFICATIVA: ANTECEDENTES, ESTADO DA ARTE E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

Com o prejuízo econômico na parte marítima diante da proibição da pesca mercantil, grandes empresários passaram a realocar seus investimentos na zona costeira, igualmente rica em biodiversidade e de alto potencial turístico de mercado.

Em poucos anos, houve explosão turística e habitacional na região. Após a intensiva compra de terrenos dentro das vilas e a constante chegada de turistas, novos empreendimentos e moradores se instalam na região e foram poucos os habitantes tradicionais que conseguiram resistir aos efeitos perversos do processo de gentrificação. Para um morador nativo de Caraíva, a situação do território terrestre 20 anos após a criação da RESEX Corumbau é bastante preocupante:

"Se Caraíva continuar do mesmo jeito, os nativos vão desaparecer junto com os nossos costumes e tradições, que são antigas. Gostaria que continuassem [filhos e netos] morando em nossa terra e preservando a nossa história. Um jeito de assegurar isso seria a inclusão do território terrestre na RESEX Corumbau, garantindo espaço 'pra' gente morar". (FERREIRA *et al*, 2018 b).

Neiman (2020) cita que a falta de controle do Estado perante os incentivos turísticos na região, tornou urgente a necessidade da criação de uma Câmara Temática do Ecoturismo de

Base Comunitária no âmbito do Conselho Gestor da RESEX Corumbau (NEIMAN, 2020), além da realização de diagnóstico detalhado sobre as comunidades tradicionais locais e os atrativos existentes para a implementação do Turismo de Base Comunitária na região. Apesar das especificidades no caso da RESEX Corumbau, o problema do processo de gentrificação e do turismo em destinos turísticos e tradicionais ocorre também em outras reservas.

Percebendo o significativo aumento do turismo na RESEX Mãe Grande de Curuçá/PA com o passar dos anos, Pereira analisa a relação entre a gestão ambiental e a possibilidade do turismo no desenvolvimento da comunidade da vila de Mutucal, no Paraná (PEREIRA *et al*, 2019). Constatando o potencial turístico na região e a sua importância como fenômeno social agregador para as dinâmicas da comunidade tradicional, Pereira propõe a qualificação e educação ambiental para a comunidade, a fim de organizar e planejar mediante processo participativo melhores soluções para com a comunidade antes que a força do capital chegue ao território.

A análise do estado da arte acerca do processo de gentrificação em territórios tradicionais é ainda recente, ocupando-se na busca por soluções e metodologias diversas que revertam ou mitiguem os efeitos destrutivos da gentrificação de maneira efetiva nos locais em que ele já foi instaurado. Além da falta de diretrizes, cada território e comunidade são detentoras de especificidades e contexto sociocultural próprios, aumentando a lacuna neste campo específico do processo de gentrificação e a sua relação com as práticas turísticas em territórios tradicionais. Há, porém, o apontamento de diversos autores sobre possíveis soluções e os principais desafios das reservas extrativistas como: a preservação dos ecossistemas, medidas contra o turismo desordenado e insustentável, metodologias participativas e a valorização e qualidade de vida das comunidades locais (STORI, 2004; OLIVEIRA, 2012; RISSO, 2012; FALCÃO, 2013; LOBATO *et al*, 2014; HAMOY, 2018; NEIMAN, 2020).

Abaixo, uma síntese (Tabela 1) com as principais propostas analisadas que discutem e agregam com a temática, problemática e metodologias desta pesquisa:

Tabela 1 – Propostas para RESEX e processo participativo

AUTORES	TEMÁTICA/PROBLEMA	CONTRIBUIÇÕES
STORI, 2004	Influência das características físicas e socioeconômicas na ocupação e no uso da terra das bacias hidrográficas dos rios Caraíva e Corumbau no Sul da Bahia	Propõe ações fiscalizadoras das áreas protegidas e a criação de um programa de educação ambiental comunitária, visando o controle da ocupação humana e das atividades desenvolvidas na região.
MENEZES, 2006	Gestão participativa em Caraíva	Propostas de desenho urbano-ambiental (mini corredor ecológico) mediante processo participativo

DI CIOMMO, 2007	Pesquisa participativa na RESEX Corumbau	Elaboração de um Plano de Manejo do Turismo de forma participativa, garantindo a sustentabilidade socioambiental do local
ANDRADE; LEMOS, 2015	Princípios das Dimensões da Sustentabilidade Ambiental, Social, Econômica e Cultural	Identificação e elaboração de soluções por meio dos padrões espaciais e de acontecimentos.
PEREIRA, 2019	Turismo e gestão ambiental na RESEX Curuçá	Propõe qualificação e educação ambiental para a comunidade a fim de organizar e planejar melhores soluções para a comunidade
SOARES, 2020	Turismo de base comunitária na RESEX Soure	Elaboração de modelo instrumento de coleta de dados para conhecer o impacto do Turismo na reserva
NEIMAN, 2020	Ecoturismo de base comunitária na RESEX Corumbau	Propõe a criação da Câmara Temática do Ecoturismo de Base Comunitária no âmbito do Conselho Gestor da RESEX Corumbau e a realização de diagnóstico sobre as comunidades e os atrativos existentes para a implementação do TBC.

Fonte: Autor (2021).

Em relação ao presente projeto de pesquisa iniciado em 2017 no âmbito do curso REABILITA (PPG-FAU/UnB) e intitulado de "Estudo sobre território de uso tradicional nas vilas da RESEX Corumbau - o caso de Caraíva - PROJETO SUBMETIDO AO ICMBIO", já foram realizados artigos, três visitas de campo, aplicação de metodologias e elaboração de uma cartilha, contribuindo com estudos e diagnósticos da região.

Visando atender e auxiliar na elaboração de ferramentas e instrumentos de auxílio de maneira participativa e que ajude na luta pelo direito ao território e a qualidade de vida dos menos favorecidos perante as máquinas do Estado, este trabalho está inserido no Grupo de Pesquisa e Extensão "Periférico, trabalhos emergente" (FAU/UnB), registrado no CNPq e com foco no desenvolvimento de pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico, relacionados a produção do espaço no campo e na cidade (reforma agrária e reforma urbana).

O Grupo Periférico (FAU/UnB) tem atuado em diversas comunidades periféricas do Distrito Federal e na região do entorno do DF em Goiás, bem como assentamentos da Reforma Agrária do MST e comunidades tradicionais (Quilombolas em Goiás e Cavalcante, Chapada do Veadeiros). O Quilombo Mesquita, nas proximidades de Brasília, foi o território escolhido para a aplicação dos trabalhos da Nucleação da Residência AU+E UNB-FAU/UFBA para atender as demandas levantadas a partir de trabalho já realizado pelo Periférico, apontadas pela comunidade bem como oportunidade de trocas de saberes e experiências com os moradores da região. Atualmente, junto com o EMAU/CASAS, está trabalhando no processo de

regularização fundiária com a Ocupação Urbana Irmã Dorothy Stang na região de Sobradinho – DF e na Chácara Santa Luzia na Cidade Estrutural, região do antigo lixão de Brasília, nos limites do Parque Nacional de Brasília.

Um dos princípios fundamentais das pesquisas no âmbito do Grupo Periférico é o processo participativo e contínuo com a comunidade (pesquisa-ação). Esse processo tem como principal objetivo levar o pesquisador ao encontro com a comunidade/local de estudo e analisar as problemáticas urbanas e ambientais a partir do ponto de vista dos seus usuários. Baseados na pedagogia de Paulo Freire (2005), que considera necessário o aprendizado que leve o indivíduo ao diálogo com o outro, sendo o homem um "ser de relações e não de contatos" (FREIRE, 2005), esse processo tem como objetivo a elaboração de propostas e soluções a partir das demandas e necessidades da comunidade e do território.

O primeiro artigo elaborado. "Por um Território Terrestre da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, o caso de Caraíva" (FERREIRA *et al*, 2018 a), foi aprovado e publicado nos anais do congresso internacional PLURIS 2018⁸ e teve como principais objetivos, mediante metodologia etnográfica e participativa com aplicação de questionário no local (Tabela 2), a aproximação com a comunidade e o território. Como resultado, foram conhecidos os principais agentes e lideranças da comunidade nativa e o contato inicial com a Associação dos Nativos de Caraíva – ANAC, além da ciência dos problemas e demandas da comunidade local:

Tabela 2 - Questionário Semiestruturado

PERGUNTAS	RESPOSTAS/PONTOS COMUNS
Residência atual e principal fonte de renda da família:	A maioria dos entrevistados residem em Caraíva ou nos arredores (Aldeia Xandó e Nova Caraíva) são extrativistas ou ex-extrativistas aposentados. Além da pesca, trabalham também com turismo - pousadas, camping e restaurantes - e ecoturismo - passeios de barco, remo, SUP, entre outros.
Principais problemas enfrentados pelos nativos atualmente:	O turismo predatório e o processo de gentrificação são os maiores problemas enfrentados pelos nativos.
Como será o futuro das próximas gerações em Caraíva?	Acreditam que, se não houver a inclusão do território terrestre da RESEX e leis que favoreçam os povos tradicionais da região, sua cultura e seus costumes irão desaparecer, juntamente com os nativos da região, já que pessoas de fora são a grande maioria atualmente.
Gostaria de mudar de Caraíva?	Os que pensam em se mudar, querem ir para um local próximo (Nova Caraíva ou Aldeia Xandó). Mas a maioria prefere continuar morando no distrito por conta das suas raízes e tradições.

⁸ Publicado nos anais do 8º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS 2018: <https://www.dec.uc.pt/pluris2018/Paper1350.pdf> e publicado na Revista Paranoá 22: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/25729/22619>.

Mora onde gostaria e se não, em qual parte do distrito gostaria de morar?	Muitos moram onde desejam. De acordo com os entrevistados, a parte próxima ao rio é a mais adequada para (trabalho, pesca, etc.)
O que acha de os nativos serem menos de 1/3 da população de Caraíva?	Acham ruim. Percebem que estão perdendo cada vez mais força e que pessoas de fora com outros costumes estão impondo sua cultura sobre eles.
Qual a sua relação com os não-nativos?	A maioria tem uma relação de respeito e de boa convivência, mas acreditam não ser recíproco.
O que poderia ser feito para melhorar essa relação?	Mais união dos moradores e conscientização dos não-nativos que aquele local e suas tradições são importantes.
Como são tomadas as decisões sobre as questões coletivas em Caraíva?	Por meio da ANAC – Associação dos Nativos de Caraíva e outras associações da região (comerciantes, empresários). Mas nem todos comparecem.
O que poderia ser feito para melhorar essa situação?	Maior participação da comunidade nas reuniões. Poucos comparecem e as reuniões se resumem somente aos conselheiros da RESEX, presidência e tesoureiro.
O que pensa sobre as ocupações? (Equipamentos urbanos, espaços públicos, barracas, etc.)	Poucos equipamentos urbanos (somente uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde). A maioria das pousadas e barracas/restaurantes ocupam e privatizam áreas públicas. Concordam com as barracas dos Índios, mas acreditam ser melhor uma estrutura desmontável.
Quais os principais problemas de saneamento no distrito?	Atualmente, ainda é utilizado sistemas de fossas. O distrito não possui água tratada e nem tratamento de esgoto.
E sobre a coleta, destinação e tratamento de lixo?	Não existe uma educação em separar o lixo. O distrito não possui coleta e tratamento de lixo, onde ele é acumulado na beira do rio e depois levado para outras cidades. O que acaba contaminando o mesmo.
De onde vem o alimento que você consome?	Com exceção de frutos do mar e algumas frutas e verduras plantadas na aldeia, grande parte da alimentação (arroz, óleo, carne, etc.) vem de outras cidades.
Como eram feitas as construções antigamente?	Majoritariamente de pau-a-pique e cobertura de palha. Algumas casas mais antigas eram feitas de madeira e/ou palha (indígenas).
Tem algum parente ou conhecido que gostaria de retornar para Caraíva?	Muitos possuem conhecidos e familiares que acabaram vendendo ou trocando as suas terras anteriormente.

Fonte: Autor (FERREIRA *et al*, 2018 a).

De acordo com o padrão de respostas e outras conversas com os nativos locais, muitos acreditam que, se não houver a inclusão do território terrestre e tradicional como parte da RESEX (ou outras legislações ou ações que garantam a permanência das populações nativas mais a preservação dos ecossistemas locais), não só a comunidade tradicional de Caraíva irá desaparecer, mas também todos os outros povos indígenas e comunidades tradicionais da região - bem como toda uma rede ecossistemas, culturas originárias e conhecimentos tradicionais. Foi neste primeiro trabalho realizado em que se tomou conhecimento da real e preocupante situação da população nativa em Caraíva. De acordo com dados da Unidade de Saúde Familiar da região

em 2018, somente cerca de 1/3 da população total de 677 habitantes em Caraíva é composta por famílias e moradores tradicionais. Diante da extrema situação de expulsão dos povos tradicionais em curso, faz-se necessária a realização de estudos mais aprofundados sobre o território terrestre e tradicional do estudo de caso.

O segundo artigo elaborado, intitulado "Território Terrestre e Tradicional da RESEX Marinha do Corumbau: estudo sobre padrões espaciais na vila de Caraíva"⁹ (FERREIRA; ANDRADE; MENEZES, 2018 b) teve como principal objetivo as análises físicas e sociais da área de estudo por meio do entendimento e aplicação da metodologia das dimensões da sustentabilidade, desenvolvida pelas pesquisadoras da FAU/UnB Profa. Dra. Liza Andrade e Natália Lemos (2015). Essa metodologia avaliativa "Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana" que será mais bem aprofundada nos capítulos seguintes, aborda uma série de análises que seguem princípios norteadores a cada uma das quatro classes do desenvolvimento sustentável (ambiental, social, econômica e cultural):

Cumprindo etapas da pesquisa-ação e com a análise territorial e metodologias participativas realizadas – além de exigência de devolutiva por parte do ICMBio, elabora-se entre os anos de 2018/2019, no âmbito do Grupo de Pesquisa Periféricos (FAU/UnB), a cartilha "Vila de Caraíva: em busca do território terrestre das comunidades tradicionais da RESEX Marinha do Corumbau por meio do processo participativo e reabilitação ambiental e urbanística sustentável", resultado do TCC do curso de pós-graduação REABILITA (FAU/UnB). Como elemento principal da cartilha, são apresentados os principais estudos e metodologias já realizados durante a pesquisa e a elaboração de possíveis cenários de soluções sustentáveis, baseadas nas demandas e padrões de ocupação tradicional da vila de Caraíva.

Como um dos cenários de análise, vale citar os impactos diretos das constantes e indevidas invasões no pouco território terrestre e tradicional que pertence à RESEX (Zona Costeira). A redução das áreas de restinga e de mangues anexadas por pousadas, casas, bares e restaurantes (Figuras 7 e 8) causam diversos impactos ambientais na região e no ecossistema. Incluídas na Zona Costeira da RESEX Corumbau, os manguezais e restingas exercem uma série de benefícios ambientais e sociais como a exploração sustentável dos recursos naturais para fins alimentícios. São também berçários e zonas seguras para a alimentação e reprodução de diversas espécies animais e, além de servir como parâmetro para medição dos níveis da água

⁹ Apresentado no II Simpósio Brasileiro Online de Gestão Urbana – SiBOGU: <https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/4273/form246315968.pdf> e publicado no periódico técnico e científico Cidades Verdes da Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista – ANAP: http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/1930.

para a população tradicional, protegem o litoral de eventos erosivos causados pelas ondas e aumento da maré (BASTOS, 1995).

Figura 7 - Pousada ocupando área de restinga



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Figura 8 - Cenário 02: proposta de desapropriação e recuperação da restinga



Fonte: Autor (2019).

No ano de 2019, esta pesquisa se insere na área de Projeto e Planejamento Urbano e Regional (PP) do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB), no âmbito do mestrado.

Com a necessidade de aprofundar os conceitos complexos da temática e da problemática, direcionadas pelas demandas e necessidades da população tradicional local, esta pesquisa pretende responder:

- Quais leis, procedimentos, parâmetros e técnicas melhor auxiliam na busca por soluções contra o processo da gentrificação no estudo de caso? e;
- Quais leis, procedimentos, parâmetros e conceitos melhor se adequam às necessidades e demandas da população e do território tradicional local?

1.5 OBJETIVOS DA PESQUISA

Apresentando como o estudo de caso a Vila de Caraíva e o seu entorno imediato (Figura 9) - e como questão de partida (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998) "*Quais leis, procedimentos, parâmetros, técnicas e conceitos melhor viabilizam a busca por soluções contra o avanço do processo de gentrificação e no auxílio a luta pelos direitos e garantias da comunidade nativa local?*", este trabalho parte da hipótese inicial de que a inclusão do território terrestre e tradicional como parte da reserva garantiria a permanência e a preservação dos povos

e comunidades tradicionais e de toda uma rede de ecossistemas integrados. Logo, a ausência do território terrestre costeiro à RESEX Marinha do Corumbau como parte essencial da reserva como meio de assegurar o direito a permanência da população tradicional e a preservação dos ecossistemas, além da concertação política vigente e falta de aparo do Estado, contribuem significativamente para o avanço do processo de gentrificação.

Figura 9 - Vila de Caraíva e seu entorno imediato.



Fonte: Fotograma do Youtube¹⁰ (2020).

Levando em consideração as especificidades do terreno (como a ausência de porção terrestre significativa, por exemplo), o aumento do turismo nas últimas décadas e as demandas da população tradicional de Caraíva, esta pesquisa-ação participativa parte da teoria de que a elaboração de um planejamento urbano-ambiental e turístico da vila de Caraíva mitigaria o avanço do processo de gentrificação no local.

Visando dar continuidade aos estudos anteriormente iniciados e iniciar um diagnóstico mais aprofundado sobre a região – além de fortalecer a parceria entre as instituições (UnB+UFSB+ANAC), este trabalho tem como principal objetivo analisar e demonstrar o avanço do processo de gentrificação na RESEX Marinha do Corumbau, tendo como estudo de caso a vila de Caraíva e seu entorno imediato. Busca-se também, no âmbito da pesquisa-ação,

¹⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e6qzRD0m_kc&t=639s.

a elaboração de possíveis cenários de ocupação e reocupação (planejamento) urbano-ambiental e turístico para a vila de Caraíva.

Para tanto, faz-se necessário:

- **COMPREENDER** a complexidade do fenômeno da gentrificação e do turismo em territórios tradicionais, relacionando-as ao contexto sociopolítico e econômico do território como um todo ao qual ele se insere;
- **COMPILAR** e **ANALISAR** as legislações pertinentes aos povos e comunidades tradicionais em vigência, planos de manejo elaborados para Reservas Extrativistas em áreas turísticas ou de interesse turístico e a gestão participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (populações tradicionais);
- **ESTUDAR** a complexidade transdisciplinar sobre práticas participativas e padrões espaciais urbano-ambiental e turística, relacionando os princípios da sustentabilidade da forma urbana com os princípios do bem viver e do turismo como fenômeno social;
- **VERIFICAR** o estágio do processo de gentrificação em Caraíva e **FORMULAR**, mediante processo participativo, propostas de planejamento urbano-ambiental e turístico que visem mitigar os avanços do processo de gentrificação no estudo de caso;

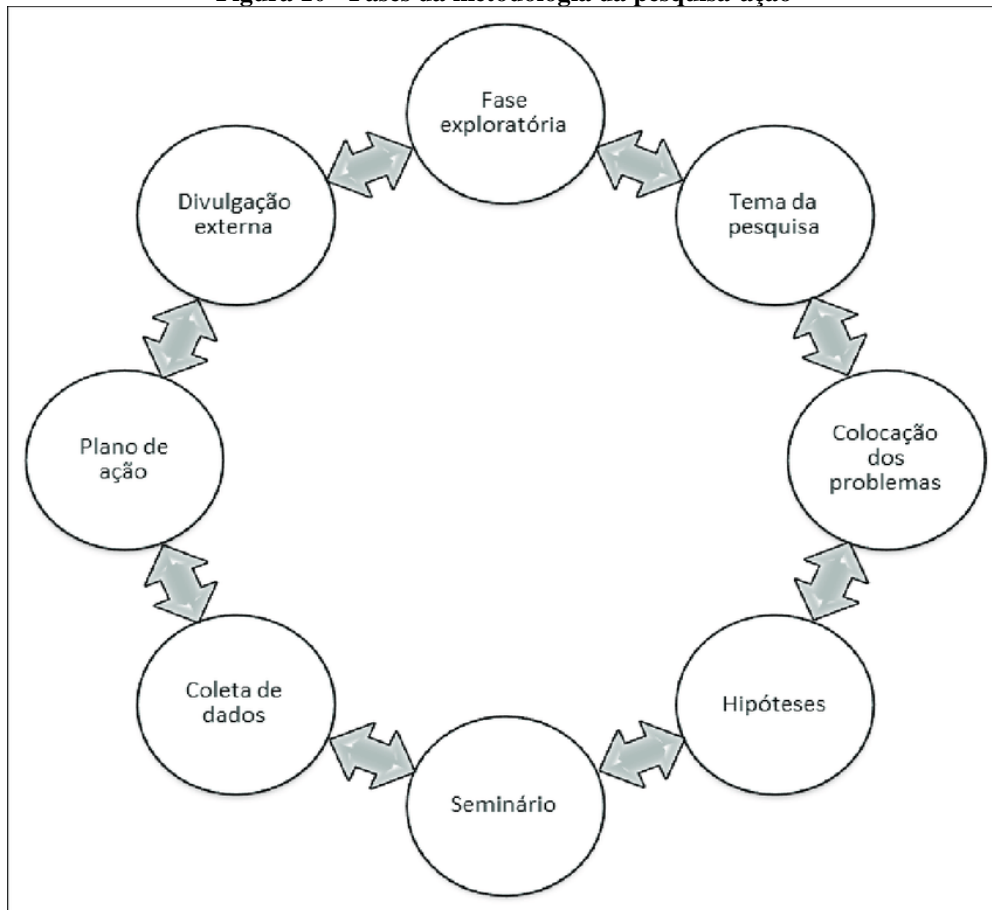
1.6 METODOLOGIA

Para este trabalho será utilizado o formato pesquisa-ação, método de pesquisa participativa e quali-quantitativa cujo principal objetivo é alcançar, ao mesmo tempo, a ação e os resultados da pesquisa.

A pesquisa-ação parte de uma estratégia metodológica participativa na busca por novos conhecimentos, respostas e soluções para os problemas reais, sendo esses resultados alcançados através da participação de sujeitos sociais em investigações, que passam de "objetos" de estudo para os sujeitos ou protagonistas da pesquisa. (BARBIER, 2002; MORIN, 2004; THIOLLENT, 2011). Conforme Thiollent (2008), a pesquisa-ação participativa parte de uma pesquisa social com base empírica, em que a equipe de pesquisadores e a comunidade local participam da resolução do problema de forma coletiva, provocando uma ação de interação

entre os membros envolvidos e contribuindo com a troca de saberes (THIOLLENT, 2008). É um processo que se modifica continuamente em espirais de reflexão e ação (Figura 10), onde não há um só resultado ou uma só conclusão, devendo o pesquisador proceder aos mesmos passos para a nova situação prática ou solução real para o problema.

Figura 10 - Fases da metodologia da pesquisa-ação



Fonte: Thiollent et al (2021).

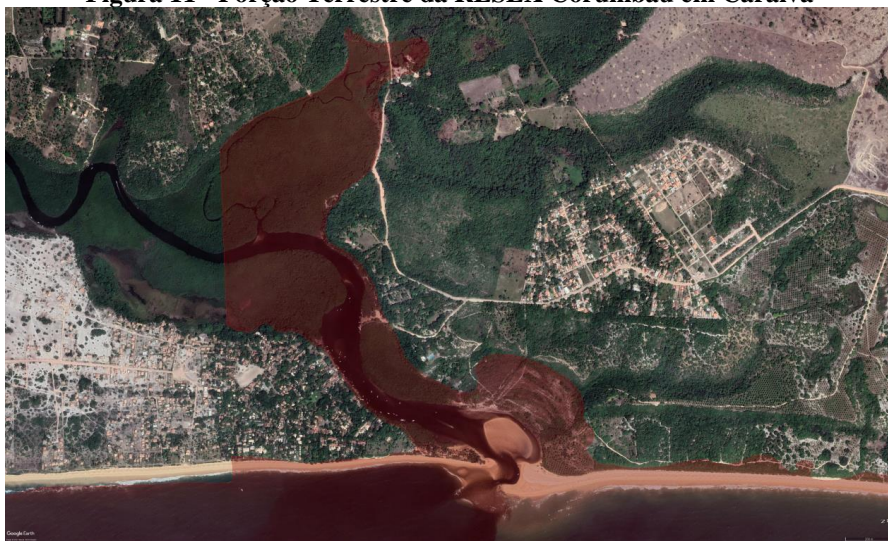
Para alcançar os objetivos desta pesquisa com base na metodologia de pesquisa-ação de Thiollent et al (2016), detectou-se a necessidade de revisão bibliográfica, jurídica e narrativa, já que fez uso e análise de materiais já elaborados ou narrados. Tal procedimento se torna importante na busca e alocação de conhecimento sobre o processo de gentrificação na RESEX Corumbau, já que o fenômeno é visto de diferentes maneiras em diferentes contextos (socioespaciais, econômico, político) e tem nas práticas turísticas de mercado como elemento importante para a sua consolidação e avanço (GLASS, 1964; SMITH, 1996; MAIA, 2015; JANOSCHKA, 2016; BATALLER, 2019; FERNANDEZ, 2020; BENI; MOESCH, 2017; MBEMBE, 2018; FOUCAULT, 1977/2008, ACOSTA, 2016; SANTOS, 2010; MACAS, 2014; FLEURI, 2020).

De abordagem quali-quantitativa, esta pesquisa buscou de fonte direta para a coleta de dados a opinião e interpretação dos entrevistados por meio da aplicação de questionário semiestruturado, com questões abertas e objetivas. Por conta do estado de pandemia pela Covid-19 e recomendações da OMS de isolamento social – além de se tratar de um território de povos e comunidades tradicionais, optou-se para a conclusão desta etapa a aplicação do questionário de forma remota (*google forms*), sendo de comum acordo com a ANAC e realizado durante o cadastro e recadastro dos pescadores tradicionais de Caraíva. Ao todo foram entrevistados 22 nativos, mediante Termo de Consentimento Legal e Esclarecido – TCLE, processo participativo devidamente registrado e seguindo as recomendações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (MS).

Para auxiliar a coleta de dados e a aproximação com a comunidade, fez-se uso de metodologia etnográfica participante (MALINOWSKI, 1978; FREIRE, 2005). Já para o diagnóstico físico e social do território, utilizou-se da metodologia de análise da "Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana" (ANDRADE; LEMOS, 2015), adaptada às especificidades de um território tradicional incorporando princípios da cosmovisão tradicional dos povos originários do território brasileiro (MUNDURUKU; WERÁ, 2019).

Por fim, com base na identificação dos padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais do território (ALEXANDER, 1977; ANDRADE, 2014), serão elaborados possíveis cenários de planejamento urbano-ambiental e turístico de Caraíva, com foco na ocupação por parte da população tradicional de áreas não ocupadas dentro da RESEX (Figura 11), de acordo com o Extrato de Cessão de Uso publicado em julho de 2021 (DOU, 2021).

Figura 11 - Porção Terrestre da RESEX Corumbau em Caraíva



Fonte: Autor (2021) com auxílio do Google Earth e dados do ISA.

Tais procedimentos fazem parte do processo metodológico para os projetos do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes (FAU/UnB), sendo dividido em 3 etapas inter-relacionadas: (1) análise do contexto físico social, a (2) participação e a (3) elaboração dos padrões espaciais (parâmetros) e propostas alternativas (Figura 12).

Figura 12 - Metodologia do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes (FAU/UnB)



Fonte: Andrade (2017) elaborado pelo autor.

A primeira etapa (1) é realizada a partir da análise do contexto físico e social do estudo de caso, utilizando a metodologia de "Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana" (ANDRADE; LEMOS 2015) e apresentada como parte do trabalho do grupo de pesquisadores da FAU/UnB. Essa metodologia aborda uma série de análises que seguem princípios norteadores a cada uma das quatro classes do desenvolvimento sustentável (ambiental, social, econômica e cultural), mostrando como as soluções podem ser elaboradas de maneira inclusiva onde abordam cada esfera urbana e ambiental do estudo de caso. É uma metodologia que auxilia no estudo e na busca por soluções sustentáveis que podem ser adotadas para o planejamento e de desenho urbano ambiental das cidades.

A etapa seguinte (2) consiste na elaboração participativa de soluções, na forma de códigos ou padrões elaborados a partir dos problemas relatados pela comunidade e das soluções apresentadas. Em sua tese, Andrade (2014) estabeleceu novos padrões baseados no mesmo formato de uma linguagem de padrões proposto por Alexander *et al* (1977), abrangendo todos os processos que sustentam os recursos naturais e humanos – sendo de bastante utilidade para

este trabalho, já que parte de princípios básicos de meios de subsistência da comunidade tradicional e como elemento base para a adição de conceitos da cosmovisão indígena.

A terceira etapa (3) é o processo de participação, instrumento necessário para promover a igualdade entre o pesquisador e o objeto de estudo – ou a comunidade, como no caso. Essa etapa tem como base os métodos e técnicas do manual do LNECO (DED/NAU, 2013), buscando: a aproximação com a comunidade por meio de eventos, questionários e entrevistas; o entendimento do problema a partir da visão local; o desenvolvimento de salões por meio de discussões; a apresentação de propostas alternativas e a escolha da mais adequada e; a apresentação do produto. Andrade (2017) destaca que as técnicas ou métodos participativos variam de acordo com o perfil da comunidade e envolvimento do pesquisador, podendo requerer mais dedicação, tempo e recursos.

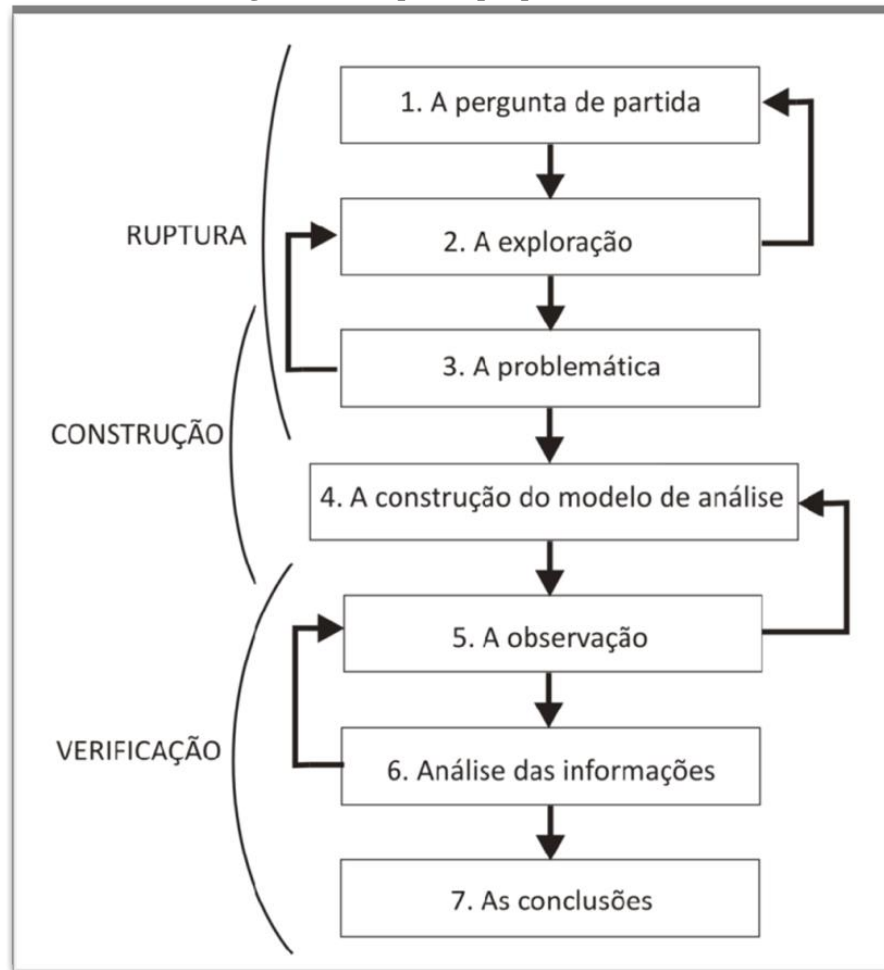
1.7 ESTRUTURA DA PESQUISA

No campo da investigação social, ao qual se aplica este estudo, os percursos metodológicos são "um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceito como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica" (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 31), ou seja, análogo a pesquisa científica no campo das exatas, por exemplo, a investigação social é marcada pela variabilidade e adaptação, que se adequam a cada estudo de caso - uma das técnicas mais adotadas em dissertações e teses no campo da Arquitetura e Urbanismo (SERRA, 2006, p. 82).

Para Quivy, e Campenhoudt (1998) toda investigação social deve seguir três procedimentos fundamentais: a ruptura, que consiste em romper com os preconceitos e as falsas evidências; a construção, realizada a partir de um sistema organizado e lógico onde se baseia o fenômeno estudado e a verificação, já que para uma proposição ter estatuto científico deve ser aplicada e verificada pelos fatos.

Estes três eixos da pesquisa científica são independentes uns dos outros e são realizados ao longo de uma sucessão de operações agrupadas em sete etapas (Figura 13) que se interagem entre si de várias formas: a questão inicial; a exploração do tema; a problemática; a construção do modelo de análise; a coleta de dados; a análise das informações e as conclusões.

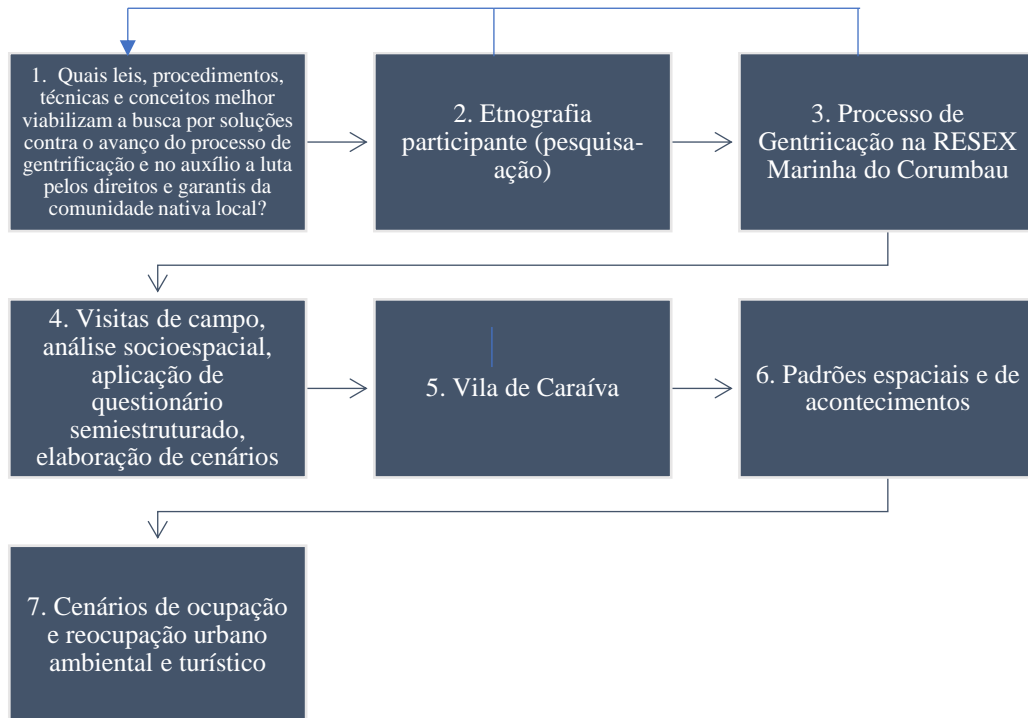
Figura 13 - Etapas da pesquisa científica



Fonte: Quivy & Campenhoudt (1995).

Apesar do contato do pesquisador com essa metodologia somente após o ingresso no mestrado (PPG-FAU/UnB), essa metodologia elaborada por Quivy e Campenhoudt (1998), em essência, norteiam e orientam esta pesquisa-ação, contribuindo para a organização da temática, apresentando a problemática e as metodologias propostas e, posteriormente, aplicando-as (Figura 14) para se obter um resultado esperado.

Figura 14 - Aplicação da metodologia de Quivy e Campenhoudt



Fonte: Autor (2021).

Diante de tais propósitos, a pesquisa estrutura-se em 5 capítulos. No **Capítulo 1**, apresenta-se toda a formação inicial da pesquisa, bem como a introdução ao tema/problemática do estudo de caso a partir de uma revisão bibliográfica acerca do fenômeno da gentrificação.

O **Capítulo 2** trata sobre o contexto sociopolítico no qual se insere a problemática e a sua relação com as práticas turísticas (turistificación, 2021) em Abya Yala. Versa-se também sobre as legislações pertinentes aos direitos dos povos e comunidades tradicionais e os exemplos existentes de planos de manejo e medidas que possam contribuir com o trabalho. Destaca-se também neste capítulo a importância do turismo visto como um fenômeno social inerente ao ser humano e a busca por um “outro turismo” (MOESCH; GASTAL, 2004).

No **Capítulo 3**, trata-se dos procedimentos metodológicos-científicos presentes na investigação social (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). Leva-se em conta a transdisciplinaridade e a complexidade do tema e sua abrangência com diversos saberes e áreas do conhecimento. Esta pesquisa se inicia a partir de uma metodologia etnográfica e participativa, baseada em conceitos básicos de análise de campo da antropologia e a práxis participativa com a comunidade local de Paulo Freire (FREIRE, 2005). Posteriormente, discorre-se sobre a inclusão das cosmovisões tradicionais na análise dos princípios da

sustentabilidade (ANDRADE; LEMOS, 2015) e a possível identificação e geração de novas soluções e padrões espaciais e de acontecimentos (ALEXADER, 1977).

O **Capítulo 4** é dedicado ao estudo de caso. Onde apresenta-se um breve histórico da região, do seu uso e ocupação do território tradicional e seus principais conflitos territoriais, apontando as especificidades atuais do território tradicional e a aplicação das metodologias participativas de análise e coleta de dados para a produção de possíveis cenários de planejamento urbano-ambiental e turístico.

No **Capítulo 5**, último capítulo do estudo, são sistematizados os resultados obtidos no estudo de caso e a apresentação de possíveis cenários e propostas de soluções urbano-ambientais e turísticas que visam atender as necessidades da comunidade tradicional de Caraíva. Evidencia-se também a importante contribuição da aplicação de metodologias participativas na busca por soluções adequadas e a decisão e opinião da comunidade nos processos participativos.

Por fim, sintetiza-se nas **Considerações Finais** os principais resultados obtidos do trabalho e pontos de interesse comum entre a academia e as necessidades da comunidade tradicional local que, pertinentes ao tema, contribuam com sugestões para a continuidade da pesquisa.

2 O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: COMO PLANEJAR E AGIR PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS EM SEU TERRITÓRIO E A PRESERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS

2.1 INTRODUÇÃO

"Considerar o que os povos indígenas dizem sobre o mundo até suas últimas consequências lógicas significa romper com a ideia de que há várias culturas e uma só natureza sobre a qual a ciência teria acesso privilegiado. Ao contrário, há várias naturezas inter-relacionadas com cosmologias explicativas que podem oferecer substrato teórico fértil para novas invenções de sociabilidade e, conseqüentemente, de instituições etnodemocráticas." (ALBUQUERQUE, 2019, p. 108).

Entende-se por epistemologias¹¹ do Sul como a proposta se fazer ciência a partir de outros pontos de vistas, em combate e superação ao pensamento abissal e excludente da ciência moderna exclusivamente norte global – "uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul" (SANTOS, 1995). Simboliza a luta contra o sofrimento, a exclusão e o silenciamento dos povos e culturas que, ao longo dos séculos, foram dominados pela imposição e dominação política e cultural de países do norte global.

Esta exclusão de outros saberes e interpretações, que há muito são considerados como formas não compreensíveis ou irrelevantes, é fruto de uma visão europeia dominante da ciência moderna que, segundo Boaventura, monopoliza o direito em distinguir o que é verdadeiro ou falso ou o que seria científico ou não, desconsiderando o conhecimento popular e tradicional como também produção do conhecimento (SANTOS, 2010).

Diante das diferentes formas e entendimento do fenômeno da gentrificação, surge a necessidade para a presente pesquisa de se pensar e agir a partir de outros referenciais dos quais tratam sobre a exclusão dos povos nativos de seus próprios territórios. Partindo de premissas e conceitos já estabelecidos, essa perspectiva de reflexão e ação em oposição à gentrificação pode

¹¹ De acordo com o dicionário Oxford epistemologia é um ramo da filosofia que trata sobre a reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte.

ter fundamento a partir daquilo que Boaventura Santos denominou como "epistemologias do Sul".

Em uma perspectiva de ciência latino-americana, autores como Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) defendem que o discurso descolonial não se aplica mais ao território outrora explorado. Para ambos, o “s” do termo descolonial indica não ser possível “desfazer” ou “desconstruir” o colonial:

“[...] transcender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, com el fin de las administraciones coloniales y la formación de los estados-nación em la perferia, vivimos ahora em um mundo descolonizado y pós-colonial”.
(CASTRO-GOMÉZ; GROSFUGUEL, 2007)

A perspectiva decolonial em contraponto ao colonizado descolonial propõe-se então através de uma ação contínua de identificar, transgredir e intervir em práticas políticas coloniais e imperialistas nos territórios outrora invadidos e dominados.

Para Walter Mignolo (n. 1941), importante semiólogo argentino contemporâneo e conhecido como uma das figuras centrais do pensamento latino-americano, a perspectiva decolonial no território é uma opção à monocultura do saber europeu, que insiste em manter-se hegemônica no horizonte intelectual (MIGNOLO, 2008). Seria a busca por alternativas e soluções para os problemas contemporâneos a partir de um conhecimento tradicional e ancestral. Trata-se então de uma atitude proativa de reconstrução das relações humanas e ecológicas expressas pelas milenares cosmovisões ancestrais não colonizadas.

Neste capítulo serão apresentados primeiramente o contexto sociopolítico e econômico vigente global, compreendendo autores como Foucault e Mbembe que discorrem sobre a biopolítica/necropolítica. Esse entendimento sobre como funcionam os mecanismos e tecnologias do poder (biopoder) para administrar a população é importante para a contextualização do processo de gentrificação em territórios tradicionais, onde o poder (Estado) age direta e indiretamente a partir de políticas público-privadas (neoliberalismo) para o favorecimento de uns em detrimentos de outros.

Em seguida, contextualiza-se o problema nos territórios tradicionais de Abya Yala (Américas) e do Brasil, onde esse processo acaba por acarretar o sofrimento, expulsão e até mesmo a eliminação de determinados corpos indesejados pelos diversos fatores. Por este fato, discorre-se também sobre as principais legislações nacionais e internacionais referente aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, detentores de cosmovisões, princípios e autonomia.

Por fim, devido a relação íntima entre o processo de gentrificação e as práticas turísticas, busca-se se compreender o turismo como um fenômeno social e como funcionam os planos de Manejo em Unidades de Conservação do tipo RESEX, auxiliando na compreensão das principais diretrizes sustentáveis para a preservação dos territórios na busca por um outro turismo – prática de extrema importância e valorização para a comunidade nativa de Caráíva.

2.2 BIOPOLÍTICA, NECROPOLÍTICA E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO

Para orientação inicial desta pesquisa, buscou-se compreender como fio condutor o processo de gentrificação a partir dos conceitos de biopolítica-biopoder do filósofo francês Michel Foucault e de necropolítica, do também filósofo camaronês Achille Mbembe. Veremos que a necropolítica de Mbembe não é uma variação ou continuidade da biopolítica foucaultiana, possuindo uma historicidade própria a partir de experiências políticas e culturais de um povo específico, onde, assim como na biopolítica, utilizam-se de mecanismos e tecnologias do poder para beneficiar ou prejudicar determinados corpos (NEGRIS, 2020).

Assim como esses pensadores contemporâneos, estudiosos e filósofos empiristas do século XV já debatiam sobre a correlação entre a política e a vida, e em como as diferentes formas de governo afetam diretamente o dia-a-dia da população sob sua tutela.

O teórico político e filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) compreendia que deveria existir um poder total, absoluto e soberano para garantir a ordem e a paz na sociedade, ou seja, submeter-se para sobreviver. Já John Locke (1635-1704), considerado o pai do liberalismo, defende posteriormente que a função do estado é garantir os nossos direitos naturais e transformá-los em direitos civis: direito à vida, o direito à liberdade e o direito à propriedade. Esse Estado, de poder soberano e absoluto, se torna detentor do direito absoluto sobre a vida e a morte, usando de mecanismos e tecnologias para fins de “fazer morrer e deixar viver” de acordo com a sua vontade (FOUCAULT, 2012).

Com as mudanças políticas do século XIX e a consolidação do capitalismo como forma de sistema econômico após a revolução industrial, a visão do corpo como um instrumento de trabalho e lucro fez com que a relação entre o "fazer morrer e deixar viver" se inverta. O Estado soberano passa então a "fazer viver e deixar morrer". Trata-se agora então da biopolítica (FOUCAULT, 2008), ou seja, quando o poder soberano atua diretamente em políticas que privilegiam determinada parcela da sociedade, assegurando somente a ela as garantias e o cumprimento de direitos básicos, o Estado "faz viver"; já quando o Estado atua de forma

passiva, ignorando a determinadas camadas da sociedade o direito às suas necessidades básicas para o seu crescimento e desenvolvimento, ele "deixa morrer".

O mercado, no capitalismo, é a máxima instância de deliberação da sociedade contemporânea: é ele que controla as relações e dita as regras de um mundo globalizado. Quando o poder age dessa maneira, cuidando e zelando pela vida de apenas alguns, ele necessariamente, causa o extermínio de outros (FOUCAULT, 1978).

Foucault explica que, após a necessidade do neoliberalismo em fazer que houvesse uma supervalorização do corpo humano, políticas públicas para a promoção da vida e da saúde (bem como o monitoramento das taxas de natalidade) foram implementadas para que o governo assegurasse a vida e o desenvolvimento da população. Esse seria o biopoder atuando para o fazer viver, seria um "[...] conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder." (FOUCAULT, 2008 b, p. 3). Ocorre que essa prática do biopoder insere na população o racismo nos mecanismos de controle do Estado (racismo estrutural), favorecendo determinadas classes raciais e sociais em detrimento de outros corpos indesejáveis, expulsando-os dos seus territórios e lhes omitindo direitos básicos que, em Abya Yala, persistem em causar o desaparecimento de diversas populações, saberes e culturas tradicionais.

O biopoder de um Estado elitista considera determinados corpos como ameaça, onde a morte e a eliminação desses corpos funcionam como segurança e saúde para o resto de uma população. É a partir desse pensamento que o filósofo e teórico político camaronês Achille Mbembe aprofundou os conceitos de biopolítica e criou o conceito mais complexo da necropolítica.

“A noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto? A guerra, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar. Se imaginarmos a política como uma forma, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular o corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder?”. (Mbembe, 2017, p. 108)

Partindo da noção de que existe um elemento de racismo no biopoder, Mbembe propõe que se passe a racializar e descolonizar o discurso, uma vez que são nas práticas racistas que se regulam a morte de determinados corpos (MBEMBE, 2018). Para Mbembe, o biopoder inserido

no contexto político e econômico dominante atual (neoliberal), passa não só a "fazer viver", como também a "fazer morrer". O Estado não é mais o agente passivo em relação aos corpos que antes se pensava ignorados pelo biopoder, mas sim um agente ativo, que faz uso do seu biopoder (ou necropoder) para dificultar o desenvolvimento de determinadas camadas da sociedade e até mesmo agir direta e indiretamente para a eliminação desses corpos.

É a partir desses conceitos que se propôs discutir sobre o fenômeno da gentrificação em territórios tradicionais, onde a aplicação de políticas neoliberais carregadas de elementos racistas e higienistas favorecem determinadas classes sociais em detrimento de outras, desconsiderando elementos históricos e culturais, saberes e conhecimentos ancestrais e noções de bem viver entre as comunidades e o meio ambiente (Figuras 15 e 16).

Figura 15 - Pousada de luxo em Caraíva



Fonte: Tripadvisor¹² (2019).

Figura 16 - Pousada tradicional



Fonte: Kitoki d'Aldeia¹³ (2021).

2.3 GENTRIFICAÇÃO/TURISTIFICAÇÃO EM ABYA YALA

Como já visto, o processo de gentrificação no contexto europeu é bastante diferente do que ocorre nos países do Sul Global. As teorias de Ruth Glass na Inglaterra e a do geógrafo Neil Smith em Nova York reconheceram o diferencial de renda como fator importante para a consolidação desse processo e a segregação social como principal consequência (SMITH, 1996). Porém, tais áreas de análise se aplicaram somente a casos particulares de países desenvolvidos do Norte Global.

O processo de gentrificação nos países Sul Americanos se difere mais pelo contexto cultural e social do que o exclusivamente econômico. Por ser um território tradicional de

¹² Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g1005978-d2297745-Reviews-Pousada_Casa_da_Praia-Caraiva_Porto_Seguro_State_of_Bahia.html.

¹³ Disponível em: <http://kitoki.com.br/>.

culturas milenares, aspectos como a composição étnica de determinada região (seja de indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas etc.) afeta potencialmente na decisão de “revitalização” dessas áreas. Tais povos e comunidades possuem um modo de vida integrado com o meio ambiente ao redor, compreendendo, respeitando e preservando os ciclos naturais nela presente e produzindo e retirando somente o necessário (alimentação, construções), garantindo o mesmo para as futuras gerações.

Michael Janoschka, geógrafo e pesquisador alemão que analisa o processo de gentrificação nas principais cidades da América Latina desde 2002, busca em sua trajetória decifrar a lógica por trás dos tipos de desapropriação em áreas históricas e com potencial turístico, já que esse fenômeno carregado de características coloniais impacta diretamente nos meios de vida, cultura e subsistência das populações tradicionais do continente.

A partir do implemento de políticas neoliberais durante o governo ditatorial de Pinochet (1973-1990) em Santiago do Chile (VILLAROEL, 2006), Janoschka aponta que a desapropriação de casas e terrenos no centro da capital contribuiu como um dos fatores principais para o processo de gentrificação ocorrido e consolidado na capital. Com a continuação das políticas neoliberais no governo do presidente Ricardo Lagos (2000-2006) - advogado e economista chileno conhecido pelas políticas neoliberais e pelos constantes conflitos territoriais com os *Mapuche*¹⁴ - há a criação de universidades e institutos particulares nas áreas populares "ociosas" da capital. Inicialmente, boa parte dos moradores dessas áreas foram desapropriados, realocados e substituídos por classes e instituições privadas de maior capital. Com o aumento do potencial econômico na região, o aluguel das casas chegou a dobrar nos períodos de 2002 a 2012. (JANOSCHKA, 2016). Como exemplo parecido no Brasil, o processo de gentrificação em território brasileiro, importante citar a transformação socioespacial ocorrida na região da Lapa, no Rio de Janeiro.

A região da Lapa no Rio de Janeiro, antes considerado um bairro popular e marginalizado por conta das rodas de samba nos bares locais, presencia durante a década de 1990 no pós-ditadura, a implantação de novos projetos imobiliários e arquitetônicos, trazendo uma significativa transformação socioespacial e que trouxe uma outra ressignificação para o espaço (MAIA, 2015). Devido a sua localização privilegiada, o bairro passou a contar com a presença de jovens universitários de classe média e novos moradores de maior poder aquisitivo. Consequentemente, a camada mais popular da região não conseguiu se manter com a alta dos

¹⁴ Os *Mapuche* são populações tradicionais que habitam desde regiões do centro-sul do Chile até o sudoeste da Argentina. De origem milenar, acredita-se que a cultura *mapuche* surgiu há mais de 2.500 anos atrás.

preços e do custo de vida e se viram obrigadas a procurarem moradias mais acessíveis nas regiões periféricas - contribuindo com o já intenso superadensamento que ocorre nas periferias do Rio.

Contextualizando para o processo de gentrificação em territórios tradicionais, é importante citar os casos dos povos tradicionais da Ilha de Boipeba-BA e dos Caiçaras (SP/RJ).

A Ilha de Boipeba, integrada a Área de Preservação das Ilhas de Tinharé no litoral Sul da Bahia e reconhecida como Patrimônio da Humanidade (UNESCO), é historicamente habitada por comunidades tradicionais de pescadores artesanais, marisqueiros e quilombolas, que vivem principalmente da pesca, da agricultura e do extrativismo. Devido às suas características preservadas e paradisíacas, também é um local de destino turístico para várias pessoas do Brasil e do mundo.

Com a inauguração de estradas e a facilidade de acesso para a região nas últimas décadas, moradores locais percebem um rápido aumento do turismo e a posterior chegada de novos empreendimentos. Já no início da década de 2000, se inicia a implementação do projeto turístico-imobiliário "Fazenda Ponta dos Castelhanos", que prevê a construção de residências de alto padrão, pousadas, aeroporto, cais e até mesmo um campo de golfe, ocupando uma área preservada e tradicional de pelo menos 20% da ilha (BOURSCHEIT, 2019).

De acordo com ambientalistas e moradores tradicionais da ilha, esse indevido loteamento de luxo causará enormes danos e impactos nas zonas de manguezais e na mata nativa da ilha, afetando não só os meios de subsistência dos seus habitantes tradicionais locais, como também os meios de subsistência de outras comunidades próximas como Moreré, Velha Boipeba e Monte Alegre, sendo as duas últimas regiões centenárias de origem quilombola. Já com as comunidades Caiçaras¹⁵ na região sudoeste do Brasil, a situação do processo de gentrificação se encontra em um estágio alarmante.

Incluído na Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu, no município de Paraty-RJ, o território das comunidades, como a comunidade de Marin de Sá, passou a maior parte do tempo isolado das dinâmicas sociais e políticas dos grandes centros urbanos, próximos ou distantes da região. Assim como em outros territórios caiçaras e regiões do litoral brasileiro, o turismo chega na década de 1970 a partir da abertura da BR 101. Na carência de políticas públicas afirmativas para a salvaguarda da população tradicional e incentivado pelo seu

¹⁵ Habitantes tradicionais do litoral das regiões Sul e Sudeste do Brasil, formado a partir da miscigenação entre povos indígenas, africanos e colonizadores europeus, tendo como meio de subsistência a pesca artesanal, a agricultura, a caça, o extrativismo e, mais recentemente, o ecoturismo.

potencial turístico e econômico da região (local histórico e tradicional, com paisagens paradisíacas e meio ambiente preservado), inicia-se o processo de gentrificação no território.

A turismóloga Laura Sinay, pesquisadora da UNIRIO, defende que o avanço do turismo de massa na região contribuiu diretamente para o desaparecimento de diversas famílias e comunidades caiçaras (gentrificação). Muitos tiveram suas residências substituídas por casas de praia e pousadas de alto luxo e os residentes que permaneceram na região, foram praticamente obrigados a servirem como mão de obra para os grandes empresários em seu próprio território (SINAY, 2019). Sinay conclui que esse fenômeno socioespacial ocasionou profundas mudanças culturais e econômicas dos povos Caiçaras, mudando a dieta, as formas de celebrações, vestimenta, arquitetura, mercado, lazer, ou seja, com o desaparecimento de histórias, costumes e saberes tradicionais (Figura 17).

Figura 17 - Manifestação de Caiçaras, indígenas e quilombolas contra propostas de realocação das comunidades em Ubatuba-SP



Fonte: Felipe Scapino¹⁶ (2016).

Diante de tais abusos, há de se buscar formas de garantir a permanência e os direitos originários desses inúmeros povos e comunidades tradicionais no continente. A seguir, serão apresentadas as principais legislações nacionais e internacionais referente aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

¹⁶ Disponível em: <https://outraspalavras.net/blog/gentrificacao-no-litoral-surge-uma-alternativa/>.

2.3.1 Políticas afirmativas para os povos e comunidades tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais do Brasil são compostos por diferentes populações e grupos étnicos e sociais culturalmente diferenciados, possuindo condições de subsistência e territórios próprios. Seus modos de vida são protegidos e assegurados tanto por legislações nacionais quanto por convenções internacionais, reconhecidas pelo Estado Brasileiro. Em uma perspectiva teórica a partir do pluralismo jurídico, entende-se que os povos indígenas e demais grupos diferenciados em suas especificidades, têm autonomia para desenvolverem suas próprias atividades e modos vivenciais, ainda que o Estado imponha medidas que contrariem as diferentes culturas.

Como lei fundamental e no topo do ordenamento jurídico, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos artigos 215 e 216, determinam que o Estado deve proteger, promover e preservar o patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas e afrodescendentes e outros grupos tradicionais (BRASIL, 1988). Ao lado da Constituição Federal, cumprem papel especial as Convenções Internacionais, que devem ser respeitadas e cumpridas como lei no país.

A Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é atualmente o instrumento internacional mais atualizado e abrangente em relação as condições e modo de vida dos povos tradicionais, adotada em Genebra no ano de 1989 e proclamado de forma internacional em 1991 – no Brasil, foi promulgada através do Decreto Executivo n.º 5051, de 19 de abril de 2004 e consolidada em 5 de novembro de 2019 pelo decreto n.º 10.088.

Essa convenção reconhece o direito natural dos povos indígenas e comunidades tradicionais de assumir o controle de suas próprias instituições, com vista à preservação da sua identidade, ao desenvolvimento da sua economia, à manutenção da língua e religião e vários outros aspectos do modo de ser desses povos. (ALBUQUERQUE, 2019). Lembra também a particular contribuição dos povos tradicionais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e a cooperação e compreensão internacional.

Acontece que no Brasil existem várias comunidades e grupos culturalmente diferenciados para além de indígenas e quilombolas. Entre os outros povos tradicionais do Brasil estão os extrativistas, os ribeirinhos, pescadores artesanais, ciganos, pantaneiros, geraizeros, entre outros reconhecidos atualmente pela legislação. Com a posterior demanda de políticas afirmativas que visem assegurar os meios de subsistência desses povos e comunidades, surge a necessidade de uma política nacional que abrangesse e protegesse todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Em 7 de fevereiro de 2007 foi promulgado o Decreto 6.040, que trata sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT e que descreve os diversos povos e comunidades tradicionais como:

"[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição." (BRASIL, 2007).

A PNPCT define os territórios tradicionais como espaços necessários para a reprodução cultural, social e econômica dessas comunidades, seja de maneira permanente ou temporária (povos sedentários ou seminômades). Vale ressaltar que o benefício do reconhecimento e salvaguarda dos direitos dos povos e comunidades tradicionais são de extrema importância para a riqueza cultural do Brasil, além de contribuir para a redução da desigualdade e a promoção da justiça social e de uma nova ecologia de saberes.

Apesar da existência de legislações nacionais e internacionais referente aos direitos fundamentais das populações tradicionais, problemas como o racismo estrutural e o habitual descaso público perante as minorias dificultam e até mesmo impedem a promoção, aplicação e manutenção dos direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais.

Visando cumprir a pluralidade jurídica, Albuquerque analisa sobre as violações aos direitos indígenas nos 30 anos da Constituição Federal de 1988 e cita que o futuro da política indigenista brasileira, diante dos problemas em relação as legislações e políticas afirmativas para as comunidades e territórios tradicionais, exige uma articulação não apenas por parte dos povos e comunidades tradicionais, mas também da sociedade envolvente e das instituições democráticas defensoras de tais direitos. (ALBUQUERQUE, 2020)

2.4 PLANOS DE MANEJO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO TIPO RESEX

Uma das formas do Estado atuar na garantia, promoção e nos direitos originários dos povos e comunidades tradicionais localizados em Unidades de Conservação de Uso Sustentável é com a elaboração participativa e interdisciplinar de um plano de manejo.

O Plano de Manejo é o instrumento de planejamento e ordenamento territorial, sendo construído de forma processual, contínua e participativa. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000) conceitua Plano de Manejo como:

"[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação – UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade." (BRASIL, 2000 c)

Tal plano constitui-se como o principal instrumento de planejamento e gestão, tendo como premissa básica orientar a gestão e promover o manejo dos recursos naturais tradicionalmente utilizados dentro da reserva.

Para fins de implantação, as RESEX são Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de domínio público, com uso concedido somente às populações extrativistas tradicionais, devendo as áreas particulares incluídas em seus limites serem desapropriadas. Devendo ser geridas por um Conselho Deliberativo, constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes nas áreas. Conselho este que deve aprovar anteriormente a promulgação do Plano de Manejo, já que esse tipo de UC permite a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo da área.

Quando existentes, tais planos deverão abranger medidas que promovam a proteção da biodiversidade e a integração das unidades à vida econômica e social de suas comunidades. Por isso a importância de um processo cíclico e participativo de tomada de decisão, levando sempre em consideração aspectos ambientais e locais que a caracterizam como uma Unidade de Conservação.

De acordo com Milano *et al.* (1993), o SNUC deve viabilizar a conservação da diversidade biológica a longo prazo da área demarcada e estabelecer a necessária relação de acordo com cada especificidade entre as diferentes categorias de unidades de conservação. Vale ressaltar que, em todo o mundo, a criação das Unidades de Conservação se dá em virtude da sua relação aos valores naturais, proteção do meio ambiente, valores históricos, o desenvolvimento sustentável da área e, inclusive, o seu potencial turístico e de interesse político (DURIGAN, 2006), como as Reservas Extrativistas.

No curso "Introdução aos Planos de Manejo em Unidades de Conservação" (MMA, 2018/2019), ministrado pelo Ministério do Meio Ambiente e realizado pelo autor desta pesquisa, destaca-se que a exploração comercial dos recursos nas RESEX só serão admitidas em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na RESEX, levando em consideração os meios de subsistência da população tradicional local e o seu desenvolvimento socioeconômico, garantido assim sua permanência

em seu território tradicional e a preservação da sua cultura e saberes ancestrais - muitos dos quais, são de extrema importância para a preservação do meio ambiente e relações ecossistêmicas.

Brito (2000) afirma que a política de implantação e gestão de certas unidades de conservação acaba por contribuir com a exclusão de "corpos estranhos em meio ao tecido da paisagem regional", excluindo as populações locais do processo de planejamento e construção da unidade e promovendo direta e indiretamente para conflitos territoriais nessas áreas - como o processo de gentrificação/turistificação e a especulação imobiliária. "[...] o objetivo dessas unidades deve ser o de promover e não o de coibir, como tem sido feito no Brasil até hoje" (Brito, 2000, p. 214).

Mesmo com as inúmeras barreiras e os constantes desmontes, a legislação brasileira é abundante em dispositivos que permitem a criação e preservação das reservas extrativistas no país. Entretanto, apenas o Plano de Manejo como único dispositivo não é suficiente. Para que sejam devidamente criadas e mantidas, é preciso que haja eficiência quanto a aplicação da legislação que garanta os direitos dos povos e comunidades tradicionais e um conjunto de outros instrumentos participativos, objetivando constantes melhorias locais a partir da demanda e necessidades da comunidade (HASSLER, 2005).

Para a elaboração de um Plano de Manejo, é importante citar que existem outros instrumentos normativos para a gestão da unidade de conservação:

- **Acordo de Gestão em Unidade de Conservação de Uso Sustentável:** contendo regras definidas pela população tradicional residente na UC de uso sustentável e pelo órgão gestor para as atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental. (A partir Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 21 de dezembro de 2017, esse instrumento não será mais elaborado: apenas os processos já existentes serão considerados ou para aprovação, se prontos e aprovados tecnicamente, ou para incorporação parcial ou total nos planos de manejo quando da sua elaboração);
- **Termo de compromisso com Populações Tradicionais:** instrumento de gestão e mediação de conflitos e de caráter transitório;
- **Termo de Ajustamento de Conduta – TAC:** instrumento de caráter executivo extrajudicial e transitório, objetivando a recuperação do meio ambiente

degradado ou o condicionamento de situação de risco potencial às integridades ambientais e;

- **Programa de Turismo de Base Comunitária – TBC:** visa estimular o desenvolvimento do turismo de base comunitária, entendido como uma atividade potencialmente harmônica com os objetivos da UC e com o interesse da comunidade local (Contrato de Concessão de Direito Real de Uso).

Sendo o turismo cada vez mais discutido em outras áreas do conhecimento, dada a sua característica de Ciência Social Aplicada e a relação direta e constante com diversas instâncias do saber (SILVA, 2012 a), faz-se então necessário compreender o turismo como um fenômeno social, e não como uma atividade econômica segregadora e exclusiva do mercado.

2.4.1 Um outro turismo

Maldonado (2009) cita que o turismo de base comunitária teve recentemente início na América Latina, tendo as primeiras incursões a comunidades tradicionais e isoladas por volta da década de 1980 (coincidentemente, com a consolidação do neoliberalismo na América Latina). Em território brasileiro, Sansolo *et al* (2009) afirma que é a partir da década de 1990 que o turismo passa a ser uma atividade agregadora em comunidades de agricultores familiares, defendendo que tal prática em territórios tradicionais surge como uma oportunidade de valorizar a própria cultura, interagindo os jovens da comunidade às dinâmicas socioeconômicas do local e servindo como uma alternativa de renda.

De acordo com a legislação brasileira, o Turismo de Base Comunitária (TBC) visa estimular o desenvolvimento sustentável do turismo em áreas comunitárias, sendo entendido como uma atividade de potencial harmônico em benefício dos espaços expostos às atividades turísticas. Com motivações ecológicas, culturais e recreativas, o turismo de base comunitária pode ser um importante instrumento de geração de renda e de equidade nas dinâmicas socioeconômicas, políticas e espaciais. Em um cenário de políticas públicas e comunidades tradicionais, é importante destacar que as práticas turísticas em uma UC de uso sustentável devem ser planejadas de modo a valorizar a cultura local.

De acordo com o ICMBio (2018) o Turismo de Base Comunitária possui 11 princípios com seus devidos objetivos (Tabela 3):

Tabela 3 - Princípios do Turismo de Base Comunitária

PRINCIPIOS	OBJETIVOS
1. Conservação da sociobiodiversidade	A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio sociocultural local devem nortear as propostas de TBC.
2. Valorização da história e da cultura	O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
3. Protagonismo comunitário	O TBC deve ser um modelo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.
4. Equidade social	A partilha dos benefícios deverá ser de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
5. Bem comum	A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
6. Transparência	As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade.
7. Partilha cultural	O TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, sempre que essas oportunidades forem de interesse da comunidade.
8. Atividade complementar	O TBC deve buscar ser complementar às demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
9. Educação	O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio natural e histórico-cultural existente nas UC e influenciando positivamente experiências futuras.
10. Dinamismo cultural	Os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria, problematizando as mudanças e as permanências junto ao visitante e habitante.
11. Continuidade	O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade da comunidade, da UC e do mercado.

Fonte: Autor (elaborado a partir de dados do ICMBio, 2021).

Partindo de uma visão crítica decolonial, importante acentuar que a salvaguarda do patrimônio sociocultural (princípio 1) deve se estender também ao patrimônio material e imaterial, visando a proteção dos ecossistemas e a preservação do "Meio Ambiente Cultural", como disposto no art. 216 da CF/1998 (BRASIL b).

Em relação ao protagonismo comunitário (princípio 3), vale citar a importância em se entender o turismo como um fenômeno social e não como um instrumento econômico e propor um etnodesenvolvimento e etnoturismo comunitário, priorizando o bem comum da comunidade e do território como um todo por meio de uma educação ambiental.

Sobre equidade social (princípio 4), deve-se pensar em uma partilha dos benefícios entre a comunidade de uma forma socialmente comprometida com uma partilha equitativa entre a comunidade e responsiva para com o território, já que o equilíbrio está no suficiente e não no abundante.

Porém, vale ressaltar que, além de ser um modelo de gestão protagonizado pela comunidade local, o turismo de base comunitária promove a vivência intercultural e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos dos recursos de uma Unidade de Conservação. Para Irving (2009), o turismo de base comunitária tem como premissas centrais o desenvolvimento local, a participação e o protagonismo social das comunidades tradicionais no planejamento, a implementação e avaliação de projetos turísticos e o controle referente aos impactos sociais e ambientais gerados pelo turismo de massa (como os processos de gentrificação e turistificação).

Exemplo de implantação do turismo integrado em Unidades de Conservação como instrumento de mitigação para o processo de gentrificação e turistificação, o modelo de gestão da Reserva Nacional Los Flamencos, que engloba sete reservas naturais da região do Deserto do Atacama/Chile, aponta possíveis diretrizes para um manejo territorial e do turismo de matriz comunitária.

Em parceria com todas as comunidades indígenas do território da Reserva Nacional Los Flamencos, verdadeiros guardiões do parque, a Corporación Nacional Forestal (CONAF), instituição privada que depende de subsídios do Ministério de Agricultura (TORO, 2019), fez com que, por se tratar também de uma área turística, estes povos tradicionais fossem responsáveis pela fiscalização, entrada e passeios do parque, promovendo uma educação ambiental para a população e respeitando a autonomia desses povos. Além disso, todas essas comunidades ficam com metade dos recursos arrecadados.

Esta solução é uma conquista em forma de resistência dos povos tradicionais chilenos que vivem em área de Unidades de Conservação e sofrem com o processo de gentrificação e turismo insustentável. Toro (2019) constata que, além de um turismo de matriz comunitária, há também uma "conservação de base comunitária", aparato que pode ser visto em outras dimensões devido a autonomia de gestão desses povos, trazendo benefícios tanto para a comunidade quanto para o território e para o turista, que vivência uma experiência única.

2.5 CONCLUSÃO

Diante de novas percepções sobre a evolução do conceito de gentrificação, Savage e Warde (1993) defendem que para o processo ocorrer em áreas urbanas devem ocorrer esses principais fatos: 1) uma reorganização socioespacial da cidade, com substituição, nas áreas centrais, de um grupo de maior classe social por outro menos elevado; 2) um reagrupamento espacial de indivíduos com modo de vida e características comuns; 3) uma transformação do ambiente construído e da paisagem, com significativas requalificações arquitetônicas e; 4) uma mudança na dinâmica econômica do local, que, na maioria dos casos, determina elevação da especulação imobiliária.

Ocorre que em Abya Yala, o processo de gentrificação não acontece em sua grande totalidade nos centros urbanos e periferias, mas sim em bairros históricos, vilas costeiras e até mesmo em áreas protegidas e territórios tradicionais¹⁷, causando as mesmas consequências defendidas por Savage e Warde (1993) com o agravante de questões raciais, políticas de higienização social e o desaparecimento de povos, saberes e culturas.

Com base na pluralidade jurídica, se relida a lei do SNUC a partir da Convenção 169 da OIT, caberia ao estado brasileiro ou qualquer empreendedor privado ao pretender realizar atividade produtiva em RESEX - mesmo que apenas a porção marítima seja assegurada para a comunidade tradicional - promover consulta aos povos que utilizam do território para consentirem ou não com a realização do empreendimento público ou privado. Quaisquer ações em terra no âmbito da reserva produzirão efeito direto e indireto nas comunidades tradicionais do local – seja no livre acesso ao mar ou, por exemplo, no aumento de lixo e poluição (tanto sonora quanto ambiental), que poderá implicar em diminuição da pesca e de outras atividades e usufruto da parte marinha. Por isso a importância de se incluir o território terrestre tradicional como parte essencial para a preservação e manutenção do meio ambiente e dos povos e comunidades tradicionais nela presente, seus verdadeiros habitantes e guardiões.

Analisando a possibilidade do TBC na RESEX Marinha do Corumbau, Neiman (2020) cita-o como um importante elemento de base, mas que a percepção do TBC como ferramenta de "salvação" pode acabar gerando frustrações na comunidade (NEIMAN, 2020), como em casos de, sendo obrigados a seguirem um roteiro de atividades ou persuadidos pela força da

¹⁷ De acordo com o decreto nº 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades (PNPCT), territórios tradicionais são os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

capital em determinado setor de atividade, muitos abandonem ou troquem de atividades, fenômeno conhecido como “empresariação” do TBC (HOLANDA, 2016) e que, em um contexto de comunidade tradicional, contribuiria para o desaparecimento da cultura e do saber local.

Portanto, levando-se em consideração as especificidades da RESEX Marinha do Corumbau, deve-se pensar não só em um planejamento urbano-ambiental para a gestão da unidade de conservação, mas também em um planejamento turístico participativo que contribua com o desenvolvimento socioeconômico regional das comunidades locais.

Nesse sentido, Neiman (2020) sistematiza os principais potenciais turísticos para o que seria o "Ecoturismo de Base Comunitária" na RESEX Corumbau (Tabela 4), apontando diretrizes para a possibilidade de um turismo integrado (Estado e comunidade) onde o foco seria nas experiências tradicionais das comunidades e nas especificidades do território e dos seus ecossistemas.

Tabela 4 - Atrativos Turísticos na RESEX Marinha do Corumbau

ATRATIVOS MARÍTIMOS
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Beleza cênica das praias, muitas delas com falésias e vegetação nativa;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Águas mornas do mar da região;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Mergulho livre e autônomo nos recifes de corais;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Avistagem de baleias migratórias em algumas épocas do ano;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Observação de cavalos marinhos e outras espécies de peixes;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Passeios em embarcações pelo mar, de onde se pode avistar o Monte Pascoal;</i>
ATRATIVOS TERRESTRES
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Manguezais preservados com sua fauna e flora característica;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Gastronomia local;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Arte e artesanato indígena e de outras comunidades;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Aspectos históricos referentes a chegada dos portugueses no Brasil; Fabricação de produtos locais, como o óleo de coco, a farinha de mandioca, essência de almesca, plantas medicinais, dentre outros;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Manifestações culturais, como a Festa do Mastro de São Sebastião, o Axé, as cirandas de roda, danças e músicas Pataxó, e os festivais de música nativa;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Farol e a Ponta do Corumbau;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Diversidade étnica e cultural e a hospitalidade do povo local;</i>

- | |
|---|
| • <i>Acompanhamento das diversas etapas da pesca artesanal;</i> |
| • <i>Cultura e território Pataxó;</i> |
| • <i>Trilhas pelos Parques Nacionais do entorno da RESEX</i> |

Fonte: Neiman (2021) adaptado pelo autor.

Partindo do pressuposto de que não há como garantir a exploração sustentável do território e a preservação dos ecossistemas sem a presença e o conhecimento tradicional local, o único turismo possível seria o de matriz comunitária - mas, para isso, deve-se assegurar primeiramente o território.

Há muito o que se aprender com os conhecimentos e a forma com que os povos e comunidades tradicionais respeitam e preservam o meio ambiente. Seguindo genuinamente princípios básicos de sustentabilidade, buscam a autossuficiência a partir dos recursos disponíveis no seu território, além de assegurar as mesmas possibilidades para a próxima geração.

Dentre as tendências contemporâneas de planejamento e gestão urbano-ambiental no atual cenário político vigente, destaca-se a preocupação com a criação de formas mais democráticas de gestão, seja pela adoção de metodologias e práticas participativas, seja pela criação de instâncias colegiadas de gestão políticas (COSTA, 2009).

No capítulo 3, que trata sobre a construção da estrutura metodológica da pesquisa, serão abordados os principais procedimentos que auxiliaram para a elaboração de possíveis cenários e soluções de planejamento urbano-ambiental e turístico para Caraíva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL E TURÍSTICO NA VILA DE CARÁIVA

3.1 INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa e Extensão “Periféricos, trabalhos emergentes” (FAU/UnB) têm apresentado o desenvolvimento de inovações em processos de ensino a partir de metodologias participativas na busca por uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar nas áreas de promoção da saúde, economia solidária, direitos humanos, entre outros (ANDRADE *et al*, 2019). Essa pesquisa-ação possibilita promover uma troca de saberes entre pesquisadores e comunidade, facilitando a compreensão dos problemas e a identificação de potenciais soluções locais.

Visando um planejamento adequado e que se articula com as legislações e demandas da comunidade nativa, buscou-se apresentar como principal ferramenta de pesquisa o entendimento e aplicação/diagnóstico dos Princípios da Sustentabilidade da Forma Urbana (ANDRADE; LEMOS 2015), ferramenta urbana de auxílio que, juntamente com a identificação dos padrões espaciais e de acontecimentos (ALEXANDER, 1977; ANDRADE, 2014), facilitam na busca por soluções participativas e pela compreensão local do contexto físico e social – somadas aos princípios da sustentabilidade no turismo.

Neste capítulo, serão introduzidas as principais teorias sobre planejamento urbano-ambiental e turístico (sustentáveis) que melhor auxiliaram e contribuíram nesta pesquisa. Serão também apresentados os princípios da sustentabilidade da forma urbana, do turismo e da cosmovisão dos povos originários do continente tradicional, elementos estes que nortearam os procedimentos metodológicos posteriormente realizados para a busca e identificação dos padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais urbano-ambiental e turístico.

Por se tratar de uma pesquisa-ação e da continuação de estudos já realizados, serão apresentados posteriormente as principais etapas alcançadas na fase inicial da pesquisa com a aplicação de questionário em campo e o diagnóstico do contexto físico e social do território, além da posterior identificação de padrões espaciais encontrados na vila.

Por fim, serão apresentados as adaptações e procedimentos realizados para a construção de cenários de planejamento urbano-ambiental e turístico de Caraíva, discorrendo sobre a inclusão de princípios dos povos originários na análise das dimensões da sustentabilidade e a elaboração do questionário semiestruturado, com base na futura

identificação desses padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais e da visão da comunidade nativa sobre o turismo.

3.2 PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL E TURÍSTICO

Na atual situação em que as cidades brasileiras se encontram é fundamental a relação entre o planejamento urbano e as problemáticas referentes ao meio ambiente.

Diante da iminência de novos e já conhecidos problemas causados pelo aquecimento global e dos impactos causados pelas construções humanas, Spirn (2011) apresenta o urbanismo ecológico (urbano-ambiental) como uma solução para a degradação provocada pelo desenho das cidades e a suas mais diversas consequências (gentrificação, segregação espacial, etc.). Essa nova maneira de se planejar alia a teoria e a prática de desenho urbano e ambiental à uma ecologia de saberes na busca interdisciplinar e transdisciplinar por novas soluções.

Muitos dos territórios expostos ao processo de gentrificação em Abya Yala se desenvolveram de forma orgânica (vilas, comunidades) ou com a ausência de planejamento urbano e ambiental (periferias). Sem saneamento e infraestrutura básica que atenda à demanda desse fenômeno, problemas como a falta de água, poluição, proliferação de doenças, segregação socioespacial e muitos outros problemas urbanos são bastante comuns. Em um contexto vigente atual em que esta pesquisa se insere, tais medidas de combate seriam de responsabilidade dos governos locais e municipais do Brasil.

Para Villaça (1999) o planejamento urbano seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico do contexto físico, social econômico e político do local: “[...] apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana.” (VILLAÇA, 1999, P. 238).

Em sua tese, Andrade (2014) analisa como o conceito de ecossistema urbano abrange todos os processos que sustentam os recursos naturais e humanos, tais como os processos culturais, pessoas e de bens, nutrientes e poluentes, fluxos e ciclos da água e do ar, entre outros. Percebe-se então uma relação direta entre o meio ambiente e a qualidade de vida da comunidade. A destinação e coleta correta dos resíduos sólidos unidos com uma devida ocupação e a preservação dos elementos naturais, por exemplo, facilitam no processo do ciclo da água e do ar e não interferem de maneira significativa nas mais diversas relações interligadas do ecossistema local. Ainda de acordo com Liza, o grande desafio da sustentabilidade urbana

“O grande desafio da sustentabilidade urbana hoje é conciliar questões referentes à densidade populacional relacionada aos padrões de ocupação e ao uso do solo, em termos de justiça social, e à capacidade de suporte das cidades no que tange à pegada ecológica e à manutenção do ciclo da água no meio urbano” (ANDRADE, 2014, p. 226).

Portanto, é necessário compreender e atender às mais diversas dimensões da sustentabilidade no contexto do espaço físico e social do qual se insere o local de estudo, incluindo suas especificidades, comunidade local, dinâmicas sociais e econômicas e principalmente o território.

A comunidade enquanto espaço de construção e desenvolvimento coletivo abrange elementos diversos como habitações, áreas de lazer, culinária local, costumes, dentre outros elementos que integram os patrimônios materiais e imateriais. Estes atributos constituem importantes recursos agenciados pelo turismo, podendo causar tanto uma valorização dos aspectos locais como uma turistificação do espaço, alterando as dinâmicas socioculturais e econômicas locais.

Em casos de territórios tradicionais expostos ao processo de gentrificação, a incorporação da vila no mercado de consumo e das ingerências das atividades turísticas no espaço urbano geraram novos valores, princípios e diretrizes – estas, no caso, prejudiciais a comunidade tradicional. Portanto, é necessário enfatizar ações integradas de planejamento que envolvam os mais diversos segmentos sociais, de forma participativa e ativa, com o objetivo de assegurar ou garantir a sustentabilidade local em suas múltiplas dimensões. Diante desses novos preceitos, Carvalho (2010) destaca a necessidade de incorporar os espaços de vivência e convivência comunitária ao processo de desenvolvimento do turismo comunitário, buscando uma maior integração entre turistas e comunidades e a valorização da cultura local.

Para este trabalho, segue-se os princípios da Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana elaborados por Andrade e Liza (2015) como ferramenta de diagnóstico principal, adaptando-a com a inclusão de princípios do turismo como fenômeno social (PENA; MOESCH, 2016) e da cosmovisão dos povos originários de *Abya Yala*. Como ferramenta de auxílio na busca por novas compreensões, soluções e identificação dos padrões espaciais e de acontecimentos, serão sistematizados os principais problemas, possíveis soluções e seus arquétipos para melhor compreensão (ALEXANDER, 1977; ANDRADE 2015).

3.2.1 Princípios da Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana

Considerando o campo do conhecimento da arquitetura e do urbanismo como variável dependente de processos históricos e culturais, é necessário realizar um diagnóstico da área a ser trabalhada (HOLANDA, 2007). No livro *O Espaço da Exceção*, Holanda sugere que "[...] devemos expandir a noção de arquitetura para além das fronteiras do espaço artificial, de maneira a incluir a paisagem natural, arquitetonicamente considerada." (HOLANDA, 2002, pg. 62).

Paralelamente, sob uma ótica dialética, há de se analisar o espaço como uma variável independente, que causa impacto no modo de vida de seus habitantes, por meio dos atributos morfológicos do local de estudo baseado na metodologia das Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização (HOLANDA, 2007; KOHLSDORF, 2006). Portanto, Holanda propõe que para a análise espacial alguns aspectos que afetam diretamente nas dinâmicas do dia-a-dia (Tabela 5) devem ser considerados, sendo eles :

Tabela 5 - Dimensões Morfológicas

Funcional	<i>a análise deve surgir do quanto o espaço satisfaz as exigências práticas da vida cotidiana, como a qualidade/quantidade de equipamentos urbanos, sua interrelação etc.;</i>
Bioclimático	<i>condições adequadas de iluminação, temperatura, acústica do local, umidade e a velocidade e pureza do ar;</i>
Econômico	<i>realidade socioeconômica do local e a maneira como os custos de implementação, manutenção e uso dos lugares são compatíveis com o poder aquisitivo das pessoas;</i>
Sociológico	<i>a maneira como a configuração da arquitetura (seus cheios e vazios) afeta o indivíduo e grupos sociais, como a localização no território, o acesso, restrições, entre outros;</i>
Topoceptivo:	<i>se o local é legível visualmente, tendo uma identidade clara e boas condições de orientabilidade;</i>
Afetivo	<i>personalidade afetiva do local, afetando o estado emocional das pessoas;</i>
Simbólico	<i>elementos arquitetônicos e como eles podem representar o lugar;</i>
Estético:	<i>características e qualidades da arquitetura, como a simplicidade/complexidade, similaridade/diferença etc.;</i>

Fonte: Holanda e Kohlsdorf (2006; 2007).

Investigando aglomerados urbanos inseridos em ecossistemas específicos na busca pelo equilíbrio entre o ambiente humanizado e o ambiente natural, Andrade (2009) analisa os aspectos morfológicos da Ilha de Fernando de Noronha bem com suas especificidades socioespaciais e sua capacidade de carga e sobrecarga.

Desde a sua descoberta em 1503 e a sua posterior ocupação significativa a partir do século XVIII, Andrade (2009) cita que Noronha sofre e já sofreu importantes e preocupantes mudanças cíclicas do seu meio ambiente natural. A destruição constante da cobertura vegetal e de todas as árvores de grande porte da ilha (associada às medidas preventivas para se evitar fugas por jangada e esconderijos nas árvores), por exemplo, contribuiu para reduzir consideravelmente a quantidade de chuvas na região – provocando estiagens terríveis e constante escassez de água potável na ilha. Atualmente, as mudanças no meio natural são identificadas pela remoção da vegetação natural (um dos poucos vestígios remanescentes de Mata Atlântica insular), impermeabilização do solo a partir de novas construções, extinção da fauna e flora, entre outros aspectos.

A partir de um diagnóstico do território, Andrade (2009) sistematiza uma síntese de indicadores de estrangulamento e cenários futuros para Noronha, baseados em princípios de sustentabilidade ambiental aplicados ao desenho urbano. Atualmente, as mudanças no meio natural são identificadas pela remoção da vegetação natural (um dos poucos vestígios remanescentes de Mata Atlântica insular), impermeabilização do solo a partir de novas construções, extinção da fauna e flora, entre outros aspectos. Diante da já capacidade de carga esgotada na região, Andrade (2009) propõe uma análise da ocupação urbana guiada por uma visão ecossistêmica, baseado em parâmetros sustentáveis transcendendo as atuais fronteiras disciplinares adotadas nos órgãos gestores para o estabelecimento de indicadores de estrangulamento e projeções de cenários futuros.

“Caso a ocupação continue se dando sob o padrão atual, se estará caminhando para o colapso dos habitats terrestres e extinção de algumas espécies marinhas. Por sua vez, caso seja adotada uma nova conduta voltada para a sustentabilidade, o homem poderá atuar como restaurador de um ecossistema que tem sido conduzido ao desequilíbrio por mais de 500 anos. (ANDRADE et al, 2009., p. 87).

Para a construção dessa nova conduta, deve-se então acompanhar a complexidade de relações existentes no ambiente natural. Torna-se necessária a busca por novos parâmetros guiados por uma visão ecossistêmica e participativa da estrutura das vilas, levando em

consideração aspectos específicos locais e que transcendam as atuais fronteiras disciplinares e conceituais antropocêntrica e de domínio Norte Global.

A partir da integração com o desempenho morfológico dos lugares, Andrade (2005; 2014) sistematiza uma abordagem integrada de aspectos sustentáveis, urbanos e de habitabilidade. Essa metodologia avaliativa “Sustentabilidade e Qualidade da Forma Urbana”, desenvolvida por Andrade e Lemos (2015). Nos quadros das dimensões para aplicação da análise, são sistematizados critérios, indicadores e verificadores, como as contribuições das legislações urbano e ambientais (Tabela 6).

Tabela 6 - Princípios da Sustentabilidade

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
<i>Proteção ecológica e agricultura urbana</i> - Respeito aos ecossistemas atendimento ao Código Florestal, às Resoluções do CONAMA 302, 303 e 369, e as leis ambientais respectivas a cada região, bem como planos de recuperação de nascentes ou florestas. Existência de agricultura urbana na cidade: hortas comunitárias, hortas individualizadas.
<i>Infraestrutura verde: gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo</i> - Observação da bacia hidrográfica, em relação à drenagem e ao esgotamento sanitário. A abordagem sustentável caminha em duas escalas: sistemas de tratamentos de águas residuais com plantas para as casas (zona de raízes) ou para o empreendimento como um todo (<i>wetlands</i>). Os empreendimentos de natureza mais compacta podem utilizar menos água, se preparados tecnicamente, que loteamentos suburbanos com densidades mais baixas.
<i>Conforto ambiental</i> - relação ao desempenho luminoso, térmico, acústico e de qualidade do ar.
<i>Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica</i> - A eficiência energética pode ser colocada sob dois aspectos. Primeiramente, para as moradias, sob a ótica de uso da energia utilizada, vinda de fontes renováveis como o sol, o vento e a biomassa. Em segundo lugar, sob o viés da redução de combustíveis fósseis utilizados nas moradias, carros e indústrias.
<i>Saúde</i> - O ambiente não deve apresentar vulnerabilidade ambiental, decorrente de materiais tóxicos e poluição do ar, do solo e das águas.
<i>Redução, reutilização e reciclagem de resíduos</i> Para o desenho de empreendimentos sustentáveis, os 3R's incluem redução do gasto de energia, reuso das edificações e reciclagem de resíduos de construção, e compostagem do lixo orgânico
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL
<i>Urbanidade</i> - Desempenho do espaço urbano, considerando a interação social por meio do desenho da malha viária e das macros parcelas com maior integração, conectividade, espaços externos positivos, constitutividade dos espaços, diversidade de uso do solo e acessibilidade.
<i>Comunidade com Sentido de Vizinhaça</i> - Oportunidades para a sociabilidade, participação no processo, e desenvolvimento pessoal em espaços públicos e instalações comunitárias.
<i>Moradias Adequadas</i> - Diversidade e mistura de classes sociais, estabelecidas com variedade de moradias, custos diferenciados e acessibilidade universal garantida.
<i>Mobilidade e Transportes Sustentáveis</i> - Existência de estruturas adequadas a diferentes modais de mobilidade (pedestres, ciclistas e automobilistas) e inibidoras do uso de combustíveis fósseis, aliada à disponibilidade de transporte público eficiente.

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA
<i>Adensamento Urbano</i> - A ocupação urbana mais densa em áreas centrais associada ao uso comercial diminui o deslocamento, diminuindo a emissão de dióxido de carbono em viagens locais, e melhora o sentido de comunidade nos espaços públicos.
<i>Dinâmica urbana</i> - Economia de recursos financeiros no processo de construção e manutenção dos espaços urbanos como uso efetivo desses espaços, resultante de condições adequadas de infraestrutura, mobiliário urbano, iluminação e sistema viário.
<i>Desenvolvimento da Econômica Local em Centros de Bairros</i> - Espaços que favoreçam a existência de centralidades na malha viária e mescla de funções, e atividades localizadas a distâncias caminháveis.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL
<i>Revitalização Urbana</i> - Recuperação e valorização de infraestrutura existente em áreas urbanas degradadas ou patrimônios culturais abandonados, promovendo o incremento da ocupação dessas áreas.
<i>Legibilidade e Orientabilidade</i> - Os espaços devem responder a necessidade de orientação dos usuários nos lugares, obtidos com a conectividade entre bairros e diferenciação entre bairros e continuidade de caminhos
<i>Identificabilidade</i> - características particulares ao espaço urbano resultantes de diversidade tipológica em pequenos agrupamentos e efeitos visuais que promovam imagens mentais e percepção da paisagem urbana.
<i>Afetividade e Simbologia</i> - A forma física dos lugares promove satisfação emocional quando laços afetivos se estabelecem pelo reconhecimento de qualidades e plasticidade da configuração urbana

Fonte: Andrade e Lemos (2015).

3.2.2 Princípios da Sustentabilidade no Turismo

Segundo a United Nations Environment Programme e a World Tourism Organization (2005), o turismo sustentável não diz respeito a um determinado tipo de turismo, sendo abrangente para todas as suas formas e práticas. Em tese, esse deveria ser o compromisso central em planejamento do turismo, sendo ele de responsabilidade de todos os segmentos envolvidos.

Os princípios da sustentabilidade no turismo se referem as dimensões ambientais, econômicas e socioculturais do desenvolvimento turístico, sendo eles: a conservação ambiental e otimização do uso dos recursos ambientais, o respeito à autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs e a garantia de operações econômicas viáveis (UNEP; WTO, 2005).

No entanto, partindo de um constante ato de ação e reflexão decolonial, a análise do desenvolvimento e das práticas turísticas deve se libertar de análises estritamente econômicas e segregadoras. Deve-se identificar os processos que ocorrem no fenômeno turístico e como eles afetam a comunidade e os turistas - bem como suas atividades correlatas e os impactos causados pelas suas práticas nas mais diversas dimensões:

“O Turismo deve ser entendido em sua complexidade como um sistema orgânico, aberto que estabelece relação direta e indireta com diversos objetos: econômico, social, cultural, ambiental expressos por fazeres empíricos tais como: comércio, lazer, eventos, entretenimento, animação cultural, gastronomia, hospedagem, esporte, transporte, saúde, seja em ambientes urbanos, rurais ou de natureza preservada” (PENA; MOESCH, 2016, p.276).

Em estudos sobre a transposição do conhecimento do desenvolvimento sustentável do turismo, Pena e Moesch (2016) destacam o planejamento e a gestão participativa como preceitos básicos para que o turismo possa cumprir função de indutor de desenvolvimento, tendo como premissas básicas a ética e a sustentabilidade.

Portanto, fez-necessário para este trabalho incluir a visão da comunidade sobre o turismo e a sua prática no local, “seus prós e contras” e a forma como ele afeta atualmente a comunidade de Caraíva. Complementarmente a esses princípios, inclui-se a cosmovisão dos povos tradicionais a partir de conceitos sobre questões ambientais, sociais, econômicas e culturais.

3.2.3 Princípios de Abya Yala: sem *tekoá*, não há *tekó* (sem o território, não há vida)

Partindo da noção de que as comunidades e populações tradicionais são detentoras de cultura, saberes e maneiras de se organizar próprias – além de contribuir na busca participativa por soluções, faz-se necessária uma escuta epistêmica das cosmovisões tradicionais, que favoreça a interação dialógica e nos possibilita aprender o “Bem Viver”.

A origem do termo "Bem Viver" faz referência a uma prática ancestral dos povos que viviam na cordilheira dos Andes, sendo um termo traduzido para o espanhol durante a expansão colonial a partir de missões no território. Estes povos eram os *Quechua* e *Aymara*, que viveram durante séculos nessa cordilheira e tinham vasto conhecimento sobre os ciclos da água, dos céus e das estações do ano, compartilhando uma cosmovisão comum em que não só a cordilheira era um ser vivo, como também todos os animais, os vulcões, as montanhas todos os outros elementos naturais dos ecossistemas (KRENAK, 2021). Tal cosmovisão leva o ser humano a entender a Terra como um organismo vivo, que adoece, respira e merece ser cuidado e respeitado. Logo, preservado.

Partindo do ponto de vista do bem viver no contexto andino, Luis Macas (2014), indígena *Kicha* equatoriano e advogado-político, esclarece que o bem viver das nações originárias andinas têm por conceito o *Sumak Kawsay*:

"Sumak significa plenitud, grandeza, lo justo, completamente, lo superior. Kawsay es vida en realización permanente, dinámica y cambiante; es la interacción de la totalidad de existencia en movimiento; la vida entendida desde lo integral. Es la esencia de todo ser vital. Por tanto, Kawsay es estar siendo." (MACAS, 2014. p. 184).

Macas afirma que a tradução do conceito para o espanhol *Buen Vivir* não corresponde à concepção original, chegando a ser algo parecido com *Alli Kawsay* (o viver bem, agradável) para os povos andinos. Sendo assim, o *Sumak Kawsay* expressa uma cosmovisão, um modo de vida, enquanto o "Bem Viver", na visão ocidental, seria uma forma de melhorar o sistema capitalista vigente, estruturado com base no individualismo e na competição.

Alberto Acosta (2016), político e economista equatoriano, afirma que o bem viver é essencialmente um processo proveniente de matriz comunitária dos povos que vivem em harmonia com a natureza (ACOSTA, 2016), mas vale destacar viver em harmonia com a natureza não significa tratar a mesma como mero recurso de exploração, mesmo que sustentável.

"[...] *el riesgo consiste en que se adopte un término, una categoría de los pueblos indígenas y se lo vacíe de contenido para llenarlo de un contenido extraño que sea funcional al sistema*" (MALDONADO, 2014, p.184).

Assim como a cosmovisão de *Sumak Kawsay* dos *Quechua* e *Aymara* para os povos andinos, no Brasil, ou *Pindorama* (Terra das Palmeiras), temos o *Tekoá Porã* (lugar bom de se viver), do povo *Guarani*.

De acordo com o linguista e antropólogo Bartolomeu Meliá, o *tekó porã* (viver bem) para o povo Guarani seria o modo de se conquistar o lugar bom para se viver, sendo não apenas um "bem viver", uma vida confortável e boa, mas sim o "bom viver" ou o "viver bem" (MELIÁ, 2013):

“Tekó porã’ é um bom modo de ser, um bom estado de vida, é um ‘bem-viver’ e um ‘viver bem’. É um estado de ventura, de alegria e de satisfação; um estado feliz e prazeroso, aprazível e tranquilo. Há um bem-viver quando existe harmonia com a natureza e com os membros da comunidade, quando existe alimentação suficiente, saúde e tranquilidade, quando a ‘divina abundância’ permite a economia da reciprocidade, o ‘jopói’, isto é, ‘mãos abertas’ de um para o outro” (MELIÁ, 2013, pp. 181-199)

Aldof Litaiff (2008), antropólogo brasileiro, relata em seus estudos sobre o desenvolvimento autossustentável de comunidades indígenas Guarani que, para eles, "sem

tekoá não há *tekô*" (LITAIFF, 2008), ou seja, sem o entendimento do território e dos ecossistemas como um ser vivo que necessita de cuidados e é igualmente necessário para o desenvolvimento do ser humano, não há como protegê-los, preservá-los e menos ainda "viver bem". Para pensadores e filósofos indígenas do Brasil como Ailton Krenak¹⁸, Daniel Munduruku¹⁹ e Kaká Werá²⁰ - personalidades ativas no meio acadêmico e na promoção da cultura e dos saberes tradicionais - deve-se seguir alguns princípios para se conquistar o *Tekoá Porã* (lugar bom e justo de se viver).

Em debate sobre o Bem Viver (2019), Werá e Munduruku citam que para se conquistar esse lugar bom de se viver, alguns princípios devem ser respeitados como: o respeito à natureza, o respeito às relações dos ecossistemas e seus integrantes, o respeito aos recursos naturais e o respeito à ancestralidade (MUNDURUKU, WERA, 2019). Citam também sobre a importância da disponibilidade e proximidade da água potável como componente fundamental, além da compreensão dos elementos naturais como seres vivos que também sentem, respiram, tem ciclos e necessitam de cuidados.

A inclusão da cosmovisão indígena e tradicional são de extrema importância na busca por novas soluções e paradigmas para os problemas atualmente enfrentados. Portanto, em um contexto político e econômico vigente atual, cabe ao Estado utilizar de seus mecanismos para garantir e promover a cultura, a permanência e o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais - ricos em conhecimento empírico e filosófico que possibilitariam novas compreensões para o conhecimento científico e maneiras genuínas de um modo de vida sustentável e harmônico no nosso planeta.

3.2.4 Dos princípios aos padrões espaciais

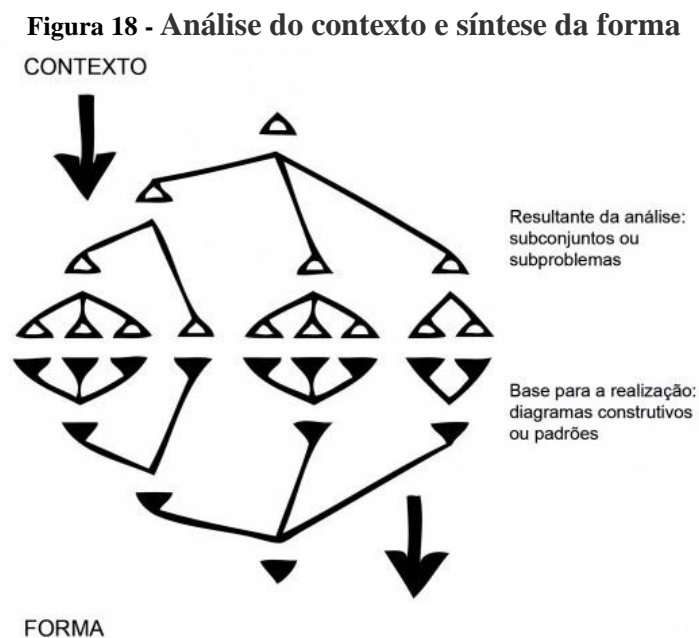
Para uma melhor adequação sociotécnica, a etapa seguinte após o diagnóstico participativo do contexto físico e social consiste na elaboração de soluções na forma de códigos, padrões e parâmetros - que podem ser elaborados a partir dos problemas ou soluções relatadas pela comunidade e pela análise socioespacial.

¹⁸ Líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia Krenak. Também é professor *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

¹⁹ Escritor e professor brasileiro da etnia Munduruku. Engajado no movimento indígena brasileiro e formado em filosofia, história e psicologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Fez mestrado e doutorado em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É também diretor-presidente do Instituto Uk'a – Casa dos Saberes Ancestrais.

²⁰ Escritor, professor, ambientalista e conferencista brasileiro do povo Tapuia com notória experiência e vivência com os fundamentos da sabedoria milenar da cosmovisão Tupi.

Com base nos trabalhos de Alexander et al (1977), que afirma que cada padrão pode ser definido como um esquema formado por três partes, expressando uma relação entre um certo contexto, problema e uma solução, cada solução proposta em cada padrão pode ser escrita no formato de instrução e ilustração. Para Alexander et al (1977), os padrões (*patterns*) são situações de acontecimentos que estão diretamente ligados com o contexto do seu espaço. São os padrões que nos mostram como um determinado local se organiza e de como funcionam as suas dinâmicas espaciais. Sendo assim, é possível identificar certos elementos repetitivos que possam contribuir com o entendimento de novos problemas ou a elaboração de novas soluções (Figura 18).



Fonte: Vitruvius²¹ (2018) com adaptação a partir de ALEXANDER, Christopher. *Notes on the Synthesis of Form*. Cambridge, HJ].


Em uma análise mais complexa do ecossistema, Andrade (2014) estabelece novos padrões baseados no mesmo formato de linguagem de padrões de Alexander *et al* (1977), integrando aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais para uma melhor compreensão dos padrões espaciais e de acontecimentos. Andrade defende em sua tese de doutorado “Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos” (ANDRADE, 2014) que a elaboração dos padrões espaciais serve como uma importante ferramenta de metodologia do urbanista, ajudando a compreender o contexto dos problemas relatados pela comunidade e o

²¹ Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6866>

posterior desenvolvimento de propostas e soluções, sendo também complemento importantíssimo do processo participativo.

De acordo com Andrade (2014), o método da linguagem de padrões (parâmetros) possibilita fazer conexões entre áreas do conhecimento que resultam na transdisciplinaridade necessária nos estudos complexos, fazendo com que todas as áreas trabalhem de forma conjunta e participativa com a comunidade na busca por soluções adequadas. É a partir da elaboração dos padrões que se pode conhecer o seu real problema, o contexto ao qual ele se insere e por fim, uma busca participativa por novas soluções e compreensões. Objetivando demonstrar que é possível atender aos padrões espaciais no nível da paisagem e no nível da comunidade a partir de análise do contexto socioespacial, Andrade (2014) ilustra alguns padrões identificados e elaborados (Tabela 7).

Tabela 7 - Desenho Urbano Sensível à Água

PADRÃO	PROBLEMA/CONTEXT O	RECOMENDAÇÃO	ILUSTRAÇÃO
PADRÕES GLOBAIS QUE DEFINEM A PAISAGEM E A HETEROGENEIDADE ESPACIAL DOS ECOSISTEMAS			
A.1 Visão holística transdisciplinar dos fluxos de água (incas)	A maior parte das políticas públicas, planos do território e zoneamentos (urbano, rural manejo e recursos hídricos) não está integrada, e projetos de urbanismo ainda são direcionados para as questões de densidade, uso do solo e sistema viário.	Considere a teia de relações que existe entre a paisagem e a comunidade e torne visível a estrutura profunda no planejamento e desenho urbano-rural ambiental por meio das conexões dos padrões espaciais e os fluxos de água.	
A.5 Agricultura urbana e zoneamento permacultura	O planejamento permacultura é um recurso que tem por objetivo a aplicação de métodos de produção de alimentos com baixo impacto ambiental, reestruturação de solo e florestas, manutenção dos ecossistemas de modo a fornecer recursos perenes às próximas gerações. Aplicando-se os princípios e zoneamento permacultura potencializam-se os fluxos de água e se propicia a preservação e diversidade ecológica, a estabilidade e a resiliência natural.	Faça um planejamento e zoneamento permacultura segundo os parâmetros abaixo, para casas, bairros e comunidades sensíveis à água.	

<p>A.26 Tanques de águas pluviais em domicílios para uso ao ar livre. (WSUD)</p>	<p>Quando uma região possui elevada inclinação na topografia, a simples retirada de vegetação aumenta a velocidade do escoamento das águas pluviais, que podem provocar erosões e assoreamento dos corpos d'água, além de prejudicar as terras cultiváveis.</p>	<p>Como solução para terrenos inclinados, projete terraços nas áreas periféricas e, se necessário, nas áreas centrais íngremes, acompanhados por canais para reter as águas nos terraços, armazenar por um período maior o microclima e diminuir a irrigação na produção de alimentos, diminuindo os deslizamentos de terra e de erosão. Porém, é necessário planejar os acessos de forma universal.</p>	
<p>A33. Banheiros de compostagem (ECOSSANEAMENTO)</p>	<p>Convencionalmente, os vasos sanitários dos edifícios são equipados com instalações hidráulicas que utilizam água potável, própria para consumo humano, para coletar resíduos. Esta prática representa um grande desperdício de água tratada, uma vez que se poderia resolver o problema sem o uso de água.</p>	<p>Crie banheiros compostáveis em que os dejetos são direcionados para uma câmara fechada, a alta temperatura, e misturados com serragem. Após alguns meses os patógenos são eliminados e a massa de resíduos se torna adubo, que pode ser utilizado na agricultura urbana.</p>	

Fonte: ANDRADE (2014).

3.3 DA FASE INICIAL DA PESQUISA UTILIZANDO OS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AOS PADRÕES ESPACIAIS

Para diagnóstico inicial do estudo de caso (Caraíva), levou-se em conta a metodologia etnográfica participante - ferramenta utilizada na Antropologia para coleta de dados baseado no contato e na convivência do antropólogo (ou do pesquisador, no caso) com um determinado grupo ao qual ele deseja se inserir. Este tipo de trabalho de campo se dá por um período de tempo prolongado, podendo variar de meses a anos, dependendo da necessidade e complexidade do trabalho.

Bronislaw Malinowski, antropólogo polonês do início do século XX e percussor da antropologia moderna, propôs uma nova forma de se fazer etnografia envolvendo a atenta e detalhada observação participante, sistematizando os fundamentos do método etnográfico em seu livro “Os argonautas do Pacífico Ocidental”. Para Malinowski, é necessário “aprender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo.” (MALINOWSKI, 1978, p. 33). Tal procedimento metodológico auxilia o pesquisador a identificar os principais aspectos físicos e sociais do estudo de caso, tanto em relação ao espaço

ocupado (áreas comuns, ruas principais, áreas de convivência) quanto ao vínculo de seus ocupantes com o sítio em questão.

Em um contexto contemporâneo e local, Paulo Freire (1921-1997), importante e revolucionário educador e filósofo brasileiro, considera em sua pedagogia participativa ser necessário e urgente o aprendizado que leve o indivíduo ao diálogo com o outro, sendo o homem um “ser de relações e não de contatos” (FREIRE, 2005). Após interagir com as classes populares e sofridas da América Latina e da África, outrora invadida, saqueada e submetida, Freire compromete-se em auxiliar diante das condições extremas de desumanização com as lutas de resistência e libertação desses povos. Mas, sobretudo, sentiu-se comovido em aprender com a organização popular e os legados ancestrais “que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo” (FREIRE, 1978).

O processo participativo serve como um complemento à pesquisa etnográfica: ambos partem do princípio da pesquisa/trabalho de campo e imersão com a população nativa. Contribui na identificação dos principais conflitos pela visão do próprio indivíduo, criando uma relação de compreensão e troca na busca participativa por novas soluções e uma nova ecologia de saberes. É a partir desse processo que percebemos as principais referências patrimoniais e culturais da comunidade. Para Menezes (2006), ao contrário da pesquisa convencional nas ciências humanas, a pesquisa-ação participativa parte de interesses locais definidos pela comunidade, que determina as questões a serem investigadas, bem como a forma e aplicação são determinadas e efetivadas pelos próprios membros da comunidade. Neste sentido, o papel do cientista social passa a ser o de tradutor, assessor, facilitador, mediador e educador, repassando instrumentos, métodos e procedimentos de pesquisa, comunicação, mobilização e organização, de acordo com a demanda em cada caso (MENEZES, 2006).

3.3.1 Aplicação dos princípios da sustentabilidade em Caraíva

Na primeira visita de campo realizada em 2018 no âmbito do curso de especialização REABILITA, foi elaborado um questionário semiestruturado onde foram entrevistadas 14 pessoas (nativos e alguns “amigos de Caraíva”) com o intuito de compreender quais as referências da comunidade nativa em relação ao seu território: os lugares históricos e importantes para a população tradicional, os principais agentes da comunidade, as histórias locais, os costumes e suas modificações ao longo dos anos e, principalmente por conta do processo de gentrificação, os problemas que enfrentam e suas principais demandas. Para a etapa

seguinte da pesquisa-ação (diagnóstico local), fez-se a análise dos contextos físicos e sociais do estudo de caso a partir da metodologia (Tabela 8) elaborada por Andrade e Lemos (2015).

Tabela 8 - Diagnóstico dos Princípios da Sustentabilidade em Caraíva

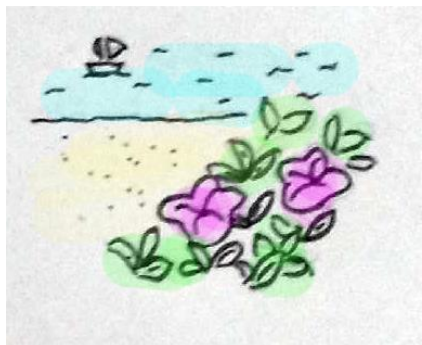
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
<i>Proteção ecológica e agricultura urbana</i>	A Vila de Caraíva possui grandes áreas arborizadas, preservando boa parte da sua Mata Atlântica original. Porém, o avanço das pousadas na região costeira vem fazendo com que a área de restinga diminua cada vez mais, seja desmatando ou se apropriando dessas áreas. A região não possui hortas comunitárias.
<i>Infraestrutura verde: gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo</i>	Não há tratamento de esgoto e nem de águas residuais na região. Atualmente, a água é captada de fossas e essa água não é tratada, ocasionando problemas de saúde eventualmente.
<i>Promoção dos sistemas alternativos de energia e diminuição da pegada ecológica</i>	Caraíva não possui um meio de geração de energia alternativa e sustentável (energia solar, vento, biomassa, etc.). Porém, em contramão, não é permitido a entrada e circulação de veículos motorizados na região, diminuindo assim a emissão de CO ₂ na região.
<i>Saúde</i>	Há somente um Posto de Saúde da Família na Vila, com um médico em regime semipresencial (visita a região de 15 em 15 dias), uma enfermeira e uma secretária. Criando assim um déficit no atendimento à comunidade. Não possui a realização de procedimentos complexos, portanto, não há preocupação iminente com o lixo gerado pelos procedimentos.
<i>Redução, reutilização e reciclagem de resíduos (3 R's)</i>	Não existe um sistema de coleta e nem de reciclagem de lixo em Caraíva, limitando somente a separação do lixo a alguns moradores conscientes e, mesmo assim, são poucos os que fazem reuso dos resíduos ou possuem sistemas de compostagem do lixo orgânico em sua residência.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL	
<i>Urbanidade</i>	Caraíva não possui uma malha urbana planejada, sua composição se deu ao longo do tempo de forma aleatória, assim como a ocupação do solo, onde não há uma organização de ordenamento entre edifícios residenciais, mistos, comerciais e institucionais.
<i>Comunidade com Sentido de Vizinhança</i>	A sociabilidade da região se dá por meio de características pessoais, como as famílias tradicionais (que possuem a Associação dos Nativos de Caraíva – ANAC) e os empresários e moradores que vieram de outras regiões, que possuem suas próprias associações, o que dificulta a participação de todos em prol de melhorias para a comunidade.
<i>Moradias Adequadas</i>	Por não ter uma separação entre lotes residenciais e comerciais, a mistura das classes é visível na vila. Entretanto, na região das pousadas, é nítido a diferença do poder aquisitivo em comparação com os outros moradores.
<i>Mobilidade e Transportes sustentáveis</i>	Em Caraíva, não é permitido a circulação de carros e motos, a mobilidade é feita andando, pelas carrocerias, por canoa e pelos bugs na transição Caraíva-Corumbau.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	
<i>Adensamento Urbano</i>	A ocupação mais densa ocorre nas regiões à beira do Rio Caraíva, com lotes mistos (residência e/ou comércio). A parte central também é bastante utilizada pelos usuários, onde estão a Igreja, áreas comerciais e os edifícios



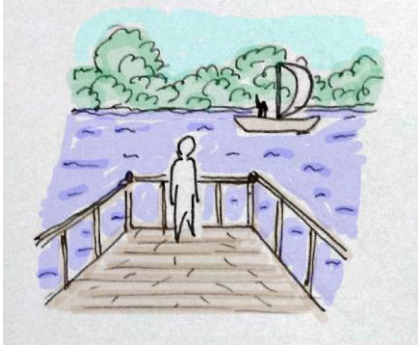
	institucionais, além de servir de passagem entre o estacionamento e a margem do Rio Caraíva.
<i>Dinâmica urbana</i>	Em Caraíva, os equipamentos urbanos e a infraestrutura não se adequam às necessidades dos moradores. Só há uma escola classe para atender as crianças da região, um posto de saúde, uma quadra de futebol, um “mini parquinho” e uma delegacia. A iluminação (recente) é toda subterrânea, mas não atende todas as ruas, fazendo com que em boa parte desses caminhos, os próprios moradores sejam responsáveis pela iluminação local.
<i>Desenvolvimento da Econômica Local em Centros de Bairros</i>	Por ser uma pequena vila, é possível caminhar por toda a região. Porém, não há muitas praças e áreas sombreadas para descanso. Novas áreas de lazer podem influenciar a ocupação de áreas ociosas e impulsionar o comércio naquele local.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL	
<i>Revitalização Urbana</i>	Áreas como a praça da igreja e o deck de madeira na beira do Rio Caraíva necessitam de recuperação/valorização, por se tratarem de áreas com potencial ocupação e principalmente por terem um valor histórico e cultural para a região.
<i>Legibilidade e Orientabilidade</i>	Falta sinalização adequada para os locais tradicionais da região, além de totens explicativos que contenham a história e a importância de determinados tradicionais.
<i>Identificabilidade</i>	São poucas as residências que ainda possuem características tradicionais, como cobertura de palha e paredes de pau-a-pique (construções características dos índios da região). Em sua maioria, os edifícios possuem características da arquitetura colonial, com grandes aberturas, esquadrias de madeira e telhas coloniais.
<i>Afetividade e Simbologia</i>	Muitos dos espaços tradicionais e de importância para os nativos já foram modificados, ocupados ou desapareceram. Há a necessidade de uma recuperação dessa identidade tradicional e reocupação dessas áreas tradicionais (como o deck de madeira, a beira do rio Caraíva, a Barra, entre outras áreas).

Fonte: Autor (2018).

Por fim, após aplicação do questionário seguido pela análise social e urbano-ambiental de Caraíva, foram propostos uma série de soluções com base nos padrões espaciais (ALEXANDER, 1977; ANDRADE, 2014) obtidos (Tabela 9):

Tabela 9 - Diagnóstico local e padrões de acontecimentos enquanto solução

DIMENSÃO	SOLUÇÕES	EXEMPLO
<i>Ambiental</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação da Restinga e (desapropriação das áreas de restinga ocupadas); • Tratamento sanitário com utilização de sistema BET – Bacia de Evapotranspiração; • Captação e geração de Energias renováveis; • Sistema de coleta de lixo; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma horta comunitária e áreas de compostagem; 	
<i>Social</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Uso e Ocupação do solo; • Área adequada para os cavalos e para os bugs; • CAT - Centro de Atendimento ao Turista; 	
<i>Econômica</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos urbano de qualidade; • Escola de Ensino Médio; • Mais funcionários no Posto de Saúde da Família; • Praças e áreas de lazer comum (ocupação de áreas ociosas); 	
<i>Cultural</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da Cultura e Espaços Tradicionais; • Conscientização do Turista, respeitando os nativos e seus costumes; • Preservação da Arquitetura Tradicional; • Sinalização e Totens informativos; 	

Fonte: Autor (2018).

Dando continuidade à pesquisa-ação já no âmbito do mestrado, realiza-se ao longo de 2019 o artigo “Processo de Gentrificação em Territórios Tradicionais nas Unidades de Conservação da América do Sul – causas e efeitos na vila de Caraíva”²². Com o objetivo de

²² Publicado e apresentado no XXIII Congresso da Associação de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul - ARQUISUR 2019: <https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/processo-de-gentrificacao-em-territorios-tradicionais-nas-unidades-de-conservacao-da-america-do-sul---causas-e-efeitos-n?lang=pt-br>.

aprofundar as questões teóricas e de revisão bibliográfica sobre o processo de gentrificação no contexto territorial do estudo de caso, constata-se que o conceito da gentrificação é variável, admitindo diversos aspectos de acordo com o contexto socioeconômico, político e territorial. Percebe-se, porém, que em um contexto político e econômico neoliberal, o processo de gentrificação ocorre muitas vezes com o aval e incentivos do Estado (parcerias público-privada com foco no desenvolvimento econômico e regional). Nos casos de pequenas comunidades e territórios tradicionais da América Latina expostos ao processo de gentrificação, percebe-se também uma grande tendência na expulsão e dizimação de culturas, saberes e populações tradicionais (FERREIRA *et al*, 2019). Foi também neste trabalho que se percebeu a relação do processo de gentrificação com o as práticas turísticas - aspecto comum em reservas habitadas expostas ao processo de gentrificação.

Foi também em 2019 que Caraíva abrigou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão e projetos locais que colaboraram para consolidar uma forte tradição de duas décadas de mobilização social, organização autônoma e promoção de iniciativas de interesse público. Apesar de terem objetivos similares ou complementares, muitos dos responsáveis por estas iniciativas não possuem conhecimento dos demais trabalhos, sendo assim. Ocorre então em fevereiro de 2020 a terceira visita à campo em Caraíva e a participação no “I ENCONTRO DE PESQUISA, EXTENSÃO E INICIATIVAS LOCAIS EM CARAÍVA”, evento que possibilitou o reconhecimento e, eventualmente, a integração de algumas destas iniciativas, apontando para possibilidade de maior efetividade, impacto e publicidade dos resultados.

Esse encontro (Figura 19) teve como principal objetivo promover a discussão entre as instituições, grupos de pesquisa, pesquisadores, organizações e agente locais envolvidos em atividades de interesse público em Caraíva, Nova Caraíva e Aldeia Xandó, promovendo o encontro das instituições e debates sobre os trabalhos, os estudos de viabilidade de integração de ações e recursos e a criação de um programa interinstitucional que integre projetos atuais e futuros.

Figura 19 - I Encontro de Pesquisas em Caraíva, sede da ANAC



Fonte: Liza Andrade (2020).

Em um levantamento inicial da UFSB, foram constatadas atualmente a presença de três Instituições de Ensino Superior (IES) federais, três programas de pós-graduação, cinco grupos de pesquisa e uma rede de certificação atuando em Caraíva, Nova Caraíva e aldeia Xandó. Nestas organizações estão sendo desenvolvidas ou planejadas quatro pesquisas de mestrado, três projetos institucionais de pesquisa e um projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão.

Com a contribuição da área do conhecimento do Turismo, o segundo artigo intitulado “Gentrificação pós-pandemia: turismo integrado na vila de Caraíva como instrumento de mitigação”²³, elaborado em parceria com a professora e pesquisadora Lívia Wiesinieski (CET/UnB), teve como principal objetivo discutir sobre medidas de mitigação contra o avanço do processo de gentrificação (Tabela 10), levando em consideração as necessidades urgentes da comunidade tradicional perante a reabertura da vila para as práticas turísticas em setembro de 2020, durante o estado de pandemia pelo novo coronavírus.

²³ Publicado e apresentado no ENANPARQ 2020 http://enanparq2020.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Resultado_Mesas-Tema%CC%81ticas_Pandemia-04-12.pdf.

Tabela 10 - Recomendações turísticas pós-reabertura de Caraíva

CHEGADA	Entrega de panfletos com recomendações para a estadia e visitação na região. Para turistas e visitantes, recomenda-se a assinatura de um ‘termo de compromisso’ com o preenchimento de dados pessoais e perguntas sobre contágio ou sintomas da covid-19, com assinatura ao final do documento que responsabiliza o visitante sobre qualquer problema ocasionado em razão da sua chegada;
BALSAS	Recomenda-se o distanciamento social de pelo menos 1 metro, controlando o número de passageiros no trajeto Nova Caraíva x Caraíva e vice-versa;
BANHOS	Delimitar um espaço de 35m ² (PDITCT, 2002) por banhistas/famílias nas praias;
COMÉRCIO	Dar preferência para serviços de entrega nas pousadas e para estabelecimentos locais;
LOCOMOÇÃO	Respeitar os trajetos delimitados a fim de preservar a segurança e saúde da população local;

Fonte: Autor (FERREIRA; WIESINIESKI; ANDRADE; MENEZES, 2020).

A partir da compreensão das práticas turísticas de mercado como fenômeno intimamente ligado com o processo de gentrificação em Caraíva e do contexto desumano em que o processo de gentrificação se insere nos territórios tradicionais de Abya Yala, se fez necessário para esta etapa da pesquisa-ação um ato de ação e reflexão na busca pela inclusão dos princípios tradicionais dos povos originários com a análise do território – além da necessidade em saber se o turismo ao menos seria importante ou não para o desenvolvimento da comunidade nativa e sim, qual a visão da comunidade sobre.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARA O PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL E TURÍSTICO

3.4.1 Adaptação dos Princípios de Sustentabilidade Urbana aos Princípios de Sustentabilidade para Comunidades tradicionais

Por se tratar de um território tradicional, parte-se do princípio que não há como garantir a exploração sustentável do território e a preservação dos ecossistemas sem a presença e o conhecimento tradicional local, sendo importante complementar alguns aspectos dos princípios da cosmovisão Guarani que se aplica ao território hoje conhecido como o Brasil.

Como dimensão ambiental, importante citar o princípio do “Respeito a Natureza”, onde Mundruku (2020) narra sobre a importância da proximidade e disponibilidade de água

limpa e potável para o estabelecimento de comunidades, elemento essencial para a vida e para o equilíbrio dos ecossistemas.

Para o respeito às relações (dimensão social), Munduruku fala sobre a importância da diversidade e da inclusão, a necessidade de extinção das classes (fim das diferenças sociais) e valorização do modo de ser, ver e se expressar de cada um. Em debate com Werá (2020), Munduruku cita que, como um meio de tomada de decisões, o consenso seria a alternativa mais justa e que contemplasse as necessidades da comunidade como um todo. (MUNDURUKU, 2020).

Para a dimensão econômica, Meliá (1988) cita sobre o “Respeito aos Recursos Naturais” por parte dos povos originários, com a extração somente do necessário para o dia-a-dia e para a elaboração de ferramentas e tecnologias para a comunidade: “terra boa, fácil para ser cultivada, produtiva, suficiente e amena, tranquila e aprazível, onde [...] possam viver em plenitude seu modo de ser autêntico” (MELIÀ, 1988, p. 26).

Em relação a dimensão cultural, Munduruku e Werá (2020) debatem sobre o respeito aos ancestrais, a valorização da cultura e dos costumes tradicionais e a promoção/transmissão dos saberes (ciclos da natureza, da água e da terra, épocas de pesca e plantio, tecnológicas, ferramentas *etc.*).

Como o objetivo deste trabalho é contribuir com estudos que visem a ocupação e reocupação do território pela população nativa, surge a necessidade de incluir uma dimensão em cada uma das 4 áreas dos princípios ambiental, social, econômica e cultural (Tabela 11) – em concordância com as revisões bibliográficas, jurídicas e narrativas, principalmente no que se refere ao modo de vida dos povos originários.

Tabela 11 - Inclusão de princípios tradicionais no diagnóstico

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
<i>Respeito a Natureza</i> – disponibilidade e proximidade de água doce (rios, lagos, nascentes); contato com o meio ambiente (vegetação, florestas, trilhas, mar, montanhas).
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL
<i>Respeito as relações</i> – promoção da diversidade e da inclusão social; identificar a forma de decisões na comunidade favorecendo a decisões unânimes (consenso); correlações de parentesco e entre territórios mais distantes, interligando parentes e grupos diferenciados mais longínquos; levantamento das principais associações e conselhos locais e a forma como elas se interagem;
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA
<i>Respeito aos Recursos Naturais</i> – análise em relação as atividades e usos permitidos no território que favoreçam ou possam favorecer o desenvolvimento econômico e social em paralelo a preservação e exploração sustentável do meio ambiente; formas de desenvolvimento da economia local baseadas e políticas de troca ou moedas locais;
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL
<i>Respeito aos Ancestrais</i> – características de padrões espaciais e culturais de uso e ocupação por parte das comunidades tradicionais; memória afetiva cultural da terra; valorização dos costumes e promoção da cultura e do saber tradicional; transmissão do saber

Fonte: Autor (2021) adaptado de Andrade e Lemos.

Essa inclusão busca identificar o contexto social e espacial do local a partir do modo de ser dos nativos locais, visando a identificação dos padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais na região - complementares a análise anteriormente realizada (FERREIRA et al, 2018 b) - e que possibilitaria novas compreensões e soluções.

Assim como na primeira etapa, a coleta de dados seria feita de maneira presencial. Mas devido a prolongação do estado de pandemia e a falta de vacinas – além das recomendações de distanciamento social e, mais ainda, por se tratar de um território tradicional, optou-se pela aplicação de questionário semiestruturado.

3.4.2 Processo participativo

Para esta etapa da pesquisa-ação, o processo participativo teve como objetivo analisar identificar os padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais e a visão da comunidade sobre o turismo, na busca por novas compreensões e soluções que se adequem as necessidades e demandas locais.

A partir de reunião remota com as lideranças da comunidade tradicional de Caraíva em 15 de julho de 2021, com a participação do autor, Profa. Dra. Liza Andrade (FAU/UnB), Prof. Dr. Paulo Menezes (UFSB) e o presidente e vice-presidente da ANAC, Lucas Santos e Vagner Braz (Gamela), respectivamente, foi estabelecido que, devido ao ainda estado de pandemia e a impossibilidade de visita à campo, a forma de coleta de dados seria realizada de forma remota, com auxílio da ferramenta *google forms* para a criação de um questionário semiestruturado e da Associação dos Nativos de Caraíva – ANAC, como mediadores.

Com a diminuição do alcance de entrevistados por conta do distanciamento social e da aplicação *online* e de forma remota, fica estabelecido que a sua divulgação e abertura seria juntamente com o período de cadastro e recadastro dos pescadores tradicionais de Caraíva entre os meses de agosto e setembro. Como forma de auxiliar na coleta de dados, fica estipulado a criação de um documento eletrônico “Cadastro da RESEX Corumbau (ANAC) e Pesquisa Caraíva”, realizado pelo autor em parceria com a ANAC e que contemplasse a aplicação do questionário, o TCLE e o questionário semiestruturado.

Parceiros desta pesquisa-ação, a atual Associação dos Nativos de Caraíva – ANAC (Figura 20) é composta pelo presidente Lucas Borges do Santos, pelo vice-presidente Gamela (Vagner Braz), a diretora tesoureira Consuelo Lopes, o diretor secretário Juninho “Billy Joe”,

e Vilton José Braz Queiroz (federal), Silmar Porto Sisnade e Antônio Carvalho como conselheiros fiscais.

Figura 20 - Posse da chapa eleita na sede da ANAC



Fonte: ANAC (2020).

“[...] continuar a luta em busca de melhorias em nossa Comunidade, mantendo o respeito, a tradição, o fortalecimento da RESEX e o bem-estar de todos, que amam e cuidam da nossa linda Caraíva. Com uma chapa mista que conta com a Força Jovem e com a experiência dos Nossos Sócios Fundadores, vamos trabalhar para que nossa entidade continue sendo consultada e respeitada pelos órgãos ambientais, judiciais e governamentais nas decisões que diz respeito a nossa comunidade” (ANAC, 2020)

Por se tratar de uma investigação social com povos e comunidades tradicionais, faz-se necessário a elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Consentido (TCLE)²⁴, documento este que visa assegurar os direitos e deveres dos entrevistados como participante da pesquisa. Partindo do princípio de que os povos e comunidades tradicionais possuem autonomia e gestão próprias garantida pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os pesquisadores reconhecem a sua aprovação prévia por parte do entrevistado como documento eletrônico o suficiente para a aplicação do questionário, seguindo as recomendações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (MS) e devidamente registrado.

Em constante ato de ação e reflexão, importante destacar que ao final da reunião em conversa mais descontraída, foram explicitados os problemas atuais que a comunidade nativa

²⁴ Disponível em:

<https://docs.google.com/uc?export=download&id=1DI9mjIBNnGhni3gjs86mvkydDF8n9oW4>

enfrenta. Gamela, vice-presidente da ANAC, cita que após a reabertura da vila em setembro de 2020, o local passou a sofrer com um maior intensa e constante chegada de turistas que, além de se deslocarem para um território tradicional no meio de uma pandemia, não respeitavam o mínimo das recomendações de distanciamento social. Relata também que já não tem mais diferenciação entre a alta e baixa temporada, havendo um fluxo constante de chegada e partida de turistas.

A ANAC cita a importância em impedir as festas de fora na região que, mesmo ainda durante o vigente estado de pandemia, já há movimentos e organizações para grandes festas na época de férias entre os anos de 2021/2022, principalmente daquelas realizadas na beira da praia e que atendem a um público específico de classe média/alta. De acordo com o site Caraíva Bahia Brasil²⁵, já há venda de ingressos e pacotes para o *réveillon* 2021-2022 com preços iniciais de R\$1.000, 00. Até outubro de 2021, o auxílio emergencial da Caixa Econômica Federal durante o estado de pandemia oferece uma “ajuda” mensal que varia de R\$150 a R\$375 (EBC, 2021).

Visando elaborar um questionário semiestruturado (Tabela 12) que extraia as informações necessárias para a realização deste estudo (princípios da sustentabilidade adaptada para a geração de novos padrões/soluções espaciais e de acontecimentos, caracterização da vila, visão da comunidade sobre o turismo) e para conhecimento dos atuais problemas e demandas comunidade, elaborou-se o seguinte formulário:

Tabela 12 – Perguntas para Cadastro da RESEX + Pesquisa Caraíva 2021

CADASTRO RESEX
Nome do(a) chefe da família:
RG/CPF:
(C.1) Comunidade:
Endereço
(C.2) Quantidade de moradores na residência
De quem você é parente? Você tem raiz na pesca?
(C.3) Algum ou alguns membros da sua família se mudaram de Caraíva depois do turismo? Quem são e onde moram atualmente?
QUESTIONÁRIO
(Q.1) Em qual região de Caraíva você mora?
(Q.2) Além da água, o quanto é importante o território terrestre e tradicional para a comunidade nativa de Caraíva?
(Q.3) Como são tomadas as decisões entre a comunidade nativa?

(Q.4) O turismo é importante para o desenvolvimento da comunidade nativa?

(Q.5) Se sim, como você gostaria que fosse reconhecido o turismo de Caraíva?

(Q.6) Como é passado o conhecimento tradicional (pesca, temporadas, artesanato, marés, etc.)?

(Q.7) Do que mais você sente falta na Caraíva de antes do turismo?

(.8) Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade nativa de Caraíva atualmente?

(Q.9) O que poderia ser feito para melhorar a situação atual de Caraíva?

(Q.10) Quais dessas fotos mais representa a vila tradicional de Caraíva para você?

(Q.11) Quais desses ambientes sua casa possui?

(Q.12) Se pudesse escolher, qual o tipo de habitação você gostaria?

(Q.13) Caso tenha possibilidade de morar em uma vila de pescadores, como você a imaginaria?

Fonte: Autores (2021) com auxílio da ANAC.

Para contribuir com o entendimento da visão local da comunidade sobre determinados pontos específicos da comunidade (como a importância do turismo e lembranças afetivas, por exemplo), serão utilizadas como forma de coleta de dados repostas objetivas, abertas, de múltipla escolha e de resposta, como explicitadas no capítulo da aplicação da metodologia no estudo de caso. Para facilitar a coleta de dados e respostas, as perguntas foram organizadas em “C.n” (Pergunta do cadastro seguida do número da pergunta²⁶) e “Q.n” (Pergunta do Questionário seguida do número da pergunta).

Por fim, após a identificação dos padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais a partir da aplicação do questionário e do posterior diagnóstico do contexto físico e social, serão sistematizados os principais resultados para a elaboração de possíveis cenários de ocupação e reocupação urbano-ambiental e turística da vila de Caraíva.

3.5 CONCLUSÃO

Partindo da premissa de que o respeito gera reconhecimento, aceitação, apreciação e valorização das qualidades do próximo e de seus direitos - além de valor essencial para a construção das relações humanas, essa inclusão do respeito como base na análise das dimensões da sustentabilidade em territórios tradicionais poderia estender esse conceito para também com

²⁶ Para esta pesquisa, serão contabilizados somente as perguntas para o cadastro de interesse comum com a exclusão de dados pessoais.

os ecossistemas, ajudando na compreensão da natureza e suas diversas formas de expressão com um ser vivo, pensante e que também necessita de respeito e cuidados.

Para a elaboração de um planejamento urbano-ambiental e turístico, há de se reconhecer o segmento do turismo como atividade contudente no desenvolvimento econômico e social de uma região, por isso, tem-se a necessidade dentro das atividades turísticas de um planejamento urbano-ambiental ancorada em princípios sustentáveis. Esse planejamento deve ser visto para além de apenas uma forma de se organizar o espaço, mas também como ferramenta essencial para a conservação das dinâmicas socioespaciais do território e da população tradicional e da sua permanência no local:

"Mesmo os municípios já consolidados há décadas como turísticos apresentam falhas de planejamento público urbano para manejo de áreas de interesse do segmento, refletindo-se no atendimento desigual, por exemplo, para áreas urbanas centrais e periféricas. Nesse prisma, processos morosos ou desordenados de planejamento turístico refletem em desordenamento territorial e, por conseguinte, no atendimento negativamente desigual para residentes e não-residentes." (SILVA, 2012b)

Espera-se com esses procedimentos a obtenção de diretrizes e diagnósticos que apontem para uma boa elaboração de um planejamento urbano-ambiental e turístico em Caraíva, bem como a identificação socioespacial do território e a forma como a população nativa o ocupa, um levantamento inicial das residências das famílias dos pescadores tradicionais; medidas que auxiliem a fiscalização quanto as atividades turísticas permitidas na região (principalmente aquelas destinadas exclusivamente sob administração da população tradicional) e que colaborem com a despoluição dos ambientes naturais afetados pelo turismo (tanto em relação a água/lixo quanto a poluição sonora, respeitando a população local); medidas que atentem quanto a ocupação desordenada, a especulação imobiliária, problemas fundiários e qualquer outro aspecto que prejudique as populações tradicionais, sensibilizando os visitantes e potenciais novos moradores quanto as práticas e locais de uso cultural e tradicional.

4 PRINCÍPIOS E PADRÕES DE OCUPAÇÃO E REOCUPAÇÃO URBANO-AMBIENTAL E TURÍSTICO DA VILA DE CARAÍVA

4.1 INTRODUÇÃO

"Se Caraíva continuar do mesmo jeito, os nativos vão desaparecer junto com os nossos costumes e tradições, que são antigas. Gostaria que continuassem [filhos e netos] morando em nossa terra e preservando a nossa história. Um jeito de assegurar isso seria a inclusão do território terrestre na RESEX Corumbau, garantindo espaço 'pra' gente morar". Pescador tradicional de Caraíva (FERREIRA *et al*, 2018 b).

De acordo com a Constituição de 1988 e os mais diversos dispositivos nacionais e internacionais, o Estado possui um papel fundamental na segurança dos povos e comunidades tradicionais, respeitando a sua autonomia e promovendo o desenvolvimento sustentável com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, ambientais, econômicos e culturais (PNPCT, 2007).

Ocorre que no vigente modelo socioeconômico e necropolítico do Brasil, direitos originários são negados e substituídos por mecanismo que dificultam e até mesmo impendem o desenvolvimento e o acesso aos direitos básicos. Em vez disso, beneficiam as classes altas e de maior poder aquisitivo em parcerias público-privadas de um desenvolvimento neoliberal e falido (Figura 21).

Figura 21 - Ministro do Meio Ambiente em Caraíva

The image shows a screenshot of a news article from the website 'Brasil de Fato'. The website's logo is at the top, with the tagline 'UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO'. Below the logo is a navigation menu with links for 'Início', 'Opinião', 'Política', 'Direitos Humanos', 'Cultura', 'Geral', 'Saúde', 'Internacional', 'Especiais', 'Rádio', and 'Podcast'. The article title is 'Moradores de Caraíva acusam Salles de lobby por empresário com construção irregular'. The sub-header is 'MINISTRO DA BOIADA'. The main text starts with 'Entidades dizem que ministro atua para reverter decisões judiciais que ordenam demolição de deck no rio desde 2004'. The author is 'Paulo Motoryn' and the date is 'Brasília (DF) | 18 de Junho de 2021 às 07:00'.

Fonte: Brasil de Fato²⁷ (2021).

²⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/18/moradores-de-caraiva-acusam-salles-de-lobby-por-hotel-com-construcao-irregular>

Região historicamente palco de conflitos territoriais contra o mercado e o Estado, a vila de Caraíba se encontra em uma posição geopolítica bastante delicada. Além do seu valor histórico e da imposição de gestões territoriais como o IPHAN e a UNESCO, Caraíba se encontra nos limites do Parque Nacional do Monte Pascoal, na fronteira com a Terra Indígena Pataxó de Barra Velha, inserida na APA Caraíba/Trancoso e adjacente à RESEX Marinha do Corumbau. (Figura 22)

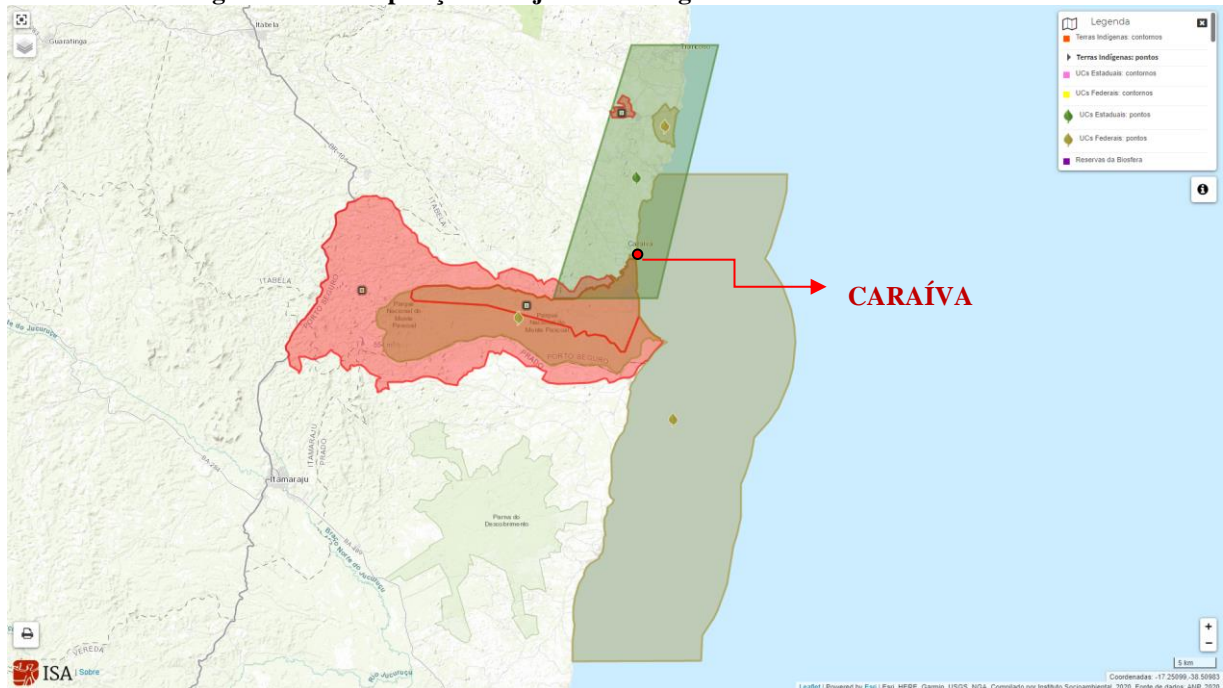
Figura 22 - Caraíba (vermelho) e Instâncias de Gestão Territorial



Fonte: Autor (2020) com auxílio do QGIS.

Essa sobreposição e adjacência de instâncias de gestão territorial (Figura 23), criadas cada uma de forma isolada, em diferentes épocas e com diferentes objetivos geraram e geram conflitos territoriais fatais para as comunidades tradicionais locais, dificultando a implantação de diretrizes adequadas para o uso e ocupação dos espaços, a preservação da biodiversidade e dos meios de subsistência das populações nativas e principalmente seus direitos originários.

Figura 23 - Sobreposições e adjacências de gestão territorial sobre Caraíba



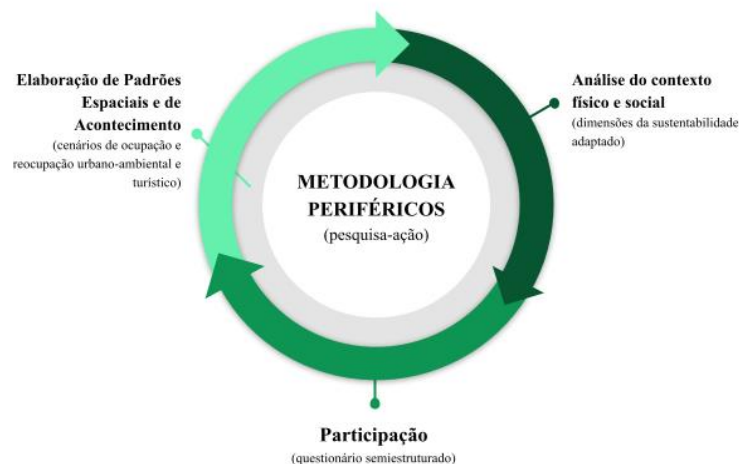
Fonte: ISA (2021) adaptado pelo autor.

A partir da fragmentação das várias instâncias de gestão territorial incidentes no território, percebe-se vários níveis diferentes de hierarquia, gestão e uso muitas vezes conflitantes entre si. Das três UCs, somente o PARNA do Monte Pascoal é de Proteção Integral, enquanto a APA Caraíva/Trancoso e RESEX Corumbau são de Uso Sustentável, mas de níveis de governo diferentes (estadual e federal, respectivamente). Já a gestão da Terra Indígena de Barra Velha (que comporta várias comunidades Pataxó como a do Bugigão, Aldeia Mãe de Barra Velha, Aldeia Xandó *etc.*) se dá tanto pela FUNAI como pelo ICMBio, já que a mesma se encontra dentro do PARNA Monte Pascoal.

Mas como essa sobreposição de instâncias afeta a região? Tendo a Vila de Caraíva como estudo de caso, veremos que o processo de desenvolvimento da cidade ao longo das últimas décadas se deu fortemente baseada no turismo e na especulação imobiliária, com a instalação de diversas pousadas, residências e áreas comerciais em território tradicional justamente pela falta de gestão, planejamento e atuação do Estado. Exposto ao processo de gentrificação, cerca de somente 1/3 da população total de Caraíva é composta por famílias e moradores tradicionais (USF/CARAIVA, 2018).

Diante de tal aparato procurou-se neste capítulo apresentar o avanço do processo de gentrificação e turistificação nos últimos anos a partir da ótica dos extrativistas, apresentando os resultados dos procedimentos metodológicos (Figura 24) e a percepção dos pescadores e pescadoras tradicionais de Caraíva acerca dos padrões espaciais e de acontecimentos urbano-ambiental e turístico.

Figura 24 - - Procedimentos metodológicos da pesquisa



Fonte: Autor (2021).

Na primeira sessão, serão apresentados um breve histórico da vila e de como se inicia e avança o processo de gentrificação na região até o início de 2021. Posteriormente discorre-se sobre o processo participativo, onde serão apresentadas as respostas obtidas após a aplicação do questionário semiestruturado (*google forms*) entre agosto e setembro de 2021 que possibilitaram a identificação e análise dos padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais da região - para comparação com estudos anteriores diante de novas problemáticas, optou-se por reanalisar as dimensões da sustentabilidade (ANDRADE; LEMOS, 2015) como um todo para possíveis recomendações.

Por fim, sistematiza-se os principais resultados obtidos para a elaboração de possíveis cenários de ocupação e reocupação urbano-ambiental e turística da vila de Caraíva, visando propor diagnóstico inicial de medidas que visam a mitigação/reversão do processo de gentrificação na região e a urgente garantia de permanência da população tradicional em seu território tradicional.

4.2 A VILA DE CARAÍVA E O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO

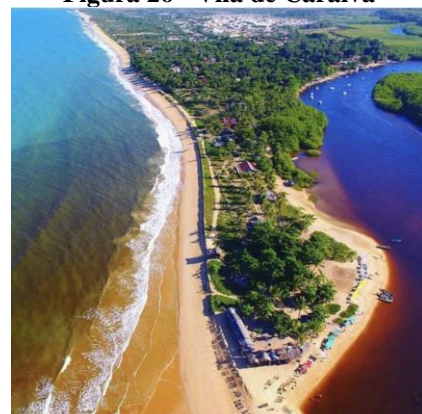
A vila de Caraíva é uma comunidade litorânea e território tradicional situada no município de Porto Seguro, no extremo sul do estado Bahia. Se encontra na foz do Rio Caraíva em uma península de aproximadamente 470 km², localizada entre o rio homônimo e o Oceano Atlântico (Figuras 25 e 26).

Figura 25 - Rio Caraíva



Fonte: Autor (2019) com auxílio do Google Maps.

Figura 26 - Vila de Caraíva



Fonte: BND²⁸ (2019).

²⁸ Disponível em: <https://www.bahianoiteedia.com.br/onde-ficar-em-caraiva-pousada-casa-da-praia/>.

Possui aproximadamente 38 km², localizada em uma porção de terra entre a Aldeia Xandó (terra dos povos indígenas Pataxó) e Nova Caraíba, expansão da vila no outro lado do rio (Figura 27). Seu território terrestre faz parte do Bioma da Mata Atlântica e seus ecossistemas (manguezais e restinga), estando em uma península entre o rio e o mar, possui rica diversidade animal e vegetal (Figura 28).

Figura 27 - Caraíba e seu entorno imediato



Fonte: Autor (2021) com auxílio do Google Earth.

Figura 28 - Características ambientais de Caraíba e entorno



Fonte: Autor (2019) com auxílio do Google Earth.

Conhecida pelos povos originários como *Crememuã*²⁹, a hoje vila de Caraíva já era parcialmente habitada por diversos povos indígenas seminômades da família *Maxakali* do tronco linguístico Macro-Jê. Esses povos, que passavam parte do ano no interior da floresta aos pés do Monte Pascoal e em outra parte nas regiões costeiras, viviam exclusivamente da exploração dos recursos renováveis da terra, dos mangues, dos rios e do mar (WIED-NEUWIED, 1958). Tal fato, grande parte da comunidade extrativista e tradicional de Caraíva e da RESEX Marinha do Corumbau são descendentes ou integrantes do povo Pataxó – ou *Putuxox*, "povo/espírito do papagaio" (RIBEIRO, 2011).

Após a ocupação portuguesa por volta de 1530³⁰, a região passou a ser reconhecida como Caraíva - nome que deriva do vocabulário indígena *caraiíba* e que se refere a forma como os primeiros indígenas chamavam os "invasores brancos". Devido ao modo de vida seminômade que a maioria dos povos tradicionais locais possuíam e o início da colonização e expansão portuguesa em outros territórios, Caraíva se manteve relativamente isolados por várias décadas, sendo habitada por pequenos núcleos familiares de pescadores tradicionais que se fixaram ao leito do rio. De maioria local, viviam da pesca artesanal e das redes de troca (banana, farinha, aipim, carnes *etc.*).

A partir da busca por um desenvolvimento econômico regional durante o período do império, as atenções voltam para a região e ocorre em 1861 o aldeamento forçado do povo Pataxó na antiga aldeia Bom Jardim (hoje reconhecida pelo povo Pataxó como Aldeia Mãe de Barra Velha e que já existia desde 1767, de acordo com relatos locais). Esse aldeamento forçado serviu como mecanismo do até então Segundo Império para aglomerar esses povos em um só local e liberar os territórios tradicionais para a exploração dos seus recursos naturais - considerados desde aquela época como "fertilíssimo terreno" (VILHENA, 1969).

Mesmo com a instauração da República no Brasil décadas depois, a situação da territorialidade não melhorou para os povos tradicionais. Novos interesses do Estado possibilitaram a instalação de uma grande serraria na beira do rio (Figura 29), onde toras de madeira (inclusive de árvore protegidas por lei) eram constantemente embarcadas e levadas para os mercados da Europa e Japão. Caraíva vive assim, na primeira metade do século XX, seu primeiro apogeu econômico.

²⁹ Expressão de origem guarani, *creme* (?) + *muã* (inseto que emite luz),

³⁰ Segundo documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) disponível no Museu do Descobrimento em Porto Seguro-BA, a ocupação portuguesa iniciada por volta do ano de 1530 na península entre o Rio Caraíva e o Oceano Atlântico é considerada uma das mais antigas do Brasil.

Figura 29 - Antiga Sede da Serraria em Caraíva



Fonte: Acervo Pousada Lagoa³¹ (1981).

Após a exploração descontrolada da madeira e a posterior explosão da caldeira a vapor em 1948, Caraíva suspende as atividades madeireiras e a sua comunidade retorna para as atividades pesqueiras. Devido ao iminente processo de demarcação do Parque Nacional de Monte Pascoal na metade do século XX - e mais uma iminente redução significativa do território demarcado - os confrontos territoriais na região se intensificaram e na década de 1950 ocorre o trágico "Fogo de 51"³². Diante de mais outra dispersão, a comunidade tradicional de Caraíva vive de maneira isolada pela última vez até o final da década de 1970, vivendo quase que exclusivamente das atividades de pesca artesanal e agricultura.

Com a construção da rodovia BR-101 facilitando a rede de acesso viários para a região do extremo sul da Bahia na década de 1970 – movida pela aplicação de políticas de expansão e

³¹ Disponível em: <https://caraiva.com.br/breve-historico-sobre-caraiva/>

³² O “Fogo de 51” foi um marco trágico na história do povo Pataxó, aonde dois indivíduos chegaram em seu território dizendo que haviam interesse em ajudar na causa e demarcação das terras indígenas – pensando que eram agentes enviados do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os Pataxós os acolheram. Atualmente, acredita-se que esses homens tramaram armadilhas para incriminar os indígenas e, por fim, criarem um alibi para a intervenção do estado na região. Durante esses ataques, várias residências do povo Pataxó foram queimadas, indígenas foram mortos, mulheres estupradas e crianças torturadas. Após essa tragédia, os Pataxós se viram obrigado a procurar meios de subsistências em outras regiões, iniciando o processo hoje conhecido como a “Diáspora Pataxó”.

ocupação das áreas rurais implantadas pela Ditadura Militar inicialmente na Amazônia e, posteriormente, nos outros biomas brasileiros (MEIRELLES FILHO, 2014), houve um rápido crescimento econômico e populacional nos distritos de Porto Seguro, Arraial d’Ajuda e Trancoso (MATOS et al, 2014). Conseqüentemente, com o prenúncio de uma nova dinâmica econômica entrando em curso sustentado pelo setor turístico, começam a chegar durante a década de 1980 os primeiros turistas na região.

Mesmo com o surgimento do turismo na região, Caraíva se mantém ainda conhecida como um lugar de retiro e descanso por quase uma década (figura 30), sendo frequentada em sua maioria por jovens universitários, mochileiros e casais (GRÜNEWALD, 2001). Biriba, pescador tradicional aposentado e personalidade de grande destaque e importância para a região, relata que possui amizade com os "cabeludos" que conheceu na época até hoje.

Figura 30 - Caraíva durante a década de 1980



Fonte: Acervo Pousada Lagoa³³ (1986).

4.2.1 O início, consolidação e avanço do processo de gentrificação

Devido a esse movimento turístico iniciado na década de 1980 e ampliado pela posterior chegada gradativa de novos moradores durante a década de 1990, a vila foi se

³³ Disponível em: <https://caraiva.com.br/breve-historico-sobre-caraiva/>

readaptando a uma nova realidade em que o turismo foi se impondo gradativamente como atividade econômica principal.

Parcialmente ocupada, Caraíva se torna uma terra fértil para o surgimento de novos empreendimentos e investimentos imobiliários (pousadas, restaurantes, bares, lojas) - já que boa porção do seu território se encontrava ainda inabitada. Com a também possibilidade de compras de terrenos "vazios" que chegaram a custar relógios de ouro ou cavalos (de acordo com relatos locais), chegam também novos moradores no local. Inicia-se assim o processo de gentrificação em Caraíva.

A vila que antes era conhecida e procurada pelo seu isolamento e calma, passou a presenciar a chegada de turistas "estranhos" e de festas que não condiziam com as já tradicionais. Mesmo com a ausência de energia elétrica na vila neste período, por exemplo, turistas e novos moradores utilizavam geradores a diesel para manterem as festas acontecendo (KITOKI D'ALDEIA, 2021). Nativos que utilizavam a Barra como um local tradicional de pesca, lazer e encontros, relataram que com as festas e o aumento de turistas no local, pararam de frequentar a região (Figuras 31 e 32):

Figura 31 – Barra de Caraíva na década de 1980



Fonte: Acervo Pousada Terra³⁴ (1982).

Figura 32 - Ponta da Barra atualmente



Fonte: Autor (2020).

"Falta organização na Ponta da Barra, eles (empresários de fora) estão ocupando tudo. Tem espaço 'nem' 'pra' andar mais na beira da praia. A ocupação da beira do rio é boa, eu até ajudei a fazer a contenção do rio [...]". Relato de morador (FERREIRA, et al 2018)

³⁴ Disponível em: <https://caraiva.com.br/breve-historico-sobre-caraiva/>

Após a Ocorre que, com a ausência do território terrestre e tradicional das vilas costeiras como também parte da reserva, o território se tornou o novo "objeto" de interesse dos grandes empresários e investidores locais. Em Caraíva se tornando um paraíso turístico de luxo, e consolidando/contribuindo com o processo de gentrificação. Mais uma vez, impactará em um posterior aumento no custo de vida, especulação imobiliária, chegada de mais turistas e moradores e a ocupação das áreas remanescentes da vila (Figuras 33 e 34).

Figura 33 - Ocupação na Vila de Caraíva em 1985



Fonte: Google Earth (2021).

Figura 34 - Ocupação na Vila de Caraíva em 2006



Google Earth (2021).

Como uma maneira de conter os abusos na parte marítima por conta da pesca predatória pelas frotas industriais, a região costeira foi reconhecida no ano de 2000, a partir de mobilizações locais, como parte da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Com isso, a exploração dos recursos naturais marítimos da região passou a ser realizada exclusivamente pelos povos tradicionais da região, compostos por cerca de 650 famílias distribuída por nove localidades denominadas: Curuípe, Nova Caraíva, Caraíva, Aldeias Indígenas de Barra Velha e Bujigão, em Porto Seguro/BA, e Corumbau, Veleiro, Imbassuaba e Cumuruxatiba, em Prado/BA. (ICMBio, 2021)

Ocorre que essa demarcação da RESEX contemplando somente o espelho d'água consentiu com que o território terrestre e também tradicional permanecesse nas mãos do mercado imobiliário, que agora passa a especular e investir com mais força diante da proibição das lucrativas atividades pesqueiras e da chegada de um público específico de turistas de maior poder aquisitivo (Figura 35).

Figura 35 - Turistificação de Caraíva



Fonte: Melhores Destinos³⁵ (2017).

Décadas depois, percebido a partir dos estudos realizados e iniciados em 2018, Caraíva possuía a época 680 habitantes, sendo somente 1/3 dessa população sendo considerada nativa da região (USF, 2018; FERREIRA, et al, 2018 a) e distribuídas em 5 principais ramos familiares (NEIMAN, 2020).

"Tem que separar uma área para os extrativistas. Caraíva já está muito cheia de gente e não tem mais lugar para onde crescer, tem nem lugar mais para quem é daqui." Biriba, entrevista em 2018 (FERREIRA *et al*, 2018 a)

Com o início do monitoramento da região no ano de 2017 (REABILITA, PPG-FAU/UnB) e de posteriores visitas à campos realizados em dez./jan./2018, jan./fev./2019 e fev./2020, registradas nos artigos publicados desta pesquisa, percebe-se por transformações espaciais e a partir de relatos locais que o processo de gentrificação continua em um preocupante avanço.

³⁵ Disponível em: <https://www.melhoresdestinos.com.br/caraiva-bahia.html>

Após a ocupação total da vila e o rápido aumento no custo de vida devido ao monopólio das dinâmicas socioeconômicas, muitos nativos passam a procurar residências em outras regiões próximas - principalmente em Nova Caraíva do outro lado do Rio e na Aldeia Xandó, para aqueles que tem por direito originário o uso e ocupação na terra indígena. Devido a força do capital, alguns nativos começam a ver uma oportunidade de permanência realizando atividades turísticas no mar, arrendamento de lotes e comércios, alugueis de casas por temporada etc. Conseqüentemente, tais práticas trazem tanto benefício econômico e de desenvolvimento para a população nativa, mas também contribui com o monopólio de serviços e expansões das áreas com o "aval" dos donos.

Mesmo com proibições (e futuras revisões) do Plano Diretor de Porto Seguro referente aos limites dos empreendimentos e construções imobiliárias (taxa de ocupação e permeabilidade, afastamentos, gabarito máximo, licenciamento *etc.*) na vila histórica de Caraíva (PMPS, 2018), passa a ser comum e constante reformas e avanço em áreas públicas e protegidas como o deck na beira do rio em 2006 (Figura 36), ocupações de área da restinga por pousadas de luxo com vista para o mar (Figura 37) e novos estabelecimentos comerciais (inclusive dos dois lados da avenida) na Rua Navegantes (Figura 38), ao leito do Rio Caraíva.

Figura 36 - Deck ilegal na beira do rio



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Figura 37 - Pousada de luxo na beira do mar



Fonte: Tripadvisor³⁶ (2019).

Figura 38 - Rua dos Navegantes



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Após o primeiro ano do mestrado dedicado ao aprofundamento dos temas complexos da temática/problemático e de uma busca por soluções interdisciplinares e transdisciplinares, ocorre em fevereiro de 2020 o "I Encontro de pesquisa, extensão e iniciativas locais em Caraíva", com o objetivo de promover encontro de instituições (UFSB, IFBA, UnB), grupos de pesquisa, pesquisadores, organizações e agentes locais (ANAC, Associação Comunitária Pataxó da Aldeia Xandó e Barra Velha) envolvidos em atividades de interesse público em

³⁶ Disponível em: < https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g1005978-d2297745-Reviews-Pousada_Casa_da_Praia-Caraiva_Porto_Seguro_State_of_Bahia.html>.

Caraíba, Nova Caraíba e aldeia Xandó (Figuras 39, 40 e 41). Para este congresso, foi mostrado o andamento da pesquisa (pós-qualificação em jan./2020) a comunidade bem como os procedimentos metodológicos que iriam nortear a próxima e última visita à campo para coleta de dados antes da conclusão desta pesquisa.

Figura 39 - I Encontro de pesquisas em Caraíba



Fonte: Liza Andrade (2020).

Figura 40 - Nativo durante debate



Fonte: Liza Andrade (2020).

Figura 41 - Pesquisadores, nativos e amigos



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Ocorre que no mês seguinte explode o número de casos do novo coronavírus no território nacional, sendo admitida em 11 de março de 2020 como pandemia pelo Governo Federal. Logo em 20 de março de 2020, entra em vigor a nível federal o reconhecimento do estado de calamidade pública diante da pandemia do novo coronavírus, previsto para durar até 31 de dezembro de 2020 (PDL 88/20) e a obrigatoriedade de medidas de distanciamento social.

Por iniciativa dos moradores e associações locais de Caraíba, a comunidade decide ainda em 18 de março de 2020 proibir o acesso de turistas à região. Em documento divulgado no dia 17 de março, a comunidade local justifica a decisão levando em consideração o alto potencial turístico do distrito e de transmissão no novo coronavírus, a ausência de infraestrutura hospitalar adequada para atender a região e principalmente a presença de população tradicional no local (extrativistas e indígenas), considerada em todo o Globo como grupos de risco.

“No momento, qual é o tipo de pessoa que transita por aqui? Só o turista. Não existem repartições, gasolina, correios, médicos, porque todos esses serviços estão fora de Caraíba. Aqui só são prestados serviços ligados ao turismo. Todas as cidades turísticas estão vetando chegada de turistas, por que aqui seria diferente?” (Bahia Notícias, 2020).

Em 21 de março de 2020 a prefeitura de Porto Seguro, por meio do Decreto nº 10.687, determinou a proibição do acesso e utilização das praias de Porto Seguro. Durante este período,

mais especificamente entre os meses de maior isolamento entre abril e julho de 2020, moradores relataram que Caraíva viveu um momento que não vivia há décadas (Figuras 42 e 43).

Figura 42 - Mulheres nativas e pescadoras tradicionais de Caraíva



Fonte: Nativo anônimo (2020).

Figura 43 - Ponta da Barra em Caraíva durante a pandemia



Fonte: Nativo anônimo (2020).

Com a proibição da entrada de turistas e com grande parte dos moradores de fora voltando para passar o período de quarentena junto a familiares em outros estados, a comunidade nativa de Caraíva volta a praticar costumes tradicionais que foram sendo suprimidos nas últimas décadas como a pesca conjunta e encontros nos fim da tarde na beira do rio, crianças brincando com maior liberdade nas ruas, ponta da barra vazia e a reocupação por parte da comunidade nativa e, principalmente, um território limpo, calmo e livre dos abusos externos. Decretos posteriores autorizaram a reabertura gradual dos serviços no município de Porto Seguro, mas mantendo o fechamento da vila de Caraíva para visitação e atividades turísticas.

Até que em 06 de agosto de 2020 é publicado o Decreto 10.970/20, que permitia a reabertura à visitação, passeios e atividades turísticas na Vila de Caraíva a partir de 31 de agosto de 2020. Contrariados, a comunidade tradicional de Caraíva se mobiliza contra a reabertura da vila e solicita ajuda para a elaboração de materiais e divulgação na comunidade (Figura 44).

Figura 44 - Manifesto contra reabertura da vila



Fonte: Autor (2020).

Em consideração ao artigo 6º, 1, a, b, c e art. 7º, 1, 2, 3 e 4 da Convenção nº 169 da OIT (BRASIL, 2004 b), que discorre sobre Povos Indígenas e Tribais, determina-se aos governos locais consultar as comunidades tradicionais por meio dos seus representantes locais para toda e qualquer ação administrativa ou promulgação de normas que possam afetar direta ou indiretamente a organização social, a vida e os modos de subsistência, conforme reconhece o art. 231 da Constituição Federal brasileira. Entretanto, tais medidas não foram tomadas para com a comunidade tradicional.

Após a reabertura de Caraíva para a visitação e atividades turísticas em 01 de setembro de 2020, a vila logo apresenta problemas em relação as práticas turísticas e com o controle e chegada dos mesmos (Figuras 45 e 46) - bem como a falta de equipamentos básicos de saúde para controle e mitigação do avanço do novo coronavírus (FERREIRA *et al*, 2020).

Figura 45 - Chegada de turistas pós-reabertura em 07/21



Fonte: Nativo anônimo (2020).

Figura 46 - Aglomeração nas ruas em outubro de 2020



Fonte: Nativo anônimo (2020).

De acordo com os moradores locais, parte dos comércios e pousadas que tiveram condições de se manterem abertos durante a pandemia são administrados por grandes empresários da região e de fora. Dos poucos negócios que restam da comunidade tradicional, quase todos são arrendados – sendo muitas vezes a única alternativa para se manterem no local, tal atividade acaba por contribuir mais ainda com a hegemonização e monopólio dos serviços e para o avanço e conclusão do processo de gentrificação na região.

Além dos problemas referentes ao território tradicional, a comunidade nativa sofre com constantes abusos e preconceitos que, de acordo com relatos locais, foram intensificados a partir de 2018 – em conversas, fala-se sobre a presença de milícias na região. Relatos de policiais andando armados em Caraíva passam a ser comum, além de problemas relacionados com arma de fogo. Em outubro de 2020, após confusão na região, o então administrador de Caraíva teria realizado disparos conter uma briga local, causando pânico e, de acordo com moradores, ameaçando a população nativa. Abaixo, relato de um dos integrantes da ANAC para a RADIOAGÊNCIA Nacional (EBC, 2020):

" O que a gente queria chamar a atenção da Prefeitura é sobre a legalidade do que ele fez. O Ministério Público Federal, estamos correndo atrás dos órgãos competentes para ver a questão do porte de arma dele. A gente sabe que o porte de arma não é assim, porque ele é um cidadão comum. Nem a polícia poderia fazer o que ele fez. Temos medo de possa acontecer uma coisa pior" Lucas, presidente da ANAC.

Com o agravamento dos conflitos, moradores tradicionais e amigos se organizam se mobilizar mais uma vez exigindo o cumprimento e a garantia de suas leis, além da urgente exoneração do então administrador, afastado (Figura 47 e 48).

Figura 47 - Mobilização da comunidade nativa em Caraíva



Fonte: Nativo anônimo (2020).

Figura 48 - Material de divulgação sobre o cumprimento da OIT 169



Fonte: Autor (2020).

Mesmo diante do estado de pandemia e a partir de fotos e relatos locais, nota-se que logo após a reabertura da vila de setembro de 2020 houve um intenso fluxo e chegada de novos turistas na região, sedentos por diversão, festa que cada vez condizem menos com o local e por curtição no (para eles) "pós-pandemia". Apesar da estipulação de população fixa em 1000 (e da falta de dados atuais do IBGE), há citações mais recentes – e que precisam ser confirmadas – da presença de pouco mais de 2000 habitantes (UOL, 2021), o que pode prejudicar mais ainda a relação porcentagem nativo x moradores de fora e a necessidade por medidas urgentes que auxiliem no cumprimento dos direitos da população nativa.

Hoje, a maioria da população é composta por pessoas que vieram de fora para investir e trabalhar em empreendimentos (bares, restaurantes, pousadas) ou na construção de casas de praia para eventual ocupação nas épocas de alta temporada. Apesar da proibição de novas construções na vila, é bastante comum se deparar novas construções na região.

A partir da análise de mapas e fotografias, é nítido perceber um intenso aumento no número de habitantes e ocupações em pouco espaço de tempo. Ideias que antes surgiam na fase

inicial da pesquisa de se ocupar ou reintegrar lotes vazios e abandonados para os moradores nativos que saíram da região, hoje, já são totalmente inviáveis.

Reforçando a tese do avanço e estágio preocupante do processo de gentrificação, Gamela, nativo e atual vice-presidente da ANAC, relata em reunião de julho de 2021 que já não há mais distinção entre os períodos de alta e baixa temporada em Caraíva. Fenômeno este que antes ocorria somente nas férias entre o final e início do ano, passa a ser comum também já no início de junho de 2021 (Figuras 49 e 50).

Figura 49 - Festa em junho de 2021



Fonte: Nativo anônimo (2021).

Figura 50 - Aglomeração nas ruas de Caraíva em junho de 2021



Fonte Nativo anônimo (2021).

4.3 A VISÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS TRADICIONAIS SOBRE O TERRITÓRIO E AS PRÁTICAS TURÍSTICAS

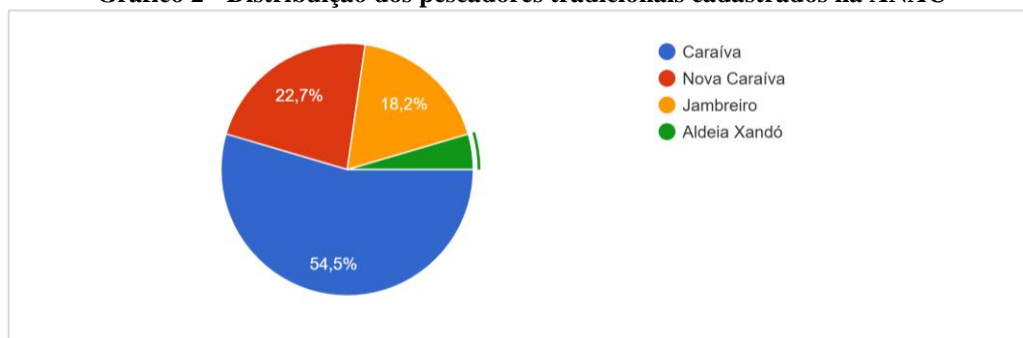
Conforme exposto ao longo do trabalho, o processo participativo com a comunidade se iniciou em 2018 a partir de visita à campo e foi se desenvolvendo ao longo dos anos com novas visitas, entrevistas, participações em reuniões e conversas com locais – além de novas demandas, conceitos e diretrizes, típico de uma pesquisa-ação de investigação social.

A partir da aplicação do questionário (ANEXO A) entre os meses de setembro e agosto de 2020 e tendo os pescadores e pescadoras tradicionais como grupo focal para esta etapa da pesquisa (após devida aprovação dos entrevistados por meio do TCLE), foram obtidas as seguintes repostas dos 22 entrevistados:

- **C.1 – Quantidade de moradores na residência:**

Mais da metade dos entrevistados residem em Caraíva (Gráfico 2). Mas importante ressaltar que, por se tratar de um recadastramento dos pescadores tradicionais de Caraíva, muitos moram em outras regiões nas adjacências da vila. Para chegar de Nova Caraíva a Caraíva, por exemplo, faz-se necessário passagem por balsas;

Gráfico 2 - Distribuição dos pescadores tradicionais cadastrados na ANAC

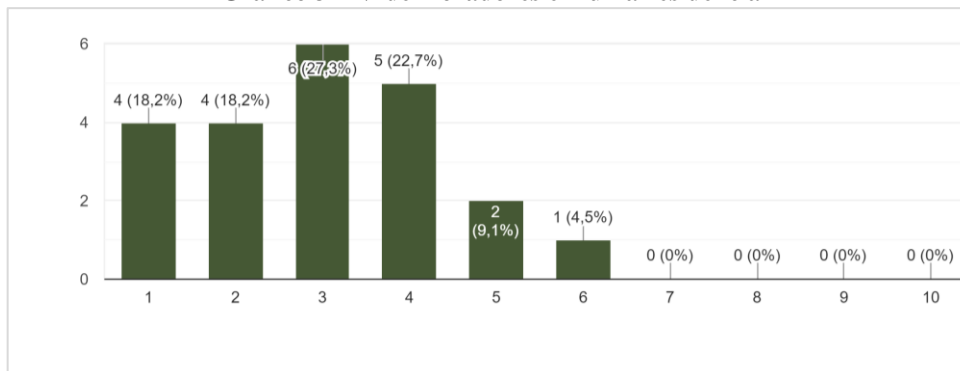


Fonte: Autor (2021)

- **C.2 Quantidade de moradores na residência:**

Em média, as famílias são compostas de 3 a 4 pessoas por residência (Gráfico 3);

Gráfico 3 - Nº de moradores em uma residência



Fonte: Autor (2021)

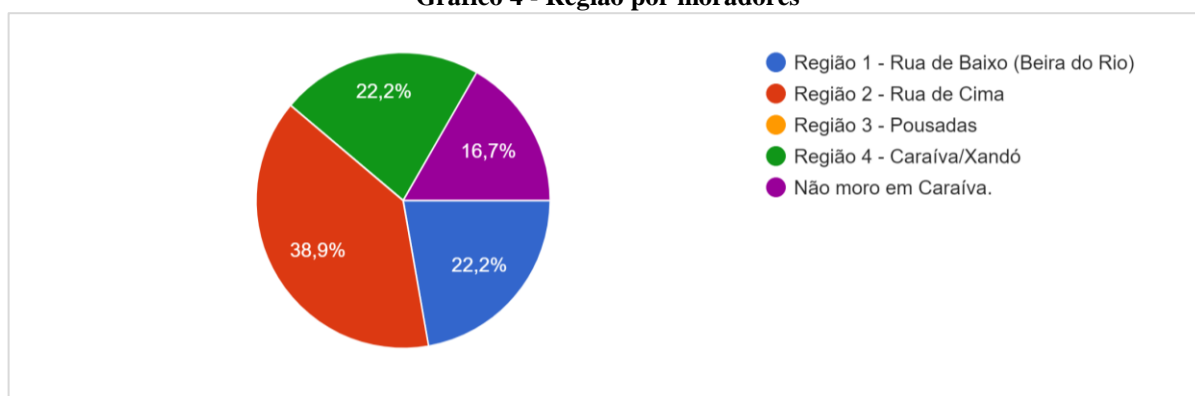
- **C.3: Algum ou alguns membros da sua família se mudaram de Caraíva depois do turismo? Quem são e onde moram atualmente?**

Das 18 respostas para este tópico, 4 dos entrevistados possuem familiares próximos que não moram mais em Caraíva por conta do turismo (realocaram-se para regiões tradicionais de Belmonte e Santa Cruz de Cabralia);

- **Q.1: Em qual região de Caraíva você mora?**

38,9 % dos entrevistados moram na **Região 2** (Rua de Cima); 22,2% moram na **Região 4** (Transição Caraíva/Xandó); também outros 22,2% moram na **Região 1** (Rua de Baixo/beira do rio); os outros 16,7% não moram em Caraíva e nenhum entrevistado nativo mora na região das pousadas (**Região 3**) (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Região por moradores



Autor (2021)

- **Q.2: Além da água, o quanto é importante o território terrestre e tradicional para a comunidade nativa de Caraíva?**

Para a grande maioria, o território terrestre tem tanta importância quanto a parte marítima. Possibilitando a opção de respostas abertas no questionário um dos entrevistados cita a recente (mas não velha) preocupação com as atividades de pesca indevida na região.

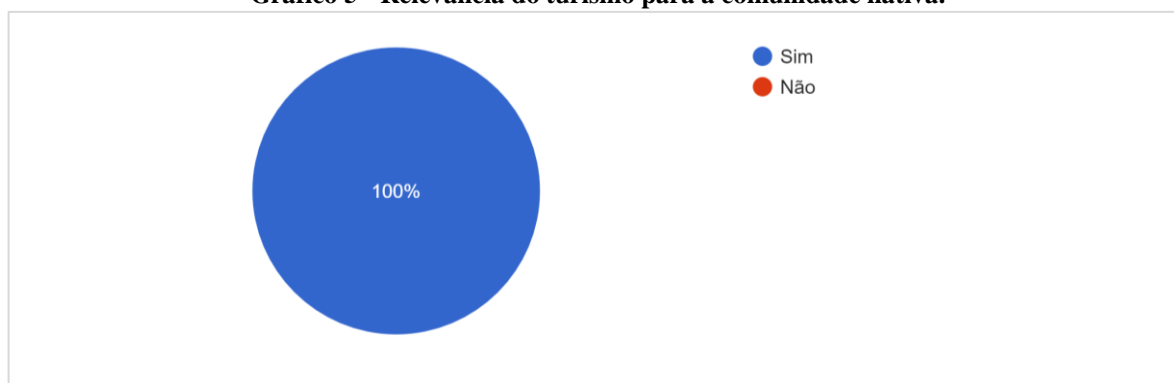
"Tanto a água quanto o território é importante mais quero deixar registrado a minha preocupação com os rios serem explorados de forma inadequada, ameaçando a fauna e a flora e as espécies de peixe nativos."

- **Q.3: Como são tomadas as decisões entre a comunidade nativa?**

De acordo com grande maioria (77,8%) o consenso é a forma de decisão, buscando o que for melhor para a comunidade para um todo;

- **Q.4: O turismo é importante para o desenvolvimento da comunidade nativa?**
(Gráfico 5).

Gráfico 5 - Relevância do turismo para a comunidade nativa.



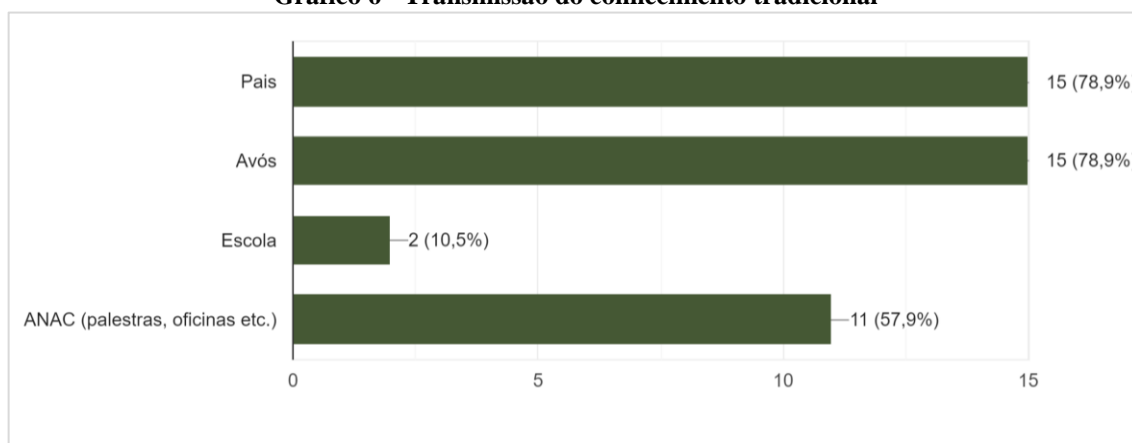
Fonte: Autor (2021)

- **Q.5: Se sim, como você gostaria que fosse reconhecido o turismo de Caraíva?**

Para esta pergunta de múltipla escolha (3 opções), foram obtidas 14 respostas para “pela cultura da comunidade nativa e seus conhecimentos tradicionais”; 12 respostas “pelas belezas naturais e como lugar de descanso” e; 8 respostas “pelo território tradicional”;

- **Q.6: Como é passado o conhecimento tradicional?**

Para a maioria dos entrevistados, o conhecimento tradicional local é repassado pelos pais e avós, além de uma boa contribuição por meio de oficinas e palestras realizadas pela ANAC (Gráfico 6);

Gráfico 6 - Transmissão do conhecimento tradicional

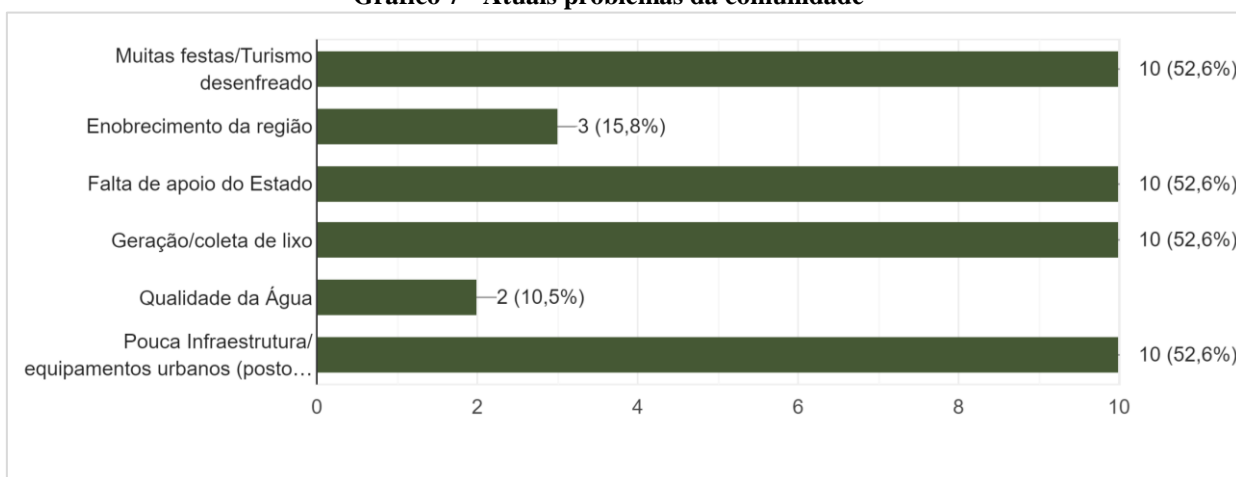
Fonte: Autor (2021).

- **Q.7: Do que você mais sente falta na Caraíva de antes do turismo?**

Para essa pergunta do tipo aberta, importante destacar os relatos sobre a: cultura tradicional (pesca, festas tradicionais, brincadeiras); o clima de sossego, paz e respeito na vila, a presença maior de nativos antigamente (bem como a saudade dos que não habitam mais); do baixo índice de violência e da natureza preservada:

- **Q.8: Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade nativa de Caraíva atualmente?**

Para esta pergunta de múltipla escolha (2 opções) vale destacar que 10 dos entrevistados escolheram entre: muitas festas/turismo desenfreado; falta de apoio do Estado; problemas com a geração e coleta de lixo e a pouca infraestrutura/equipamentos urbanos na vila (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Atuais problemas da comunidade

Fonte: Autor (2021)

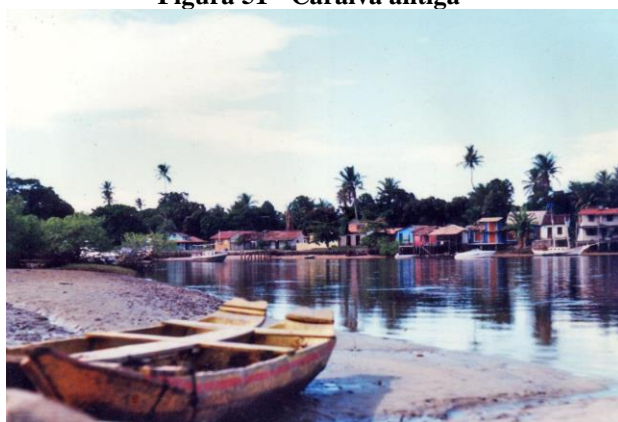
- **Q.9: O que poderia ser feito para melhorar a situação atual de Caraíva?**

Para esta pergunta de múltipla escolha (2 opções), vale destacar que 13 entrevistados apontaram que um estudo de capacidade da vila e o controle no número de turistas; além da valorização da cultura local por parte dos turistas (11 entrevistados);

- **Q.10: Como é a Caraíva tradicional para você?**

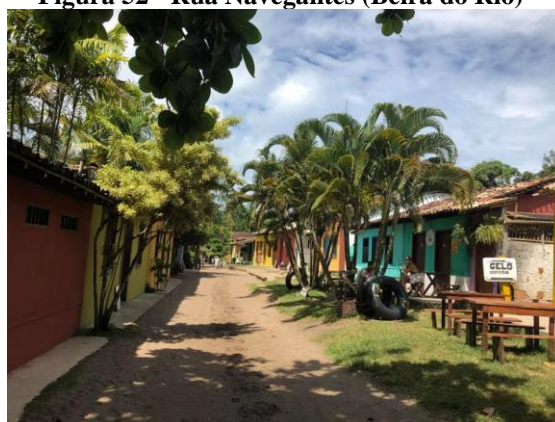
17 dos entrevistados apontaram que a Caraíva antiga (Figura 51) e a Rua Navegantes (Figura 52) melhor representam as características tradicionais de Caraíva.

Figura 51 - Caraíva antiga



Fonte: Acervo Pousada Lagoa³⁷ (1986).

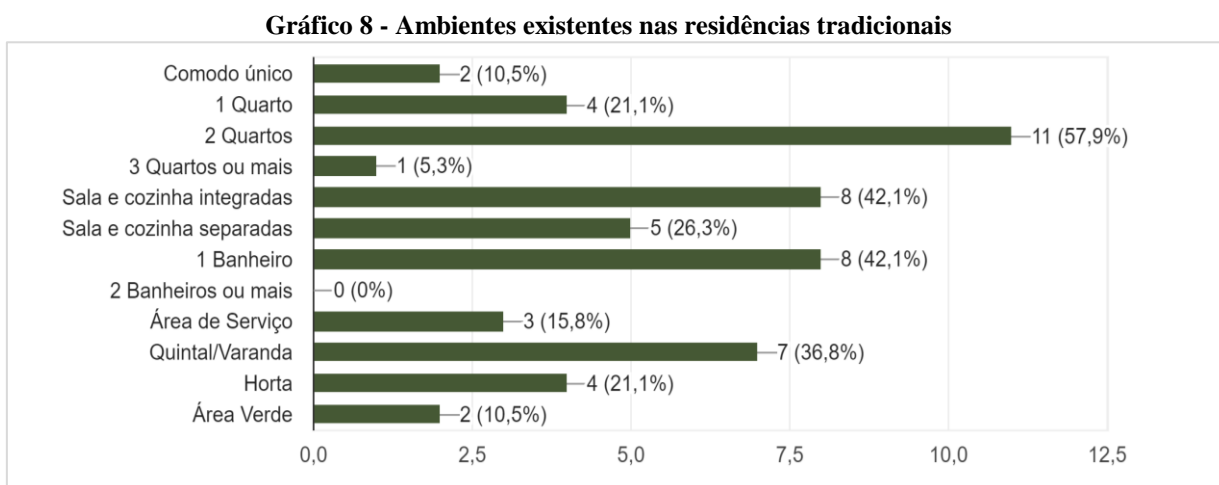
Figura 52 - Rua Navegantes (Beira do Rio)



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

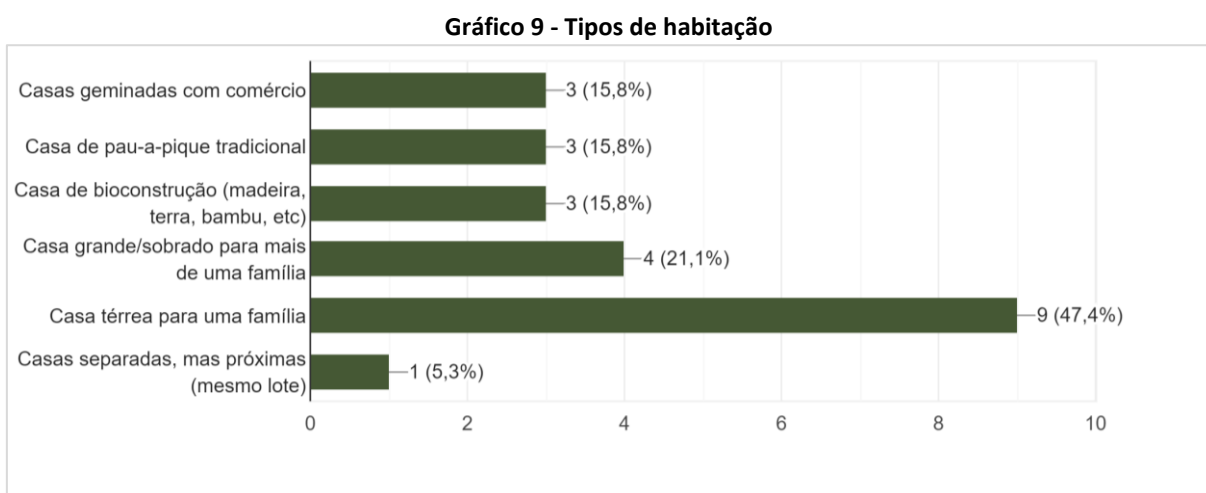
³⁷ Disponível em: <<https://caraiva.com.br/breve-historico-sobre-caraiva/>>

- **Q.10: Quais desses ambientes sua casa possui? (Gráfico 8).**



Fonte: Autor (2021)

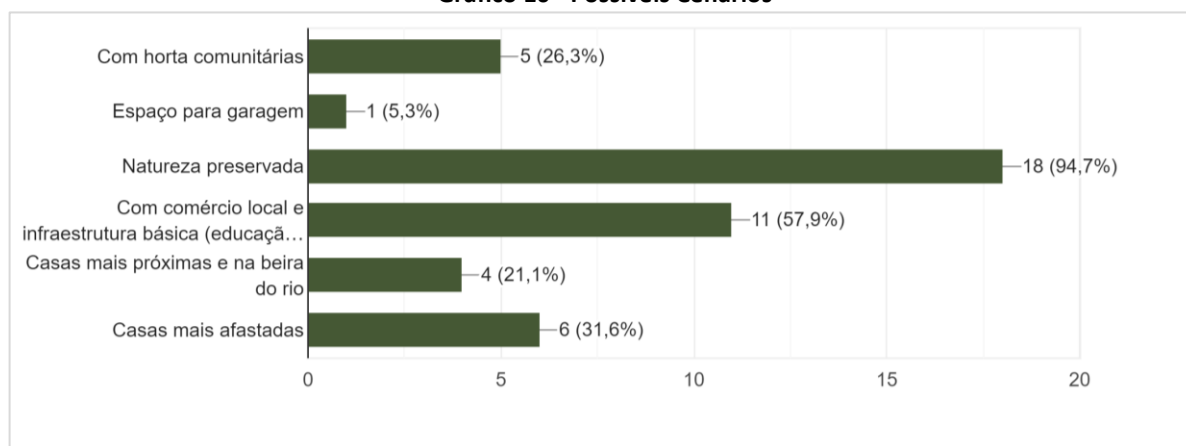
- **Q.11: Se pudesse escolher, qual o tipo de habitação você gostaria de morar? (Gráfico 9).**



Fonte: Autor (2021)

- **Q.12: Caso tenha a possibilidade de morar em uma vila de pescadores, como você a imaginaria? (Gráfico 10).**

Gráfico 10 - Possíveis Cenários



Fonte: Autor (2021)

Após a aplicação do questionário e de novas percepções sobre os padrões espaciais e de acontecimentos gerados pela população nativa, tornou-se possível a análise das novas dimensões (Tabela 13) referente a inclusão dos princípios das cosmovisões dos povos originários.

Tabela 13 – Reanálise das Dimensões da Sustentabilidade em Caraíva.

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
<i>Respeito a Natureza</i>	A região de Caraíva se encontra em um local privilegiado (península entre o rio e o mar). Se preservados, há a disponibilidade de água potável o suficiente para a manutenção dos ecossistemas e abastecimento da região. Há também a proximidade com pequenos lagos, falésias, montanhas (Monte Pascoal) e outros elementos característicos do bioma local (Mata Atlântica) contribuindo com a diversidade das relações ecossistêmicas. Porém, há estudos que comprovam a poluição do rio e do lençol freático, o que pode trazer problemas irreversíveis se não resolvidos.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL	
<i>Respeito as relações</i>	Apesar da grande maioria da população tradicional ser composta por integrantes ou descendentes do povo Pataxó, há também moradores tradicionais vindos da junção de outras famílias e culturas, sendo importante para a diversidade do local. Entretanto, somente 1/3 da população local é composta pela população nativa. Existem outros conselhos na região (pousadeiros, comerciantes) que possuem mais força de voz do que a associação nativa. Para a ANAC, o consenso é utilizado como meio para a tomada de decisões.
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	
<i>Respeito aos Recursos Naturais</i>	Com base em princípios tradicionais como o respeito aos ciclos da natureza e exploração dos recursos renováveis, a comunidade tradicional tem na pesca artesanal seu principal meio de subsistência – apesar de também praticarem a agricultura familiar, atividades turísticas e empreendimento. Não há moeda local, porém, existe uma feira de produtos orgânicos no estacionamento entre Caraíva e Xandó.

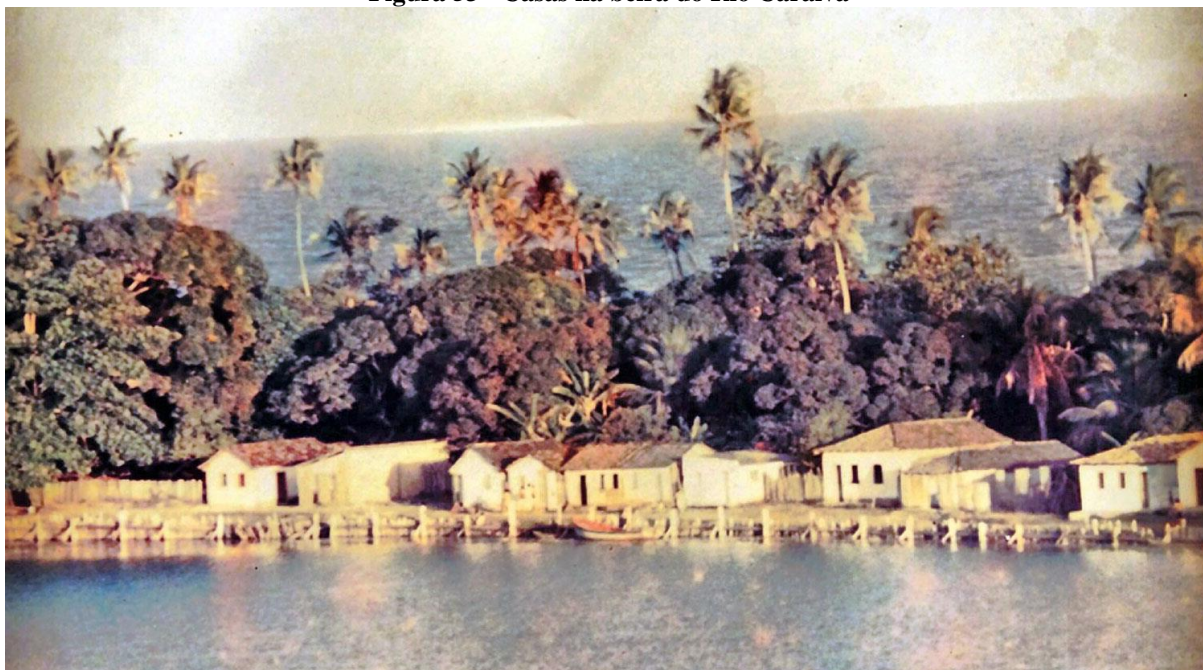
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL	
<i>Respeito aos Ancestrais</i>	Apesar de muitos lembrarem dos locais tradicionais e dos costumes da comunidade nativa, muitos não os utilizam ou se expressam devido à grande ocupação indevida da área. Há uma valorização das técnicas de pesca tradicionais, passadas de geração para geração.

Fonte: Autor (2021)

4.4 PADRÕES ESPACIAIS E DE ACONTECIMENTOS TRADICIONAIS NA VILA DE CARAÍVA

Mantendo-se isolada na maior parte da sua existência, e em especial até o início da década de 1980, a distribuição do uso e ocupação do solo de Caraíva se deu de forma espontânea na beira do rio (Figura 53) e, posteriormente, de forma induzida pela economia do turismo. Biriba, nativo local, lembra que a comunidade não construía nas áreas próximas ao litoral por conta das intensas “rajadas de vento e temperaturas baixas”.

Figura 53 - Casas na beira do Rio Caraíva



Acervo Pousada Terra³⁸ (1982).

Com a constante chegada de turistas e de novos moradores em meados da década de 1990 - além da inexistência de um planejamento efetivo para a região - pousadas e estabelecimentos comerciais se instalam da beira-mar, nos locais vazios ao longo da beira do rio e até mesmo na região da barra.

³⁸ Disponível em: <https://caraiva.com.br/breve-historico-sobre-caraiva/>

Após a criação da RESEX em 2000 e a proibição das atividades pesqueiras, o território terrestre e tradicional de Caraíva (assim como outras regiões costeiras à RESEX como Cumuruxatiba e Corumbau), sofre uma rápida transformação socioespacial e econômica. Tal fenômeno, ocorre pela intensa chegada de mais novos moradores (agora, de classes sociais mais altas) e empreendimentos de luxo. Durante as décadas seguintes, toda a área remanescente da vila de Caraíva foi ocupada (Figura 54).

Figura 54 - Padrão de ocupação atual na vila de Caraíva e entorno





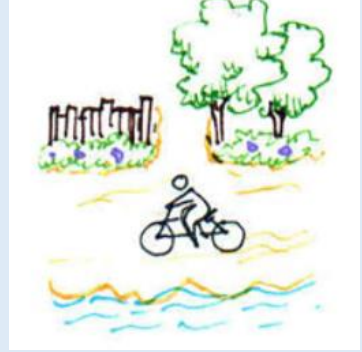



Fonte: Autor (2021) com auxílio da ANAC.






Por se tratar de uma vila pequena (380 km²) e devido ao seu alto potencial turístico, o superadensamento em alta temporada faz com que, em certas épocas do ano, existam mais turistas que moradores - ultrapassando a capacidade de suporte da infraestrutura local e ocasionando escassez eventual de energia e água potável. Na ausência de planejamento e tempo hábil para o território se adaptar a tamanha demanda, há uma enorme carência em infraestrutura básica e de equipamentos urbanos.



Da análise da escala urbana, gerou-se os seguintes parâmetros (ANDRADE, 2014) e padrões (ALEXANDER et al., 1977) (Tabela 14):

Tabela 14 - Padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais em Caraíva

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL			
dimensão	problema/contexto	Recomendação	Arquétipo
Proteção ecológica e agricultura urbana	Invasão em áreas verdes e públicas; (mesmo com casos de notificação da prefeitura); Não há horta comunitária;	Desocupação e desapropriação imediata dessas áreas, com restauração da vegetação natural (mangue e restinga); criação de hortas comunitárias para uso da comunidade.	
Infraestrutura verde: gestão d'água, drenagem natural e tratamento de esgoto alternativo	Apesar do abastecimento de água encanada ter chegado em 2019, ainda há problemas de bombeamento (falta água nas regiões mais altas); não há tratamento do esgoto e de águas residuais.	Criação de fossas ecológicas em cada residência (como Sistemas de Bacia de Evapotranspiração – BET e círculos de bananeira);	
Redução, reutilização e reciclagem de resíduos (3 R's)	Não existe sistema de coleta ou reaproveitamento de lixo, alguns moradores conscientes separam o lixo orgânico	Postos de coleta e reciclagem de lixo e a implantação de um sistema de compostagem, aproveitando o lixo orgânico	
Respeito a Natureza	Poluição do Rio Caraíva e do lençol freático	Saneamento básico de qualidade, fiscalização e educação ambiental para a comunidade	

PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL			
dimensão	problema/contexto	recomendação	Arquétipo
<i>Urbanidade</i>	A vila não teve crescimento planejado e não foram aplicadas devidamente as legislações de ocupação e uso do território	Elaboração de um Termo Territorial Coletivo (TTC), assegurando as futuras compra e venda de terrenos somente pela e para a população nativa	
<i>Comunidade com Sentido de Vizinhaça</i>	Pouca socialização entre os moradores não nativos com os nativos	Reuniões e encontros mensais com as lideranças e comunidade.	
<i>Mobilidade e Transportes sustentáveis</i>	Não é permitido a entrada automóveis na vila (salvo os buggys), a mobilidade é feita a pé ou com o auxílio das carroças.	Incentivar o uso de bicicletas na região e utilizar as carroças somente para o transporte de cargas. Criação de um local adequado para os cavalos.	
<i>Respeito as Relações</i>	Pouco respeito ou valorização com as demandas e decisões da comunidade nativa	Aumentar o número de integrantes nativos nos outros conselhos com a devida promoção e a garantia dos cumprimentos dos seus direitos por meio do consenso.	
PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA			
dimensão	problema/contexto	recomendação	Arquétipo
<i>Adensamento Urbano</i>	Grandes áreas de ocupação humana na Barra e na Beira do Rio Caraíva.	Estudos sobre a capacidade de carga e sobrecarga da vila. (capacidade de turistas, descentralização dos serviços, etc.)	
<i>Dinâmica urbana</i>	Pouca infraestrutura e equipamentos urbanos; Só há uma escola classe para atender as crianças da região, um posto de saúde, uma quadra de futebol, um “mini parquinho” e uma delegacia.	Melhorias nos equipamentos urbanos, como a criação de uma escola de ensino médio, ampliação do posto de saúde, melhorar a infraestrutura do parquinho, etc.	

<p>Desenvolvimento da Econômica Local em Centros de Bairros</p>	<p>Turismo de massa/luxo e a desvalorização da cultura local</p>	<p>Implantação de práticas turísticas tradicionais no território de gestão comunitária e criação de um CAT – Centro de Atendimento ao Turista</p>	
<p>Respeito aos Recursos Naturais</p>	<p>Há relatos de pesca por parte de não extrativistas</p>	<p>Criação de uma moeda local entre as comunidades da RESEX para recuperação das dinâmicas econômicas tradicionais de troca e respeito</p>	
<p>PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE CULTURAL E EMOCIONAL</p>			
<p>dimensão</p>	<p>problema/contexto</p>	<p>recomendação</p>	<p>Arquétipo</p>
<p>Revitalização Urbana</p>	<p>A Vila de Caraíva se encontra completamente ocupada</p>	<p>Ocupação legal por parte da comunidade nativa do outro lado do rio inserida como parte da RESEX Corumbau.</p>	
<p>Legibilidade e Orientabilidade</p>	<p>Falta sinalização adequada para os locais tradicionais da região.</p>	<p>Instalação de totens explicativos, que contenham a história e a importância dos locais e costumes tradicionais.</p>	
<p>Identificabilidade</p>	<p>Descaracterização e desvalorização da arquitetura tradicional</p>	<p>Em futuras edificações, valorizar a arquitetura Pataxó e dos pescadores tradicionais da região, adequando a arquitetura tradicional, sem perder a sua estética e funcionalidade. Além de preservar os edifícios de importância para a comunidade e a humanidade como um todo.</p>	

<i>Afetividade e Simbologia</i>	Os nativos foram perdendo cada vez mais espaço, tanto em moradias como na área comercial. Áreas antigamente tradicionais, são ocupadas por pequenos e grandes empresários.	Recuperação/reocupação de áreas com identidade tradicional para os nativos (como o deck, a beira do rio Caraíva, a Barra, entre outras áreas).	
<i>Respeito aos Ancestrais</i>	Desvalorização das técnicas de pesca, brincadeiras e outros costumes tradicionais da região por parte dos turistas e moradores atuais	Promoção do patrimônio cultural material e imaterial da comunidade nativa local. Estipulando datas comemorativas, temporadas de pesca, rituais, etc.	

Autor (2021).

4.5 CONCLUSÃO

Em decorrência do ainda estado de pandemia e da impossibilidade de ida à campo para coleta de dados, a aplicação do questionário de forma remota tendo como grupo focal os pescadores e pescadoras tradicionais de Caraíva se tornou de bastante ajuda para a continuação desta pesquisa, devido ao fato de se tratar de uma investigação social em um território tradicional de difícil acesso. Vale destacar a contribuição da ANAC para a realização e aplicação do questionário, orientando na formulação de perguntas e na estruturação do mesmo e no apontamento dos pescadores e pescadoras tradicionais como sujeitos da pesquisa.

Em relação aos dados coletados no recadastro dos extrativistas de Caraíva, percebeu-se que boa parte dos entrevistados moram em comunidades externas à Caraíva (Nova Caraíva, Jambreiro e Aldeia Xandó). Tal fenômeno talvez se dê por conta de "periferização" da região, já que a população tradicional é constantemente jogada para as adjacências. Nova Caraíva, por exemplo, abriga grande parte da comunidade tradicional que optou por sair da vila tradicional. Possui um custo menor de vida e imobiliário se comparado a Caraíva, mas já possui alugueis caros e novas áreas de loteamento para expansão – sintomas direto do processo de gentrificação na região. Na "Velha" Caraíva, não há mais local para crescer horizontalmente.

Constata-se também uma média de a 4 a 6 pessoas por residência, havendo casos de moradores sozinhos(as) ou com toda a família que moram no entorno de Caraíva. Com dados obtidos posteriores na aplicação do questionário, percebe-se um padrão de casas térreas unifamiliar com 2 quartos, sala e cozinha integradas, um banheiro, um depósito (importante

aprofundar esta questão para saber o seu uso e finalidade), área de serviço e a presença de área verde (quintais, varanda, horta).

Ainda em relação aos tipos de habitação, nota-se uma grande diversidade de gostos e necessidades, com escolhas de casas ao estilo mais tradicional de Caraíva e região (Figura 55) (pau-a-pique), casas de bioconstrução, casas tradicionais de uso misto (Figura 56) e casas para mais de uma família (Figura 57).

Figura 55 - Casa tradicional



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Figura 56 – Residencial e comercial



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Figura 57 – Casa/Lote grande



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Em relação a identificação dos padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais, notou-se primeiramente que a maioria dos moradores nativos já não moram mais na beira do rio como antigamente - ou na "Rua de Baixo", como os nativos chamam essa região. Cerca de 2/3 dos entrevistados moram nas regiões da "Rua de Cima" e na parte de transição entre Caraíva e aldeia Xandó (Figura 58).

Figura 58- Região 1: Rua de Baixo; região 2: rua de cima; região 3 pousadas; região 4 Transição Caraíva x Xandó



Fonte: Autor (2021) com auxílio da ANAC.

Vale discutir se esse fenômeno ocorreu por conta da chegada de novos empreendimentos na beira do rio (o que causou a expulsão dos nativos) ou se foi por livre escolha, ao optarem por locais mais afastados e com menos barulho e festas – motivo de constante queixa por parte dos nativos. Importante destacar mais uma vez que nenhum morador ou moradora entrevistada moram na região das pousadas na beira do mar.

Buscando entender a visão dos habitantes em relação ao turismo, constatou-se que 100% dos entrevistados consideram o turismo como uma atividade essencial para o desenvolvimento da comunidade. Tal compreensão se torna importante já que, respeitando a autonomia e gestão próprias dos povos e comunidades tradicionais, eles poderiam optar por não realizarem atividades turísticas na região. Ou pelo menos poderiam por lei.

Em relação a dimensão ambiental, constatou-se que tanto o território terrestre quanto o território marítimo são importantes para a comunidade tradicional. Onde grande maioria dos entrevistados não fizeram distinção entre os dois.

Para a dimensão social, identificou-se a forma do consenso para a tomada de decisões, parâmetro importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MUNDURUKU, 2019). Já para a dimensão econômica, além de constatar a importância do turismo para a comunidade, foram apontados alguns aspectos sobre a utilização e manejo do turismo, com foco na valorização da cultura tradicional e nas belezas naturais do território.

Em relação a dimensão cultural, percebe-se uma importância na oralidade e na transmissão do saber por parte dos mais velhos. Muito dos entrevistados também citaram a ANAC como uma forma de transmissão do saber local. Essa noção é importante para o apontamento de questões relacionadas a educação ambiental e turísticas (principalmente da noção do turismo como um fenômeno social e agregador), mostrando que a comunidade nativa está aberta para a ministração de cursos, palestras, aulas etc.

Após a identificação dos princípios da comunidade, buscou-se perceber e identificar os principais padrões espaciais e de acontecimentos tradicionais, bem como uma perspectiva mais pessoal e individual sobre determinados pontos.

Com base na média de respostas, a maioria dos entrevistados relatam que o que mais sentem falta da "antiga Caraíva" são das pescas em conjunto, das festas e danças tradicionais, das brincadeiras nos rios, do clima de paz, do respeito mútuo e sossego e principalmente de antigos familiares e moradores que já não moram mais em Caraíva:

"Eu sinto falta do turismo consciente. Aquele turista que vem para apreciar a cultural local, a gastronomia, as belezas naturais e as festas tradicionais. Antes esse tipo de turista era a maioria, hoje é minoria. O turismo massificado está bem maior."

Apesar dos benefícios do turismo para a comunidade, foi após a sua chegada que começaram a surgir os maiores problemas da região. Em conversas durante as idas a campo, moradores mais antigos relatam que o turismo no início era bastante proveitoso tanto para a comunidade quanto para o visitante. Vínculos de amizade e parcerias foram estabelecidos, mas, depois de um tempo, começaram a chegar os "turistas estranhos".

Hoje, um dos principais problemas da comunidade gira em torno das festas e do turismo desenfreado na região. Igualmente, citam sobre a falta de atuação e controle do estado e da infraestrutura básica precária. Desde 2017, ano de início da pesquisa, a questão do lixo é recorrente.

Como medidas para melhorar a situação de Caraíva, os pescadores e pescadoras entrevistados citam que um estudo sobre a capacidade de carga e sobrecarga poderia ajudar no controle do número de turistas da região. Defendem também que é necessária uma valorização da cultura tradicional já que, atualmente, o turismo é focado nas festas e pousadas.

Durante o a etapa final da pesquisa, mais precisamente em julho de 2021, é publicada no diário oficial da união um marco temporal na luta pelo território terrestre da RESEX Corumbau. A federação das Associações da Reserva Extrativista Corumbau (FERCON) e o ICMBio celebram o termo de cessão de uso da totalidade da área da RESEX Corumbau (894,44 km²) que, de acordo com o PROCESSO n°02070.002394/2012-84, a comunidade tradicional de Caraíva teria a sua disposição, durante 50 anos, o direito real de uso gratuito e resolúvel de área inclusa dentro da Linha de Preamar Média (LPM) de 1831 (Figura 59).

Figura 59 - RESEX Corumbau + Linha de Preamar Média (LPM, 1831)

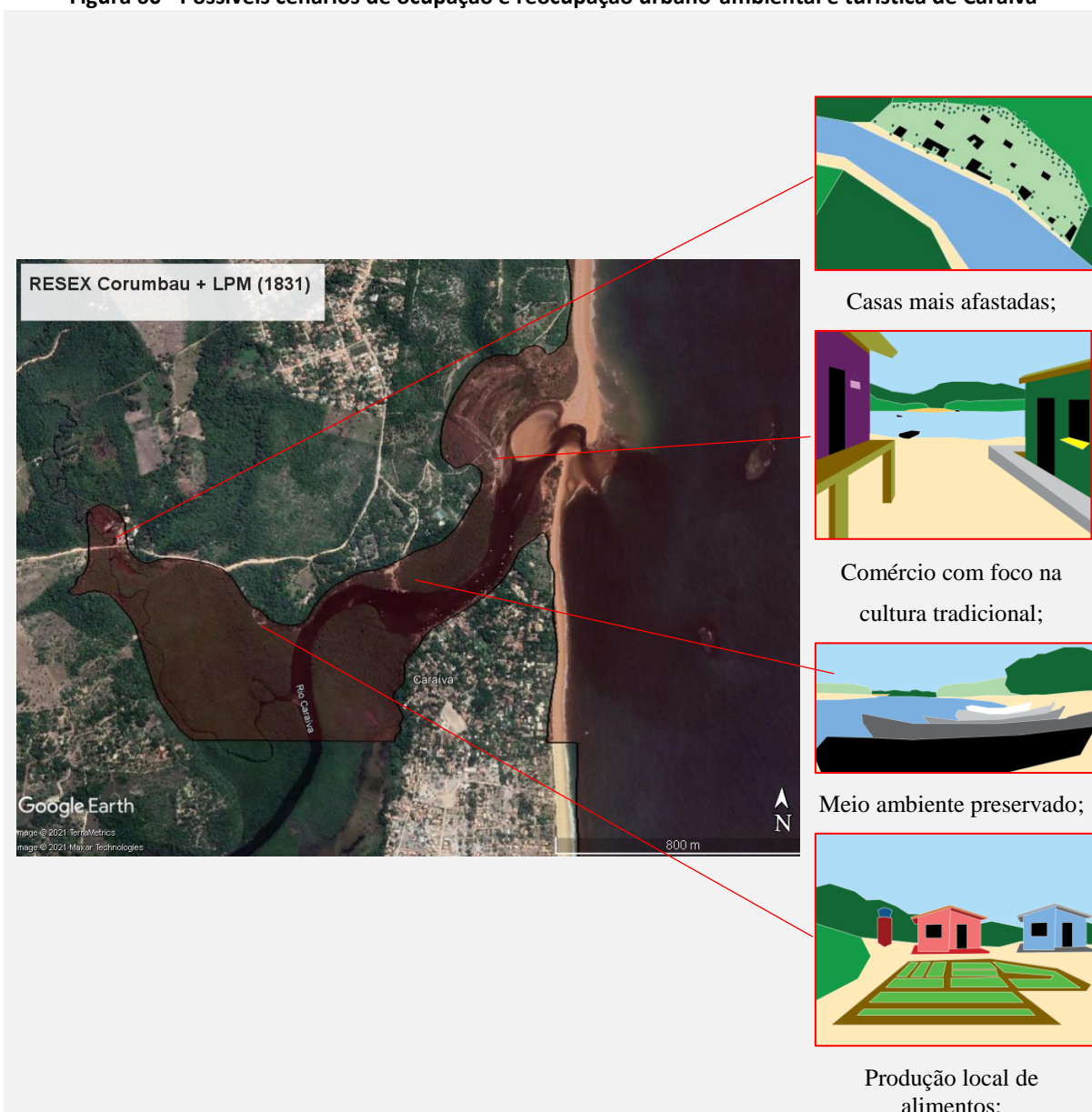


Fonte: Autor (2021)

Tal marco seria de extrema importância para a garantia e permanência da população tradicional de Caraíva no local, tal como a volta de moradores que se viram obrigados a procurarem meios de subsistência em outras regiões e ansiavam por medidas que pudessem trazê-los de volta.

Com a inclusão deste fato ao final da pesquisa, buscou-se identificar - mesmo que de forma inicial - possíveis cenários de ocupação e reocupação urbano-ambiental e turística para a vila de Caraíva (Figura 60). De acordo com os entrevistados, a maior preocupação com esse território seria a natureza preservada, mostrando um cuidado da comunidade tradicional com as relações ecossistêmicas. Citam em segundo lugar um local casas mais afastadas umas das outras, com hortas comunitárias e uma região com comércio e infraestrutura básica própria. De forma surpresa, poucos escolheriam casas mais próximas e na beira do rio (como tradicionalmente em Caraíva) – outro aspecto importante a ser aprofundado.

Figura 60 - Possíveis cenários de ocupação e reocupação urbano-ambiental e turística de Caraíva



Fonte: Autor (2021).

De acordo com os entrevistados, a maior preocupação com esse território seria a natureza preservada, mostrando um cuidado da comunidade tradicional com as relações ecossistêmicas. Citam em segundo lugar um local casas mais afastadas umas das outras, com hortas comunitárias e uma região com comércio e infraestrutura básica própria. De forma surpresa, poucos escolheriam casas mais próximas e na beira do rio (como tradicionalmente em Caraíva) – outro aspecto importante a ser aprofundado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"[...] hoje Caraíva virou um perigo para o nativo. Não há perspectiva de futuro pra gente no território. Caraíva virou um lugar de festas, vendem Caraíva e o local pelas festas e não mais pela beleza natural". Gamela, vice-presidente da ANAC (2021)

Ao longo da pesquisa, iniciada em 2017 no âmbito do curso de especialização REABILITA (PPG-FAU/UnB), o autor se deparou com diferentes e novos conceitos, problemáticas e informações que se relacionam com a temática desta presente pesquisa. Para este trabalho pretendeu-se entender o fenômeno do processo de gentrificação na RESEX Marinha do Corumbau a partir do contexto sociopolítico e econômico vigente onde ele se insere - no caso, em um continente e país habitado milenarmente por povos e comunidades originárias outrora invadidos, saqueados e submetidos por potências militares e de monopólio econômico do Norte Global.

Como visto, o processo de gentrificação pode passar uma imagem de revitalização urbana, mas que na verdade disfarça uma higienização e hegemonização dos espaços sob uma ótica elitista e colonial. Muitas vezes capitado pela força do capital, populações e comunidades tradicionais expostas ao processo de gentrificação não percebem as modificações socioespaciais logo no início - já que o processo se instaura de forma lenta, mas contínua.

Não há como definir as causas do processo de gentrificação em Caraíva a partir da chegada do turismo, já que houve um certo momento de tranquilidade e troca entre os nativos e visitantes. Muito menos atrelar a chegada de novos moradores ao processo de perda da identidade socioespacial, econômica e cultural do local. Mas sabemos que o processo ocorre a partir de medidas entre o Estado e a iniciativa privada (Copa, abertura para o turismo, habitações sociais, etc.), onde há casos explícitos de uma real intenção de revitalização e reutilização dos espaços. Entretanto, é indiscutível que esse processo causa uma higienização socioespacial e cultural que, em comunidades e territórios tradicionais, colabora com a perda de identidade originária do local e o desaparecimento de ecossistemas e uma imensa rede de novos e necessários saberes.

Acontece que o processo existe e ele passa a se tornar ainda mais prejudicial para a comunidade de Caraíva a partir da criação da RESEX Marinha do Corumbau no ano 2000, excluindo a porção terrestre dos também territórios tradicionais costeiros à reserva e causando

uma posterior turistificação do espaço, consolidando assim o processo de gentrificação trazendo dessa vez um turismo e o interesse imobiliário de mercado. Em apenas duas décadas, menos de 1/3 da população é nativa de Caraíva - se comparado com dados de 2018, já que em 2021 fala-se em mais de 2000 habitantes na vila atualmente e essa relação “nativo x não nativo” possa ser bem maior atualmente.

Como exposto, podemos perceber que o processo de crescimento da vila ao longo das últimas décadas se deu fortemente baseada no turismo e na especulação imobiliária, com a instalação de diversas pousadas e áreas comerciais nas áreas costeiras durante a década de 1990 justamente pela falta de um planejamento e gestão urbano-ambiental adequada - além de leis que salvaguardem os direitos dos povos originários. Para tanto, buscou-se retratar o avanço do processo de gentrificação após a criação da RESEX Corumbau em 2000 e mais intensamente no pós-reabertura da vila em setembro de 2020.

A realização e continuação desta pesquisa em 2019 se fez necessária após as evidências do avanço do processo de gentrificação na vila de Caraíva, diante da intensificação das práticas turísticas de mercado e dos abusos constantes para com a população nativa e o território tradicional (aparato este percebido mesmo durante o estado de pandemia e das recomendações de distanciamento social). Como consequência máxima, o processo de gentrificação causa a expulsão (e até a eliminação) dos corpos indesejados pelas novas classes sociais recém chegadas que, em poucas décadas e devido ao seu maior poder aquisitivo, controlam rapidamente as dinâmicas socioeconômicas e culturais do local. Ocorre que no contexto Sul Global e mais especificamente em Abya Yala, esses corpos indesejados muitas vezes são os corpos indígenas e os corpos pretos.

Diante de tais problemáticas, a questão de partida deste trabalho girou em torno de se responder "*quais leis, procedimentos, técnicas e conceitos melhores viabilizam a busca por soluções contra o avanço do processo de gentrificação na vila de Caraíva?*".

Tendo como estudo de caso a Vila de Caraíva e como elemento norteador do projeto de pesquisa a inclusão do território terrestre e tradicional como parte da RESEX Marinha do Corumbau, este trabalho partiu da teoria inicial de que a elaboração de um planejamento urbano-ambiental e turístico para a vila de Caraíva, mediante processo participativo com a inclusão do modo de ver local, contribuiria com medidas de mitigação para o avanço atual do processo de gentrificação na região, contribuindo com futuros estudos de carga e sobrecarga da vila e como elementos norteadores para a implantação de uma gestão do turismo de matriz comunitária.

Uma das principais contribuições desta pesquisa é a noção do turismo como um fenômeno social importante para a comunidade nativa, principalmente como forma de sustento e trabalho e de considerável contribuição no desenvolvimento da comunidade. Ainda que a chegada do turismo tenha causado diversos problemas para as comunidades locais, vale salientar e a grande problemática seria na forma como o turismo é visto e praticado, e não na sua manifestação como fenômeno social.

Buscou-se também com esta pesquisa inicial contribuir com relatos locais, diagnósticos e possíveis diretrizes para os próximos passos destas pesquisas e de outras que objetivam tanto a inclusão do território como parte da RESEX como também para a implementação do turismo de matriz comunitária.

Importante citar que, mesmo durante o ainda estado de pandemia e a impossibilidade de ida a campo, a pesquisa-ação e os contatos iniciados anteriormente foram fundamentais para a continuação da pesquisa durante este período, possibilitando o constante contato com a comunidade local e, quando solicitado, elaborando ferramentas de auxílio que contribuam com a luta pelos direitos originários da comunidade local. Diante de tal aproximação, o estudo mostrou também que o papel social do pesquisador arquiteto e urbanista é fundamental para a discussão e construção de diagnósticos iniciais.

Como últimas considerações, finaliza-se esta etapa do trabalho com a recomendação de um diagnóstico sobre a capacidade de carga e sobrecarga da vila de Caraíva, principal e atual demanda da comunidade nativa e que serviria como medida básica para uma posterior implantação de turismo de matriz comunitário na região. Além de atender as necessidades do território e da população nativa local, tal estudo poderia servir de base para os outros casos semelhantes de vilas e comunidades também tradicionais costeiras à RESEX Corumbau, e que passam pelo mesmo processo de gentrificação que Caraíva, mas possuem agora pequenas porções de terra inclusas na reserva.

Vítimas da gentrificação, famílias e moradores que se viram obrigados a buscar residência e meios de subsistência em outras regiões, poderiam voltar para o seu local de origem e iniciar uma retomada do território tradicional no local, trazendo esperança para a preservação dos mais diversos e ricos ecossistemas presentes na região e a permanência dos povos indígenas e comunidades tradicionais locais, verdadeiros guardiões da Mãe Terra e das futuras gerações.

Por fim, importante destacar que durante o período de realização desta pesquisa, surgiu um marco temporal; a finalização do PROCESSO nº02070.002394/2012-84 que, ao referendar a Linha de Preamar Média de 1831, garante diversas porções terrestres costeiras como parte da reserva, permitindo a ocupação por parte da comunidade nativa local assegurada pelos

próximos 50 anos. Tal fato pode ser de fundamental importância para que se implemente um turismo de matriz comunitária, garantindo a promoção, divulgação, valorização e, principalmente, a permanência e preservação da comunidade nativa e dos ecossistemas integrados (Figura 61).

Figura 61 – Áreas “neutras” incluídas na LMP (1831) e RESEX Marinha do Corumbau



Fonte: Autor (2021).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. As violações aos direitos indígenas frente à Constituição Federal de 1988. **Revista UNIFESO - Humanas e Sociais**. v. 5, n. 5, Teresópolis 2020, p. 68-94.
- ALBUQUERQUE, A. Princípio Constitucional da Ecodignidade Pluralista. **Revista de Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v.24, n. 1, p. 91-125, jan/abr, de 2019.
- ALEXANDER, C. et al. **A Pattern Language: towns, buildings, construction**. New York: Oxford University Press, 1977.
- ANDRADE, L. **Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem**. Tese (Doutorado) - FAU/UnB. Brasília, 2014.
- ANDRADE, L. LEMOS, N. **Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana**. In: AMORIM, C. N. D. et al. Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística. Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB. 2015.
- ANDRADE, L. **Princípios de sustentabilidade para a reabilitação de assentamentos urbanos**, in M. A. B. Romero (Org.), Reabilita, Registro de Curso de Especialização a Distância, PPG-FAU/UnB, Brasília, Brasil. 2008.
- BATALLER, A. **El Estudio de la Gentrification**. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona. N° 228, 3 de maio de 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-228>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019
- BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário: E outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BENI, M. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC; 8 ed. 2003.
- BENI, M. MOESCH, M. M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, 19(3), p. 430-457. DOI: <https://dx.doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457>, 2017.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 6ª ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- BOURSCHEIT, A. **Paraíso privatizado em ilha baiana**. ((o)) eco, Rio de Janeiro, abr. 2019. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/paraiso-privatizado-em-ilha-baiana/>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2020.
- BRASIL a. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Brasília: MMA, 2011.

BRASIL b. Constituição Federal. Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 23 mar. 2020.

BRASIL c. ICMBio. RESEX Corumbau. Plano de Manejo. Brasília, Brasil. 2002.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2000.

COSTA, H. S. de M.; OLIVEIRA, A. M. de; RAMOS, M. V. **População, turismo e urbanização: conflitos de uso e gestão ambiental**. Geographia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 93-112, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13457>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

DURIGAN, G. Seleção de fragmentos prioritários para a criação de unidades de Conservação do cerrado no Estado de São Paulo. São Paulo, **Rev. Inst. Flor.**, v. 18, p.23-37, 2006.

FERREIRA, M. ANDRADE, L. MENEZES, P. Por um território terrestre da reserva extrativista marinha do Corumbau: o caso de Caraíva. **Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo**, (22), 172–181. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n22.2018.12> 2018 a.

FERREIRA, M.; ANDRADE, L; MENEZES, P. Território Terrestre e Tradicional da RESEX Marinha do Corumbau: estudo sobre padrões espaciais na Vila de Caraíva. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [S. l.], v. 6, n. 13, 2018 b. DOI: 10.17271/2317860461320181930. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/cidades_verdes/article/view/1930. Acesso em: 11 out. 2021.

FIDA, FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRICOLA. **Buenas prácticas en cartografía participativa**. 2009. Disponível em: <http://www.iapad.org/wp-content/uploads/2015/07/ifad_buenas_pr%C3%A1cticas_en_cartograf%C3%ADa_participativa.pdf> Acesso em: 19 fev. 2019.

FIGUEIREDO, E. Eliane Potiguara e Daniel Munduruku: por uma cosmovisão ameríndia. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S.l.], n. 53, p. 291-304, dez. 2017. ISSN 2316-4018. Disponível em: <<http://ojs.bce.unb.br/index.php/estudos/article/view/24374>>. Acesso em: 16 out. 2021.

FLEURI, R. **Paulo Freire e as cosmovisões dos povos originários**. Educação Aberta, v. 7, p. 242-261. 2020.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Gallimard. 2004

FOUCAULT, M. **A governamentalidade**. *Microfísica do poder* (p. 277-293). Rio de Janeiro: Graal, 1978

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22. Reimpr. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes 2008 a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população:** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 b.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio, 2019. Shape. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/shape>>. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

GLASS, R. **London: aspects of change.** Londres: MacGibbon e Kee, 1964.

GRÜNEWALD, R. **Os índios do Descobrimento: tradição e turismo;** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

HACKWORTH, D. **The changing state of gentrification.** Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, 92(4), 2001.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações** 4 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HASSLER, M.L. **A importância das unidades de conservação no Brasil.** Revista Sociedade e Natureza. v.17. n. 33, 2005. <https://dx.doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457>, 2017.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2019. Mapa temático e Dados Geoestatísticos das Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s>>. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

INDE. Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, 2019. Atlas do Censo Demográfico 2010 – Unidade de Conservação. Disponível em: <https://www.inde.gov.br/AreaDownload>. Acesso em: 07 de jul. de 2019.

IRVING, M. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

JANOSCHKA, M. **Gentrificación, desplazamiento, desposesión: procesos urbanos claves en América Latina.** Revista INVI, Santiago. v. 31, n. 88, p. 27-71, novembro de 2016. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582016000300002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 22 de agosto de 2019.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, R. Lapa, paraíso do prazer e do pecado: boemia, malandragem e (re)configuração socioespacial em tempos de renovação urbana. **Libertas. Minas Gerais.** V.15, n.º2, p. 143-166, agos./dez.2015. Disponível em: <

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18454/9643>>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**; São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCO, C.; SANTOS, P.; MOLLER, G. **Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta descolonizadora**. *Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana*, Curitiba, v. 12, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018. *Revista Espacialidades* [online]. 2019.

MENEZES, P. **O cidadão como sujeito de governo: planejamento e gestão pública compartilhada na bacia do Rio Caraíva**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFMG, Belo Horizonte, Brasil. 2006.

MIGNOLO, W. **Novas reflexões sobre “Ideia da América Latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial**. *Caderno CRH*, v.21, n.53, p. 239-252 (2008).

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru: EDUSC., 2005.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina;4 ed, 2015.
Neiman, Z.; Barros-Freire, J. (2020). Percepção local acerca da aplicabilidade do Ecoturismo de Base Comunitária na RESEX Corumbau (BA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.13, n.3, p. 488-515.

MUNDURUKU, D. **Visões de ontem, hoje e amanhã: é hora de ler as palavras**. Prefácio. In: POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global. 2004;

NEGRIS, A. **Entre Biopolítica e Necropolítica: uma questão de poder**. *Ítaca*, 0(36), 79 - 102. <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31835/19767>. 2020.

PENA, L. MOESCH, M. A transposição do conhecimento no desenvolvimento sustentável do turismo e o papel dos Observatórios de Turismo. **Revista Hospitalidade**, 13 (2), 272-284. 2016.

PRASER, A. **Paraíso da Costa do Descobrimento, Caraíva sofre a pressão do turismo**. Radioagência Nacional. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2020-09/paraiso-da-costa-do-descobrimento-carai-va-sofre-pressao-do-turismo>. Acesso em: 23 de mar. de 2021.

SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SANTOS, B. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, B. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SANTOS, M. **Por uma epistemologia existencial**, In: LEMOS, A; SILVEIRA, M.; ARROYO, M (orgs.) Questões territoriais na América Latina. São Paulo: Clacso, 2006.

SANTOS, R. **“O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais”**. Physus, Rio de Janeiro, v.30, n.2, e300211, 2020.

SAVAGE M., WARDE A. **Cities and Uneven Economic Development**. In: **Urban Sociology, Capitalism and Modernity. Sociology for a Changing World**. Palgrave, London. https://doi.org/10.1007/978-1-349-22991-8_3. 1993.

SEQUERA, J. **Gentrificación: Capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano**. Madrid: Catarata. 2020.

SINAY, L. et al. **Povos tradicionais, áreas protegidas e turismo: um estudo de caso brasileiro de 15 anos de mudança cultural**. Ambient. soc., São Paulo, v. 22, e00704, 13 de maio de 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2019000100303&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

SMITH, N. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City**. London: Routledge, 1996.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 132p. TV SANTA CRUZ. Moradores de Caraíva, no sul da Bahia, pedem suspensão do turismo após descumprimento de protocolo. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/09/03/moradores-de-caraiva-no-sul-da-bahia-pedem-suspensao-do-turismo-apos-descumprimento-de-protocolo.ghtml>. Acesso em: 26 set. de 2020.

VILHENA, L. **A Bahia no século XVIII**. Apresentação de Edson Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã. 3 v. 1969.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studi Nobel, 1998.

WERÁ, K. MUNDURUKU, D. **A arte do Bem-Viver: Conversa com Kaká Werá**. Youtube, 15 de fev. de 2019. <https://youtu.be/wJS1YbT-Lhg> 2019

ANEXO A**PESQUISA CARAÍVA (CADASTRO + TCLE + QUESTIONÁRIO)**

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

Formulário de cadastro e recadastro dos pescadores tradicionais da RESEX Marinha do Corumbau moradores de Caraíva e comunidades próximas.

Esse formulário é dividido em três partes: cadastro; TCLE (termo de participação) e questionário; e foi elaborado graças a uma parceria da Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC) com as universidades de Brasília (UnB) e do Sul da Bahia (UFSB).

Após o cadastro, convidamos para que participe da pesquisa sobre o território terrestre da RESEX Corumbau em Caraíva.

Obrigado!

***Obrigatório**

1. Nome do(a) chefe da família: *

2. RG/CPF: *

3. Comunidade: *

Marcar apenas uma oval.

Caraíva

Nova Caraíva

Jambreiro

Outro: _____

4. Endereço *

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

5. Quantidade de moradores na residência *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6. De quem você é parente? Você tem raiz na pesca?

7. Algum ou alguns membros da sua família se mudaram de Caraiva depois do turismo? Quem são e onde moram atualmente?

Pular para a pergunta 8

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

Terno de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Olá!

Você está sendo convidado a participar como voluntário(a) da pesquisa "Gentrificação e contra gentrificação na RESEX Marinha do Corumbau: padrões de ocupação e reocupação urbano-ambiental e turística na Vila de Caraíva", desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG/FAU-UnB) no âmbito do grupo de pesquisa "Periféricos, trabalhos emergentes" (FAU/UnB), em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e a Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC).

Esta seção, dedicada a apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos e deveres como participante e é elaborado de forma eletrônica (ou em duas vias impressas se necessário, uma que deverá ficar com você e outra com os auxiliares).

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas quando quiser. Se houverem perguntas antes ou mesmo depois de aceitar participar, você poderá esclarecê-las com os pesquisadores. Se preferir, consulte seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar.

Solicitamos a sua colaboração para preencher o questionário a seguir visa fazer um levantamento socioespacial do território tradicional de Caraíva, analisando desde problemas que a comunidade enfrenta devido ao avanço do processo de gentrificação nas esferas ambientais, sociais, econômicas e culturais como a cosmovisão da comunidade nativa sobre o seu território e o seu modo de ser. Pedimos também a sua autorização para apresentar resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicações em artigos/revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Pesquisa
Caraíva
(UnB +
UFSB +
ANAC)

Esta pesquisa tem por finalidade, a partir de um processo participativo com a comunidade nativa, contribuir com soluções e diretrizes para um planejamento urbano-ambiental e turístico da Vila de Caraíva, respeitando as demandas da comunidade nativa e gerando ferramentas de auxílio na luta pelo direito de permanência em seu território tradicional. Pretende também, da mesma forma, contribuir com futuros estudos referentes ao território terrestre da RESEX Marinha do Corumbau e a capacidade de carga da vila.

Devido ao ainda estado de pandemia do novo coronavírus no Brasil, esta pesquisa será realizada de forma remota (google forms) ou de forma presencial na Associação dos Nativos de Caraíva (ANAC), com o auxílio dos moradores Lucas Santos e Vagner Braz, atuais presidente e vice-presidente da Associação dos Nativos de Caraíva, respectivamente.

Se caso se sentir desconfortável com esta pesquisa ou alguma pergunta você tem todo o direito em não responder tal pergunta ou de não participar. Se você não quiser participar ou retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo. Entendemos a delicadeza do momento e do assunto, você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Marcos Ferreira Vinícius Cortes Ferreira (PPG/FAU-UnB)
(61) 99832-7893
marcos.cortes.ferreira@gmail.com

Liza Maria Souza de Andrade (FAU/UnB)
(61) 98131-6034
lizamsa@gmail.com

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

Paulo Dimas Rocha de Menezes (UFSB)
(73) 99978-9789
paulodimasmenezes@gmail.com

Para baixar este TCLE em formato PDF, clique no link abaixo:
<https://docs.google.com/uc?export=download&id=1DI9mjIBNnGhni3gjs86mvkydDF8n9oW4>

8. *Marcar apenas uma oval.*

Opção 1

9. Diante das informações anteriores, você acha que está suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa que será realizada e concorda de livre e espontânea vontade participar como colaborador? *



Marcar apenas uma oval.

Sim.

Não tenho interesse em participar

Pular para a pergunta 10

Questionário

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

10. Em qual região de Caraíva você mora?



Marcar apenas uma oval.

- Região 1 - Rua de Baixo (Beira do Rio)
- Região 2 - Rua de Cima
- Região 3 - Pousadas
- Região 4 - Caraíva/Xandó
- Não moro em Caraíva.

Seção sem título

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

11. Além da água, o quanto é importante o território terrestre e tradicional para a comunidade nativa de Caraíva?



Marcar apenas uma oval.

- Muito importante. Sem ela garantida, não podemos viver do nosso modo.
- Pouco importante, somente a parte marítima assegurada pela RESEX atende as nossas necessidades.
- Outro: _____

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

12. Como são tomadas as decisões entre a comunidade nativa?



Marcar apenas uma oval.

- Consenso, decidimos a partir do que for melhor pra a comunidade e para todos.
- Decidimos pelo voto da maioria.
- Outro: _____

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

13. O turismo é importante para o desenvolvimento da comunidade nativa?



Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Outro: _____

14. Se sim, como você gostaria que fosse reconhecido o turismo de Caraíva?
(Escolha até 3 opções)

Marque todas que se aplicam.

Pela cultura da comunidade nativa e seus conhecimentos tradicionais

Pelas belezas naturais e como local de descanso

Pelas opções de pousadas na beira do mar

Pela gastronomia

Pelo território tradicional

Pela arquitetura e história

Outro: _____

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

15. Como é passado o conhecimento tradicional (pesca, temporadas, artesanato, marés, etc.)? (pode escolher mais de uma opção)



Marque todas que se aplicam.

- Pais
 Avós
 Escola
 ANAC (palestras, oficinas etc.)

Outro: _____

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

16. Do que mais você sente falta na Caraíva de antes do turismo?



16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

17. Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade nativa de Caraíva atualmente (Escolha até duas opções)

Marque todas que se aplicam.



Muitas festas/Turismo desenfreado



Enobrecimento da região



Falta de apoio do Estado



Geração/coleta de lixo



Qualidade da Água



Pouca Infraestrutura/equipamentos urbanos (posto de saúde, escola, áreas de lazer, etc.)

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

18. O que poderia ser feito para melhorar a situação atual de Caraíva? (Escolha até 3 opções)

Marque todas que se aplicam.

- Estudo de Capacidade da Vila/Controle no número de turistas
- Território terrestre e tradicional de Caraíva como parte da RESEX Corumbau
- Turismo de Base Comunitária (marítimo e terrestre)
- Valorização da cultura local (festas, forró, histórias, conhecimento tradicional)
- Melhor relação entre a comunidade e os conselhos
- Maior atuação do Estado

Outro: _____

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

19. Quais dessas fotos mais representa a vila tradicional de Caraíva para você?
(Escolha até duas opções)

Marque todas que se aplicam.



Rua Navegantes



Beira Rio



Pousadas



Transição Caraíva/Aldeia Xandó



Rua da Igreja



Caraíva Antiga

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

20. Quais desses ambientes sua casa possui? (Pode marcar mais de uma opção)



Marque todas que se aplicam.

- Comodo único
- 1 Quarto
- 2 Quartos
- 3 Quartos ou mais
- Sala e cozinha integradas
- Sala e cozinha separadas
- 1 Banheiro
- 2 Banheiros ou mais
- Área de Serviço
- Quintal/Varanda
- Horta
- Área Verde

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

21. Se pudesse escolher, qual o tipo de habitação você gostaria?

Marque todas que se aplicam.
 Casas geminadas com comércio

 Casa de pau-a-pique tradicional

 Casa de bioconstrução (madeira, terra, bambu, etc)

 Casa grande/sobrado para mais de uma família

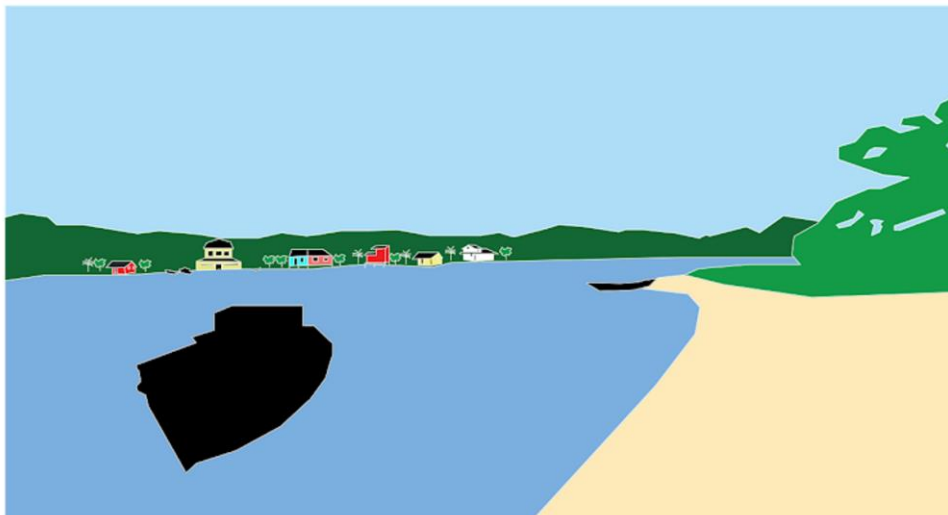
 Casa térrea para uma família

 Casas separadas, mas próximas (mesmo lote)

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA

22. Caso tenha possibilidade de morar em uma vila de pescadores, como você a imaginaria? (escolha quantas opções quiser)



Marque todas que se aplicam.



Com horta comunitárias



Espaço para garagem



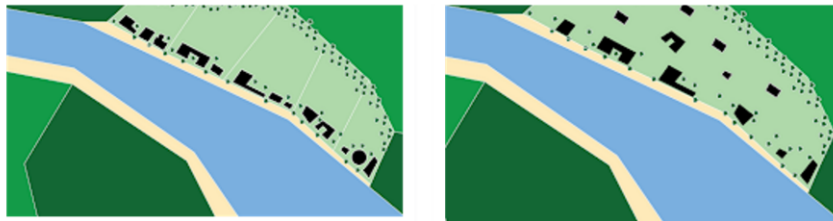
Natureza preservada



Com comércio local e infraestrutura básica (educação, saúde, lazer)

16/10/2021 12:31

CADASTRO DA RESEX CORUMBAU (ANAC) e PESQUISA CARAÍVA



Casas mais próximas e na beira do rio Casas mais afastadas

Outro: _____

23. Se desejar receber uma cópia dos resultados deste questionário ao final da pesquisa, insira o seu e-mail abaixo:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

